

O tempo da política

LETÍCIA DE FARIA FERREIRA

O TEMPO DA POLÍTICA
A construção do voto no assentamento 18 de Maio.

Florianópolis, verão de 2005.

LETÍCIA DE FARIA FERREIRA

O TEMPO DA POLÍTICA
A construção do voto no assentamento 18 de Maio.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Florianópolis, fevereiro de 2005.

O Tempo da Política
A construção do voto no assentamento 18 de Maio.

Leticia de Faria Ferreira

Aprovada pelos membros da comissão examinadora:

Prof^a. Dr^a. Maria Ignez Silveira Paulilo (orientadora)

Prof^a. Dr^a. Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA - UFRRJ)

Prof. Dr. Yan de Souza Carreirão (PPGSP -UFSC)

Agradecimentos:

aos assentados do 18 de Maio, sentido e razão de ser desta pesquisa;

às professoras Elisiane e Alexandra (ou Lica e Neneca), pela amizade, dedicação e graça com que me acolheram na Casa Estação - Basílio;

à Capes;

ao PPGSP;

à professora Maria Ignez, por sua orientação com profundo respeito às minhas idéias;

aos amigos, família e bem-querer, por existirem em mim;

Resumo:

Esta dissertação discute a noção de política e a construção do voto em um assentamento rural composto de integrantes do Movimento Sem Terra, situado na cidade de Herval, Rio Grande do Sul. A partir da pesquisa de campo observa-se quais são os elementos e os símbolos que motivam a escolha eleitoral dos assentados. Assim, dentro de uma perspectiva de trabalho da antropologia da política, debate-se a concepção e a vivência da política desse grupo a partir dos arranjos que estabelece para decidir seu voto. Busca-se compreender que a coexistência de orientações modernas e tradicionais que habitam o campo da política no assentamento, forja um cenário de continuidades e descontinuidades com o passado dos assentados, revelando a presença de sua cultura política que, pautada no favor e na promessa, orienta os apoios e escolhas eleitorais dos assentados, mesmo quando votam em candidatos vinculados ao MST.

Palavras-chaves: Movimento Sem Trabalhadores Sem Terra, política, tradição, favor e voto.

Abstract:

The present research aims at discussing the notion of politics and the construction of the vote in a settlement composed by members of the Landless Movement – MST, located in Herval, Rio Grande do Sul. From the field work it becomes possible to notice which elements and symbols influence the electoral choice of members of the settlement. Thus, under an anthropology of politics work perspective, a debate about the political conceptions and experiences of this group, based on the established arrangements to the vote decision making, takes place in this study. Therefore, the objective here is to make it possible to understand that the coexistence of modern and traditional orientations present in the politics of such settlement forges a scenery of continuities and discontinuities with these people's past, revealing the presence of their political culture which, grounded by favors and promises, guides their electoral supports and choices, even when voting on candidates linked to the movement itself.

Key-words: Landless Movement – MST; politics; tradition; promise; favor; vote.

Sumário

Introdução	8
Capítulo I - O assentamento 18 de Maio: pequeno cartograma	28
A chegada; Os primeiros tempos no assentamento	29
O assentamento quase dez anos depois	37
O cotidiano no assentamento	41
Capítulo II - Como se pensa a política no assentamento? Da promessa ao voto	52
O terreno da <i>promessa</i> : as condições para sua anúncio	54
Os grupos de agricultores assentados no 18 de Maio	54
As falas querem dizer: “ <i>se promete muito se desconfia, mas tem que prometer um pouco!</i> ”	64
Alhos e bugalhos: ambivalências de uma situação singular. Cultura do favor, cidadania, movimento social, emancipação ou dependência	79
O movimento social, os assentados: quem pode falar ? Os excluídos da fala e o MST	85
Capítulo III - O voto: as tramas em cena. A natureza da análise	103
Historia da decisão	109
Os candidatos: os assentados e os “de fora”	123
Os candidatos “de fora”	128
Porque vence a tradição: A difícil construção da candidatura petista para prefeito e a vitória do PDT	130
Considerações Finais	133
Bibliografia	142
Anexos	

Índice de Siglas

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.

CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor.

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

ONG - Organização não governamental.

PAC - Projeto de Aperfeiçoamento e Consolidação dos Assentamentos.

Introdução

Este trabalho de mestrado discute a noção de política e a construção do voto entre assentados, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. A noção de política é analisada como fundamento da construção do processo do voto. A escolha eleitoral articula-se a partir de uma noção de política que é construída ao longo e no interior de um certo modo de vida que lhe dá sentido. O objetivo é entender quais são os elementos catalisadores da lógica do assentado que, operando no seu cotidiano, dentro da pluralidade de fatores influenciadores de sua decisão, levam-no a uma determinada escolha política e não à outra. É no caminho percorrido até o voto que se visualizam os arranjos, enredos, contradições e sentidos que constituem a sua lógica, a qual confere coerência a seu comportamento.

No plano geral deste estudo, o recorte situa-se no assentamento 18 de Maio, localizado na cidade de Herval, região sul do Estado do Rio Grande do Sul. Formado no ano de 1995, atualmente com 76 famílias, é o maior e mais antigo assentamento, entre outros dez, estabelecidos no município, que fazem parte do programa de reforma agrária dos governos federal e estadual.

Percorrendo o caminho das pesquisas de antropologia da política, parte-se de um trabalho empírico preciso que, em conjunto com a teoria, propõe interpretações que são específicas e locais. É dentro dessa perspectiva que o trabalho apresenta uma concepção de política, que admite variações de acordo com contextos sociais e culturais, o que, entretanto, não impede o diálogo com os demais estudos sobre o comportamento político das populações rurais.

Sobre a Antropologia da Política

No sentido de procurar uma renovação nos estudos políticos, a antropologia da política propõe uma relativização social dos conceitos utilizados nas ciências sociais. Segundo Chaves (2003, p.16), *Uma renovação que, nas fronteiras da disciplina, realiza-se pelo confronto permanente entre suas construções teóricas e conceituais e o sentido da ação social tal qual personificado pelos sujeitos sociais em suas relações e valores.* Portanto através de uma abordagem antropológica do voto, foi possível observar no assentamento a peculiaridade de seu agenciamento.

A pesquisa de campo sem construções rígidas possibilita apreender, de uma forma mais flexível, menos ideal, a noção de política e a lógica presente nas escolhas eleitorais, que acabaram aflorando no interior do assentamento 18 de Maio, na medida em que não foram tomadas como destituídas de sentido na análise da noção de política e construção do voto. Busca-se o sentido que está no vivido pelos sujeitos historicamente determinados, não como uma antecipação conceitual, mas como uma explicitação de como se constitui a política e o voto nesse entrecruzamento de experiências que caracteriza um assentamento. Assim, para apreender o que motiva as escolhas eleitorais dos assentados, faz-se necessário não separar a política do modo de vida no assentamento. Conforme Chaves (2003), dentro da perspectiva adotada, é preciso considerar *a noção de que as representações e valores atualizados pelos sujeitos em sua prática cotidiana são fundamentais aos processos de constituição da vida social.*

Seguindo a linha de análise proposta pelos autores da antropologia da política¹, para apreender a motivação do voto é preciso reconhecê-lo como envolvido

em uma rede de forças que transcende em muito o que se convencionou denominar 'política' (...) é hora, pois, de deixar de trabalhar com uma concepção apriorística do que seja a política, concepção

¹ Ver, entre outros, Palmeira (1996) e Goldman e Sant'Ana (1996).

raramente compartilhada pelos agentes sociais efetivos, que costuma conduzir a uma espécie de surpresa, que acaba por reduzir concepções positivas e específicas a carências e faltas” (Goldman e Sant’Ana, 1996, p.30).

Portanto, o que se procurou fazer no complexo de expressões que a política pode assumir, foi não tomá-las como ‘negativas’ quando extrapolam os limites das instituições – o espaço legalmente definido para seu exercício, o moderno na política – e sim perceber essas expressões em atores que aparecem como novos no cenário da política, e que se orientam na interface entre a cultura política do país e os movimentos sociais, como é o caso dos assentamentos, que figuram como novidade no cenário brasileiro.

Desse modo, a forma como o assentado vive a política concretiza-se na sua escolha eleitoral, já que, de forma clara e objetiva, expressa a unidade entre sua noção de política e seu ato de votar em candidatos que afirmam esta noção. Adiantando, pode-se dizer que, pensando a política como *promessa*, dimensão que toma no assentamento, vota-se no candidato com maiores chances de a realizar.

A estreita relação entre *promessa* e política emergiu no cenário do assentamento, orientando a pesquisa nessa direção e estabelecendo-se como um ponto preciso na hipótese de uma intersecção na noção de política, caracterizada pelo hibridismo entre a presença de práticas clientelísticas, ligadas a uma cultura tradicional, e o processo de formação política constituído por um movimento social organizado, o MST.² É nessa intersecção que o assentado no 18 de Maio realiza sua noção de política e concretiza seu voto.

A convergência de orientações dentro da qual o voto se constrói só é possível de ser apreendida na medida em que se leva em conta a formação política de um determinado sujeito,

² Sobre o processo de formação política, realizado no interior do MST, os cadernos de formação e as publicações próprias exemplificam como o Movimento concebe esse processo de formação de seus militantes. Aqui, portanto, toma-se a definição empregada por Chaves (2000) onde a formação é vista como um processo múltiplo: de internalização da ideologia do Movimento e também, através da integração dos participantes aos seus setores, de assimilação desses ideais e valores a uma prática.

conformada em sua trajetória de vida, pelo lugar em que habita, pelos símbolos de sua cultura e especificidades de seu processo de sociabilidade. Muitas vezes os condicionantes do voto podem não parecer lógicos, racionais e coerentes para uma certa orientação teórica de análise dos processos eleitorais. Neste estudo, buscou-se compreender como, no ato aparentemente irracional e ilógico do voto dos assentados, as tramas que envolvem as escolhas políticas se articulam, construindo sua razão de ser.

Quando o voto se faz por adesão de caráter pessoal, com um forte componente afetivo, não significa que o sujeito desse voto o faça sem ponderá-lo por critérios lógicos e coerentes, condizentes com sua situação particular, ou seja, há sempre racionalidade em sua escolha. Ele tem seus critérios, embora talvez não correspondam ao que se convencionou chamar de voto racional e lógico.³

Procurou-se, neste estudo, olhar para a construção do voto e das escolhas políticas no assentamento sem enquadrá-las em um conjunto de pressupostos do que seria um comportamento político coerente. Ao contrário, a idéia foi deixar esses pressupostos de lado, e seguir o caminho de autores que têm trabalhado a questão do voto através de uma abordagem antropológica da política e das escolhas eleitorais.⁴

No interior da própria disciplina de antropologia, algumas preocupações mais recentes permitiram que se criasse um espaço por onde flui uma abordagem em que se cuida de observar e analisar processos eleitorais. Para Goldman e Palmeira (1996), a confluência da

³ A discussão sobre a racionalidade nas escolhas político- eleitorais pode ser encontrada em Mônica M. Castro, tese de doutoramento – “Determinantes do Comportamento Eleitoral. A centralidade da sofisticação política” IUPERJ, 1994, especialmente nas páginas 5-12; 26-27.

⁴ Mais precisamente os pesquisadores do Museu Nacional, Núcleo de Pesquisas em Antropologia Política – NuAP/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, que têm desenvolvido pesquisas sobre o comportamento político de populações rurais brasileiras, adotando perspectivas teóricas da antropologia da política. Os principais autores diretamente ligados ao Nuap são Moacir Palmeira, Beatriz Heredia, Ronaldo Sant’Ana e Marcio Goldman. Também fazem parte das pesquisas e publicações em antropologia da política, autores ligados a outras universidades, como Cristina de Alencar Chaves. Ainda compondo o quadro geral de autores que serviram de referência, e deram embasamento a este trabalho, estão José de Sousa Martins, Zander Navarro e Pierre Bourdieu, entre outros que aparecerão no decorrer do texto sem que tenham sido de menor importância.

atenção dos antropólogos tem sido para duas vertentes do pensamento antropológico: primeiramente, o interesse pelo que se costuma denominar *sociedades complexas*, ou seja, de se dedicarem cada vez mais às sociedades das quais fazem parte; em segundo lugar, o *interesse específico pelo estudo da política*.

Não é intenção aqui fazer um estudo aprofundado sobre o surgimento da antropologia da política⁵, os descentramentos que operou, as rupturas com modelos sociologizantes e culturalistas. A preocupação centra-se em construir uma explicação sintética sobre de onde partem as referências teóricas que dão sustento à dissertação, as quais são desenvolvidas simultaneamente à apresentação do trabalho empírico. No dizer de Peirano (2004), é tratar de ver dados e teoria trançados.

Talvez um bom começo seja apontar algumas diferenças entre o tipo de tratamento que recebe da ciência política o tema das eleições, objeto tradicional deste campo, e a sua abordagem antropológica. São análises compatíveis sobre o mesmo tema, que, em certa medida, auxiliam-se mutuamente, porém são óticas que focalizam o objeto de ângulos bem diferentes. Os trabalhos da ciência política voltam-se *principalmente para explicar o funcionamento dos partidos políticos e sua adequação aos problemas da representação onde a política é concebida, geralmente dentro de um plano macro das representações da sociedade* (Goldman e Sant'Ana, 1996, p.7).⁶

A antropologia da política, por sua vez, volta-se para um campo mais amplo de percepções da política, para representações cotidianas, micro, familiares, grupais, comunitárias, e, ainda, busca apreender a dimensão que lhes é característica não a partir de

⁵ Sobre a antropologia da política, ver Moacir Palmeira e Marcio Goldman, 1996.

⁶ Nos últimos anos alguns trabalhos da ciência política têm adotado perspectivas de análise menos quantitativas e mais preocupadas em construir uma explicação sobre o comportamento do eleitor brasileiro. Entre esses trabalhos encontram-se os autores Yan Carreirão (2002), André Singer (2002), Flavio Silveira (1998) e Mônica M. Castro (1994).

supostas carências e faltas, mas pelo que tem de específico e de positivo em seu modo peculiar de ser. Ou seja,

(...) em lugar de partir de supostas 'faltas' ou 'carências' do eleitorado ou do sistema como um todo, busca-se apreender o que há de específico e de positivo. Assim, as representações dos eleitores são mais que o produto deformado do atraso político ou da falta de informação; as facções políticas não se reduzem a sobrevivências de um passado a ser abolido; as relações intra-comunitárias, familiares ou étnicas são vistas como constituintes do próprio processo eleitoral; os meios de comunicação ganham um papel ativo que não se limita a refletir estruturas supostamente dadas de antemão; as festas e as representações a elas associadas não são mero suplemento da atividade política; a trajetória dos candidatos e a campanha podem ser vistas como mutáveis e imprevisíveis; os mediadores políticos e a dinâmica da vida parlamentar passam a ser encarados como fenômenos dotados de uma certa particularidade e eficácia específica (Goldman e Palmeira, 1996, p. 8).

Há uma clara retomada da dimensão sociológica na pesquisa eleitoral por parte dos antropólogos, preocupados com a ausência dessa dimensão em alguns trabalhos de cientistas políticos, que, no decorrer do tempo, foram progressivamente *de-sociologizando* os processos eleitorais em suas teses. Dir-se-ia que a abordagem antropológica situa sua investigação com propósitos centrados no voto, em sua densidade de escolha individual e coletiva, enquanto que as ciências políticas ocupam-se, sem menor importância, da análise das eleições em seus movimentos partidários e de massa, e portanto mais relacionados aos estudos inspirados nos métodos quantitativos (Goldman e Sant'Ana, 1996).

Dentro do trabalho antropológico sobre o voto e as eleições, o que importa é a inteligibilidade presente nas tramas que irão compor determinadas escolhas políticas e agenciar o voto. Tramas estas que são parte de trajetórias, histórias de vida, dramas, situações concretas e subjetivas, que envolvem e condicionam um certo modo de vida dos atores sociais, agindo sobre suas posições e motivações. Nesses termos, a eleição, mais que um processo exclusivamente político, é apreendida também como fenômeno social, revelando continuidades entre a política e a vida social. De certo modo, retoma-se Weber (1977), tendo em vista que pensar a sociedade implica pensar a ação social dos indivíduos.

O assentamento e as histórias pessoais que o antecedem, de muitas andanças, rupturas e continuidades, proteção e carência, desespero e esperança, formam o complexo dos sentidos e valores de que também fazem parte as escolhas políticas. Não existe uma linha reta na construção do pensamento político, nem há uma única lógica que dê a definição de política para os assentados no 18 de Maio. São inúmeras percepções, diferentes modos de vivências e experiências com a política, que acabam por confluir para a formação da noção de política e para as escolhas eleitorais. Mesmo que o próprio MST muitas vezes tente fazer tábula rasa dessa heterogeneidade, ela permanece e carrega o significado das diferentes trajetórias de quem ali está. Como então, nesse universo, poder-se-ia pensar em uma unidade? Como encontrar pontos em comum nessa diversidade para tentar construir uma interpretação que dê conta do comportamento político dos assentados, levando em consideração, como alerta Martins (2004), que o fato de ser sem-terra, por si só, não cria uma identidade?

A realização da pesquisa, considerando a presença das questões acima, tornou-se possível dentro de determinado recorte, alicerçado na observação e no trabalho etnográfico. Este trabalho é uma tentativa de compor uma explicação que leve em conta a diversidade, sem perder de vista os objetivos principais da pesquisa, que remetem à explicitação da noção de política e sua decorrência na escolha eleitoral, a partir de um contexto específico, constituído pela encruzilhada de influências, política local e política do MST, que caracteriza o assentamento.

Portanto, sem enquadrar os resultados em esquemas conceituais fechados, este estudo buscou, através da conjunção de dados da observação de campo, do entrelaçamento dos depoimentos, e, em parte, também através das escolhas teóricas e metodológicas da autora, compreender como se pensa a política e se constrói o voto no assentamento 18 de Maio,

tendo-se em conta, entretanto, as suas limitações em abranger todo o campo político do assentamento.

As contradições, as tensões entre o ontem e o hoje, que resultam nos arranjos do modo de viver no lote, compõem-se, por um lado, de um passado marcado pela precariedade, pelas necessidades básicas, e pela insegurança de não se saber para onde ir e, por outro, de um presente também difícil, desenraizado, mas que sinaliza, pelo menos, algo melhor: ter um lugar para si, *uma morada para vida* (Heredia, 1979).

Essas tensões entre passado e presente também carregam de sentido a vivência da política. O jeito anterior de se assegurar, de suprir as necessidades urgentes, é retomado no assentamento, que se apresenta como uma situação nova, mas que, em certos aspectos, é vivenciada a partir dos mecanismos tradicionais de sobrevivência das populações rurais.

Dizendo de outro modo, compreender as motivações dos assentados em suas escolhas políticas deve, - visto o assentamento como um espaço social marcado pelo conflito, como um campo de lutas em torno da distribuição desigual de diferentes tipos de capital – econômico, político, simbólico, etc (Zimmermann,1994) - levar em conta, por conseguinte, componentes que são arraigados na cultura política brasileira. Considerando-se, portanto, o que afirma Martins (1994, p 35) que (...) *os mecanismos tradicionais de favor político sempre foram considerados legítimos na sociedade brasileira*, cabe colocá-los frente a uma proposta diferenciada de formação política do MST, alicerçada em outra perspectiva de representação e mediação (Torrens,1994, p. 155).

Assim, possíveis rupturas com o mundo da tradição, dadas pelo processo de assentamento, não são de modo algum homogêneas e lineares. A própria singularidade do modo de viver a nova situação de assentado de um programa de reforma agrária faz com que a inserção do assentado no mundo moderno se dê de formas diferenciadas, pautadas pelas

experiências individuais e coletivas pelas quais ele passou antes de chegar ao assentamento. As idas e vindas, e rupturas e continuidades com o mundo tradicional fazem parte das referências para situações incertas em uma realidade nova, em que se depara o assentado, muitas vezes sozinho (Martins, 2004a).

Considerando-se que o modo de viver do assentado não é algo que se possa pensar como imune a continuidades do passado, mas pelo contrário, que muitas vezes elas são as suas principais referências, verifica-se que, do mesmo modo, a política também é marcada por essa vivência de rupturas e continuidades. A singularidade situa-se nessa nova situação de partícipe de um movimento social organizado a partir de um objetivo, a luta política pela reforma agrária. Esta nova situação de assentado pelo MST criaria um novo perfil político no meio rural, no interior dos assentamentos? Para responder a essa indagação, talvez seja necessário observar que essa nova situação de assentado não é descolada da realidade que a circunda, e também não é imune à sua influência.

Em outras palavras, o assentamento não é uma ilha ou campo isolado no qual as coisas referentes à cidade em que se situa, às pessoas, aos costumes, à política e ao seu jeito de se fazer local não penetrem. Tampouco é um outro lugar no sentido abstrato, ou seja, despregado das memórias, referências e significados do passado. Não, o assentado do 18 de Maio tensiona o que é de fora, como também o que é novo, desconhecido e incerto.

Com a política não é diferente. Ela também se constrói nesse turbilhão de contradições entre o passado e o presente, buscando uma realização no futuro. O MST tem seu cerne entrecruzado por elementos que herda da história das lutas pela terra, e por elementos que constrói a partir do momento em que emerge no país, fruto do processo de redemocratização e de lutas pela ampliação da participação democrática na esfera pública. Ele é entrecruzado por elementos que, como forma explicativa, podemos designar como, em parte residuais da

política tradicional, e em parte resultado da preocupação de lideranças e mediadores em articular modernos valores da política na sua ideologia e no seu discurso.

O período posterior a 1964, para Scherer-Warren, pode, de forma geral, representar o momento que separa o que se denomina movimentos sociais tradicionais do surgimento de novas formas de organização. A separação entre o *tradicional* e o *novo* movimento social é uma construção para fins heurísticos, pois, concretamente, os movimentos apresentam graus diversos de continuidade e descontinuidade em relação à cultura política tradicional (Scherer-Warren, 1987, p. 41).

A entrada dos novos movimentos sociais no campo, com o apoio da Igreja, através das Comunidades Eclesiais de Base, permitiu que outras formas de expressão política aparecessem, desvinculadas do poder de mando dos grandes proprietários rurais e da subjugação a eles, o que proporcionou a possibilidade de surgimento de outros sujeitos políticos, e quebrou, em certa medida, o circuito das oligarquias rurais locais no poder político. Essa quebra, para Navarro, é um dos pontos determinantes da necessidade de reforma agrária no Brasil, pois significa *a eliminação do persistente padrão de dominação social e clientelismo que forma a base da reprodução oligárquica no país e impede seu desenvolvimento político* (Navarro, 1997, p. 247).

O MST⁷ surgiu no fim dos anos 1970, oriundo dos conflitos agrários no sul do país. Emergiu no cenário das lutas políticas presentes no último período da ditadura militar, apoiado principalmente na Teologia da Libertação e na Comissão Pastoral da Terra – CPT.⁸ Desde sua

⁷ Trata-se aqui brevemente do surgimento do MST, pois existe uma ampla gama de trabalhos dedicados a história do MST, entre eles ver Brenneisen (2002); Navarro (1996); Paulilo (1998).

⁸ A Teologia da Libertação tem sua expressão maior no meio rural na mudança de orientação que a Igreja Católica tem com a criação da Comissão Pastoral da Terra – CPT. A CPT surgiu no Centro-Oeste do Brasil no ano de 1975, em Goiânia, durante o encontro de bispos e agentes da pastoral que discutiam os crescentes conflitos no campo. Sua construção reporta-se ao início da década de 1960, com as experiências da Juventude Agrária Católica e do Movimento de Educação de Base. Quanto a eficácia do trabalho de conscientização dos camponeses, promovida pela Teologia da Libertação, Scherer-Warren (1996, p. 69) escreve: *Para a*

origem, congrega os mais variados elementos em sua constituição. Dos *novos movimentos sociais* contém, ao menos hipoteticamente, pressupostos e características que

(...) valorizam a participação ampliada das bases, a democracia direta sempre que possível, e opõem-se, pelo menos no nível ideológico, ao autoritarismo, à centralização do poder e ao uso da violência física.(...) o que há de inovador é a luta pela ampliação da cidadania, incluindo-se aí a busca de modificações das relações sociais cotidianas (Scherer-Warren,1996, p. 65-68).

A orientação política do MST teve inicialmente na CPT seu principal mediador, porém, a partir da segunda metade da década de 1980, começou a se forjar um discurso próprio no interior do Movimento, baseado na concepção marxista-leninista. A preocupação passa a centrar-se na formação de lideranças e quadros oriundos do próprio MST. O discurso político-religioso da CPT não proporcionava condições suficientes para enfrentar as novas condições políticas do momento e também não permitia um leque maior de alianças políticas, então necessárias ao MST, como as alianças com os sindicatos e com os partidos políticos (Strapazzon, 1997, p. 90).

Nesse outro momento da atividade política, o MST incentiva a participação de seus membros nas candidaturas para disputas eleitorais, distanciando-se de uma visão basista e preocupando-se mais com a questão da representação. A perspectiva de representação aproxima o MST do Partido dos Trabalhadores - PT. Isso não significa que o Movimento esteja, em relação à política, estritamente vinculado ao PT, mas sim que, por certa afinidade ideológica, lança candidatos e envolve-se nas campanhas eleitorais por esse partido (Strapazzon, 1997).

redescoberta da dignidade humana dos camponeses, os trabalhos da Teologia da Libertação e respectivas pastorais tem sido fundamentais. Cria-se, assim, a consciência não apenas do direito a um direito, mas o direito e o dever de lutar por este direito e de participar em seu próprio destino. É o reconhecimento coletivo de um direito que leva à formação de uma identidade social e política.

Essa postura do MST revela uma ambigüidade em seu interior, entre partido político e movimento social, que segundo Vendramini é *resultante do fato de assumir, sem reconhecimento explícito, o comportamento de um partido político, cujo objetivo é a transformação da sociedade, não deixando porém de ser um movimento social, ou seja, uma atividade de massas* (Vendramini apud Paulilo, 1998, p. 146).

O apoio do MST ao PT demonstra certa afinidade do Movimento com propostas e diretrizes do PT, como a luta pela reforma agrária e a tentativa, em ambos, de ruptura com partidos herdeiros da política ao estilo das velhas oligarquias nacionais. Mesmo que atualmente a relação *partido/Movimento* aparente sofrer um certo estremecimento, principalmente no âmbito da política nacional, no município pesquisado, os candidatos oficialmente ligados ao MST são todos vinculados ao PT. Torna-se então pertinente discutir essa posição político-partidária do MST, a qual, muitas vezes, se dá apenas na consciência de suas lideranças, distanciada do que querem e pensam suas bases.

O que importa aqui não é desmerecer a importância política que tem o MST na organização das lutas sociais dos sem-terra por reforma agrária no Brasil, e sim, construir uma crítica no sentido de contribuir para o esclarecimento da distância entre suas lideranças e sua base. Em nenhum momento, a crítica ao MST deixa de considerar a importância do Movimento na história política brasileira, assim como, sua capacidade de colocar na pauta do Estado a necessidade de reforma agrária. Pelo contrário, apontar criticamente suas contradições, comuns às lutas sociais, encontra sentido se a crítica conseguir revelar as problemáticas e os dilemas vividos, permitindo que se pense em possíveis transformações.

O que se procura desenvolver neste estudo é a idéia de que entre as variáveis que compõem as escolhas políticas dos assentados, que são inumeráveis, aparece um substrato onde ocorre uma intersecção, ou hibridação, entre a orientação do MST e os mecanismos

tradicionais de *fazer política* que são parte da trajetória do assentado e também da cultura política local e mesmo nacional. Essa intersecção aparece nas entrevistas, através de uma imagem da política que se apresenta dentro de uma perspectiva que, mesmo simbolicamente, demanda do político a capacidade de prometer e ajudar, particular ou coletivamente, o assentamento, e de ser pessoalmente próximo.

Face à exigência de que político, preferencialmente, seja alguém conhecido, dada a particularidade da situação de assentado esse político conhecido, na maior parte das vezes, é alguém apresentado pelo MST, que aparece nessa situação como vínculo, e também como um meio de proteção⁹ que o assentado tem em relação ao mundo fora do lote.

Sobre o trabalho de campo e a metodologia

A pesquisa de campo foi baseada na aplicação de um amplo questionário, sendo todo ele composto por perguntas abertas. Foram entrevistadas vinte pessoas, preferencialmente cadastradas como proprietárias de lotes. Com a intenção de ouvir diversas opiniões, e procurando não visitar apenas as casas mais conhecidas do assentamento (ou, as mais desconhecidas), essas vinte pessoas foram escolhidas aleatoriamente, a partir da listagem com os nomes de todos os cadastrados. Melhor dizendo, a preferência por se utilizar os questionários de forma aleatória veio por uma preocupação, dada por um conhecimento *a priori* do campo, em não se conversar apenas com famílias que têm maior participação e um certo reconhecimento tácito de que sabem falar melhor sobre política do que outras. Ao optar por sortear os entrevistados, procurei abranger a diversidade de opiniões e posições políticas presentes no interior do assentamento, que, de outra forma, poderia não aparecer caso as

⁹ Maria Izaura P. Queiroz (1976) afirma que, tradicionalmente, para o trabalhador rural votar no candidato do patrão significou fidelidade e gratidão a este *homem bom* que cedeu a terra e que, principalmente, dedicou-lhe proteção.

entrevistas fossem feitas apenas com aqueles que os próprios assentados achassem mais capacitados a falar por eles.

Sem dúvida, as falas de algumas pessoas apareceram mais que de outras. Isso se deve à riqueza de informações e à maior facilidade de expressão presentes nesses depoimentos. Porém, teve-se o cuidado de selecionar as falas que representavam as diversas idéias e conflitos existentes no assentamento.

No entanto, o fato de o questionário ter sido feito exclusivamente na casa de cada assentado permitiu a participação, em boa parte dos casos, da família que compartilha a casa: filhos, irmãos, maridos, esposas, avós, primos e, em algumas situações, vizinhos e amigos que se encontravam no local. Enfim, as lembranças e opiniões nem sempre são exclusivas de quem estava formalmente sendo entrevistado. Esses encontros, sem dúvida, enriqueceram o trabalho de campo, permitindo, para além do questionário especificamente, a observação de opiniões divergentes, de contrapontos, da ajuda na retomada de fatos meio perdidos pela memória e, ainda, possibilitou que se ouvisse opiniões e idéias de um número bem maior de moradores do 18 de Maio do que o previsto inicialmente, o que só veio a acrescentar informações.

Como observa Becker (1994), uma pessoa pode dizer ou fazer alguma coisa quando se encontra sozinha com o observador e outra quando outros membros do grupo também estão presentes. A opção por realizar entrevistas com um único depoente e também manter conversas com o grupo permite que se observe ambas as situações. De modo que o informante pode, por um lado, quando sozinho com o pesquisador

(...) dizer ou fazer coisas que reflitam com exatidão sua perspectiva, mas que seriam inibidas pela presença do grupo. Por outro lado, a presença de outros pode estimular comportamentos que revelam mais exatamente a perspectiva da pessoa, mas que não seriam verificados exclusivamente na presença do observador (Becker, 1994, p. 54).

Essas visitas permitiram a elaboração de um diário de campo, no qual eram descritas as trajetórias de vida de cada família, os motivos que as levaram a acampar, o que pensavam seus membros sobre o MST, seu nível de escolaridade, as dificuldades para levar uma vida destituída, na prática, de segurança, enfim, era registrada a história de cada família. Os assentados falavam de si, de seu mundo, de seus sonhos, do que deixaram para trás, do que queriam, e também do que projetavam para o futuro.

A temporada de aplicação dos questionários, devido ao tempo de chuvas e à precariedade do acesso ao assentamento, levou um período maior do que o inicialmente previsto para ser concluída, o que foi uma experiência com aspectos positivos, pois permitiu um tempo mais longo de convívio com o grupo estudado. O ir e vir ao e do assentamento nem sempre era possível na estrada de chão batido, que dificulta a locomoção do velho ônibus que faz a linha Basílio-Herval. Durante os meses de maio, junho e julho de 2004 permaneci nesse ir e vir, possível ou impossível, ao e do assentamento, temporada em que se prolongaram as conversas em torno do questionário, entre outros assuntos.

O assentamento esparrama-se por uma área de 2.135,13 hectares. Certos lotes ficam, portanto, a uma distância razoável de outros, e alguns situam-se bem longe do centro do assentamento, levando-se em conta que se anda a pé (em torno de 10 km). As caronas, no micro ônibus que faz o transporte escolar, a bem dizer quase que o único veículo que trafega pelas estradas internas do local, tornou possível o contato com as crianças e jovens que junto faziam a viagem e, através desse contato, foi que certas vezes descobri onde ficavam as casas de seus pais, com quem eu precisava conversar. Com a maior parte dos assentados, eu já tinha feito algum contato antes da entrevista. Com alguns o contato foi mais próximo e demorado e com outros, mais rápido. Alguns contatos, foram proporcionados por duas professoras que residem na vila próxima ao assentamento, onde se situa a escola, e que mantêm uma relação

estreita e de bom tempo tanto com as famílias assentadas como comigo. No jogo de forças, disputas e desavenças de todo tipo que acontecem cotidianamente no assentamento, o fato de eu ter sido hospedada na casa dos professores, que é um local público, e apresentada como pesquisadora por pessoas de fora, as professoras, que apesar de não serem estranhas ao assentamento, não participam de grupos de poder que muitas vezes dificultam uma maior liberdade para se estabelecer contato com todos, foi muito importante para o andamento da pesquisa e extremamente relevante para a obtenção de certas informações que, muito provavelmente, não me seriam dadas, caso tivesse sido apresentada por assentados, ou permanecido nas suas casas, sendo eles lideranças ou não.¹⁰

Na rede de promessas e obrigações que habitam o assentamento ninguém fica de fora, já que o estabelecimento dessas redes faz parte do modo de vida do lugar. Assim, ao realizar a pesquisa de campo, fui convocada pelos assentados para participar desse circuito de trocas, reciprocidades e favores. Como mais um sujeito a circular nesse universo, tornei-me alguém com possibilidades de participar das trocas. Portanto, os moradores me pediam coisas que necessitavam, conselhos e me presenteavam sempre que possível. Falavam dos outros moradores, das brigas de família e vizinhos e pediam apoio para suas visões de mundo.

Nesse clima de proximidade realizei as entrevistas. Dos assentados ganhava biscoitos, mel, verduras e convidavam-me para pousar em suas casas. Receptivos e dispostos a falar de suas vidas a alguém um tanto estranho, os assentados do 18 de Maio proporcionaram-me um campo de análise muito rico e fértil que, longe de ser esgotado, me mostrou que quanto mais adentrava no assentamento, mais sua complexidade anunciava que, desse todo, talvez apenas um pequeno fragmento eu pudesse compreender.

¹⁰ Segundo Becker (1994), deve-se levar em consideração o papel do observador no grupo, pois a maneira como os sujeitos de seu estudo o definem, seu papel, sua presença, afetam o que dirão para ele e o que o deixarão ver.

Como o interesse do trabalho de campo era também conhecer a história do assentamento e as trajetórias de vidas dos assentados, um primeiro momento no campo foi então dedicado a encontros em que as entrevistas estiveram bem próximas de histórias de vida, quando o pesquisador não tinha tanta influência no rumo da conversa, e a condução se dava mais pelo depoente. Ainda que dentro de um tema proposto pelo pesquisador, era o entrevistado quem escolhia espontaneamente sobre o que falar.

Como parte da metodologia das pesquisas qualitativas, as entrevistas são procedimentos próprios do trabalho de campo, e se dividem em depoimentos e histórias de vida. São procedimentos que, segundo Queiroz (1988, p.21-23), são escolhidos conforme as finalidades requeridas pelo pesquisador, ou seja, *as diferenças recaem sobre o tipo de pesquisa que se quer realizar, pesquisa esta que, na sua especificidade, deverá requerer a aplicação da história de vida, ou a coleta por meio de depoimento.*

Essas primeiras conversas fizeram parte de uma coleta mais informal, menos sistemática. A elas juntaram-se os questionários, instrumentos de coleta de depoimentos que, no dizer de Queiroz (1988), deixam o pesquisador com *as rédeas na mão*. As duas formas de *conversas* tornaram então possível, ao longo do trabalho de campo, que eu fosse compondo um conjunto de informações, unindo teoria e prática, conceitos e fatos.

A pesquisa de campo, em nenhum momento, significa algo inteiramente empírico. A conciliação de teoria e prática preserva o trabalho de cair em confinamentos teóricos ou de ser reduzido a um relato isolado. O exercício de ultrapassar essas fronteiras requer um esforço de se buscar naquilo que é local e específico, características mais gerais, como afirma Walton (1997): *Basicamente, a lógica dos estudo de caso é demonstrar como as forças gerais tomam forma e produzem resultados em cenários específicos* (Walton, 1997 apud Norder, 2004, p. 14).

Estrutura do trabalho

O primeiro capítulo consiste na tentativa de retomar parte da história do assentamento, seu início, a desapropriação da fazenda, a chegada no local, as primeiras experiências, os planos. A idéia foi, enfim, de reaver na memória dos entrevistados o que os marcou nesse tempo de moradores no 18 de Maio, quais suas avaliações das condições de vida, o antes e o agora no novo local de moradia e que mudanças ocorreram. Também nesse primeiro capítulo apresenta-se, ainda que brevemente, a atual situação do assentamento, no que concerne às questões infra-estruturais e sociais, ao contexto de inserção na cidade, e à relação com o poder público local, além de um conciso mapa do espaço no qual o assentamento se insere, território onde constrói sua história e estabelece suas relações políticas.

O segundo capítulo trata da concepção de política dos assentados no 18 de Maio. Interligando a construção do empírico com algumas referências conceituais, procurou-se traçar uma linha interpretativa dos elementos presentes na concepção de política que aparecem nas motivações múltiplas do assentado ao escolher em quem votar. Elementos como *promessa*, relação pessoal e o vínculo com o MST figuram como fatores que compõem o campo das representações, de valores simbólicos ou concretos, e que fazem parte do que se pensa como política no assentamento.

Nesse sentido, a *promessa* aparece como uma idéia chave para entender a noção de política entre os assentados. A partir do entendimento do significado desse termo para os entrevistados, elaborou-se uma rede explicativa buscando situá-lo no campo da política, a partir do estudo de como é entendido como *promessa*, qual sua lógica, e o que é uma *promessa* política.

A partir da idéia de política que o assentado constrói para si, a qual permite que se vislumbre a diligência do voto, discute-se os motivos que dão sentido a determinada escolha no momento da eleição, às possibilidades de barganhar com o voto, aos apoios, às afinidades partidárias, à presença do MST, ao voto da família, aos candidatos e à campanha eleitoral.

No capítulo três buscou-se mostrar como no momento de agenciamento do voto, o *tempo da política* se transforma no tempo da *promessa*. É neste período que o poder de barganha dos assentados se torna mais forte, pois os candidatos precisam deles, ou melhor, de seu voto. Trabalha-se com a construção das lealdades políticas adquiridas via compromissos, favores e trocas efetuadas no cotidiano do assentamento, e que encontram no momento do voto a possibilidade de serem ressarcidas, pois esses pedidos encontram possibilidade de atendimento apenas fora do assentamento, no espaço onde circulam os políticos. Como afirma Palmeira (1992, p. 28), para os grandes favores, busca-se *quem tem condições de prestá-los por dispor de dinheiro, prestígio ou de um capital de relações pessoais suficientes para mobilizar recursos de diferentes espécies de modo a atender as solicitações feitas*.

Assim, o voto é a realização de um tempo no qual os que nada têm buscam tirar o maior proveito possível; é também quando se estabelecem as relações assimétricas, encobertas na aparente igualdade entre político e eleitor proporcionada pelo momento eleitoral.

É dessa forma que a *promessa* – uma expressão da fala dos assentados que abrange e revela todo um universo de relações de trocas, favores e deveres – torna-se o fio condutor da pesquisa, na tentativa de se compreender a construção do voto no seu sentido mais amplo de articulação com o social. Desse modo, pensa-se o voto não como previsível, ou mesmo explicável, e sim como articulado numa trama de fatores que influenciam na tomada de decisão do eleitor. É no arranjo dessa trama no interior do assentamento 18 de Maio que se busca compreender as formas como ocorrem as reciprocidades e decisões no campo político.

Assim, o terceiro capítulo incorpora o apanhado das falas sobre como se escolhe votar, resultante do trabalho de campo, além das reflexões sobre a noção de política, os enredos das candidaturas e sobre as relações de *promessa* e lealdades como próprias da ação política e constitutivas do ato de votar.

Capítulo I

O assentamento 18 de Maio: pequeno cartograma

A preocupação em mapear o terreno das relações vividas pelos agricultores, suas experiências no momento de chegada e as dificuldades enfrentadas em um novo modo de vida justifica-se em um capítulo que retrata a situação do assentamento 18 de Maio, através de uma descrição que, ancorada na observação do campo pesquisado, procura desenhar o ambiente social e político em que se insere o grupo pesquisado, onde se desencadeiam os fatos políticos analisados.

A tentativa de melhor compreender o modo de vida construído no assentamento pressupõe, no caso pesquisado, que se busque as trajetórias sociais dos assentados. Como afirma Garcia Jr. (1994), a reflexão sobre trajetórias permite a análise sobre a diversidade entre os agentes, e a análise de suas visões diferenciadas sobre o processo, propiciando, ainda, que se estude recursos incorporados aos indivíduos ao longo de suas vidas, sejam eles na forma de disposições mentais, treinamentos, habilidades ou conhecimentos.

A história do chegar ao assentamento, de se *tornar assentado*, aparece em cada um carregada de um sentido especial. Em alguns, são relatos dispersos, às vezes meros fragmentos de memória, enquanto que em outros são muitos os detalhes que aparecem na descrição deste momento.

A chegada. Os primeiros tempos no assentamento

A data ficou na memória e deu o nome usual ao assentamento, que oficialmente se chama Santa Alice. Quando chegaram à sede da Fazenda Santa Alice no dia 18 de maio do ano de 1995 ainda era madrugada.¹¹ O sol só foi aparecer algumas horas depois, permitindo que se pudesse avistar a terra tão esperada. A chegada no local, enquanto ainda não amanhecera, era parte da estratégia de surpreender, evitando uma possível presença da polícia ou de fazendeiros, ou seja, para evitar maiores transtornos no fim de uma espera que já se prolongava havia anos. Eram perto de trezentas pessoas que pela primeira vez pisavam uma terra destinada à reforma agrária no município de Herval,¹² que depois receberia mais 14 assentamentos.¹³ Os sonhos e a novidade desembarcavam juntos do caminhão de carga que os trouxera desde o norte do estado, até a fronteira oeste do Rio Grande do Sul.

Cerca de um mês antes do dia da chegada de todo o grupo, vinte homens, parte deles proveniente de acampamentos, estabeleceram-se na fazenda com intenção de assegurar a desapropriação por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Como recorda seu Heitor,¹⁴ que diz ter sido o primeiro a pisar *naqueles chão*, eles ocuparam para *garantir que aquelas terras fosse realmente para reforma agrária*.

A Fazenda Santa Alice encontrava-se em trâmites de desapropriação no INCRA havia quase dois anos. O diagnóstico técnico considerara a fazenda improdutiva. Contudo, entre o diagnóstico e a efetiva desapropriação, a Fazenda Santa Alice, que servia ao proprietário como

¹¹ A desapropriação da Fazenda Santa Alice data de novembro de 1994. Nos dados oficiais do Gabinete de Reforma Agrária /RS, a criação do assentamento é 24 de abril de 1995. Para os assentados é 18 de Maio.

¹² O município de Herval situa-se na fronteira oeste, na região denominada Sul do Estado do Rio Grande do Sul - RS, a 380 km de Porto Alegre. Têm cerca de 7 mil habitantes, em sua maioria residentes na área rural, sendo a agropecuária extensiva sua maior fonte de renda. Ver o mapa em anexo.

¹³ Atualmente o município de Herval tem 10 assentamentos, mas contava com 15 assentamentos até o ano de emancipação de Pedras Altas (1999). Hoje os 5 assentamentos fazem parte do território recém emancipado. Ver, em anexo, o mapa dos assentamento.

¹⁴ Todos os nomes dos assentados foram substituídos por pseudônimos, apenas permaneceram com suas verdadeiras identidades as pessoas que são “figuras públicas”, como o caso dos candidatos e das lideranças.

uma fonte de renda através de arrendamento, passou, por iniciativa do arrendatário, por um intenso processo de investimentos, o que preocupou os coordenadores do MST, que acompanhavam de perto o processo de desapropriação e temiam um possível recuo neste processo. Essa tensão permaneceu até o momento da chegada dos assentados e a ocasião em que ocorreu o loteamento da Fazenda, inicialmente dividida em 94 lotes agrícolas. No processo de desapropriação, apenas as benfeitorias da fazenda foram indenizadas pelo INCRA.

Para além da explicação legal sobre a desapropriação da fazenda, os assentados construíram uma verdade que situa essa desapropriação no interior de um código moral. A partir de uma mentalidade religiosa, sustentada em um mito do encontro, encontro com a terra prometida, os assentados criaram explicações para seus destinos estarem ali se realizando. As conversas sobre a desapropriação da Fazenda Santa Alice, principalmente entre as mulheres do assentamento, contam a história da filha do fazendeiro desapropriado, sua única herdeira, que sendo freira e residindo atualmente no Vaticano, teria a intenção de doar a terra para Igreja.

Doar para a Igreja é, de certa forma, dar aos desprovidos, ou seja, a eles mesmos. Isso talvez venha confirmar uma certa necessidade, entre os agricultores, de justificar a ocupação da terra de uma forma que não o trabalho, como seria o moralmente aceito entre eles. Nota-se nas falas dos assentados o quanto os conforta a idéia de que de qualquer forma a fazenda seria doada, e para a Igreja, que apóia a luta de quem não tem terra.

Martins (2004a) ressalva o sentimento de respeito e de valor que o pequeno agricultor tem pela propriedade da terra. A situação de estar sem-terra ou integrar o MST não necessariamente modifica esse vínculo com a propriedade da terra. Em grande parte dos casos, o que se percebe é o contrário: quando o agricultor acampa, e resolve enfrentar as agruras do

acampamento, que significam muitas vezes o rompimento, ou amortecimento temporário, de certos valores de sua cultura, ele o faz pensando em ser proprietário da terra, o que torna, não raramente, uma situação difícil para ele a ocupação da propriedade privada alheia, fazendo com que opte, quando possível, por ocupações de terras públicas. No caso do 18 de Maio, não foi diretamente a ocupação que levou à desapropriação da Fazenda Santa Alice, mas um processo técnico realizado pelo INCRA.

Os assentados compõem uma parte dos pobres que vagueiam pelas margens de um Brasil moderno em busca de um lugar seu para viver. Nesse grande movimento que não cessa, as famílias que vieram para o assentamento 18 de Maio partiram de vários locais, campo e cidade, quase todos oriundos de localidades das regiões Planalto, Norte e Alto Uruguai do Rio Grande do Sul. À época formaram-se acampamentos em muitas localidades, entre elas, regiões distantes como Lagoa Vermelha, São Miguel, Jóia, Eldorado do Sul e Tupanciretã.¹⁵

Essa peregrinação em busca da terra, do trabalho e da moradia, levou algumas famílias a um pequeno e ainda mais distante lugarejo, que surgiu ao redor de uma estação ferroviária, chamado Basílio, o povoado mais próximo do assentamento. Basílio é uma vila de meia dúzia de ruas, distante 48 km da sede do município de Herval, construído em torno da antiga estação de trens que fazia a rota sul do estado, desativada na década de 1960, e reativada atualmente apenas para uso privado. Os habitantes do Basílio guardam na memória as facilidades do transporte ferroviário, que foi privatizada; os trens passam todos os dias entre os lotes carregando grãos, e, no entanto, os assentados não têm como escoar sua produção...

Longe do lugar de seu passado, fora de suas experiências, o assentamento 18 de Maio surgiu no horizonte da vida daquelas pessoas como a realização do encontro entre o espaço prometido e a terra de onde, embora vagando pelo mundo, jamais saíram.

¹⁵ Segundo relatório do Lumiar, há no 18 de Maio assentados naturais de 28 municípios, predominantemente das regiões do Planalto e Alto Uruguai do Estado do Rio Grande do Sul.

Passados quase dez anos da data de chegada, para aqueles que permaneceram, os acontecimentos desse dia ficaram marcados como parte da memória que divide a vida em um *antes* e um *depois*. Uma divisão marcada entre a certeza de que a vida passada não teria mesmo outro jeito, seria só trabalhar e trabalhar para patrão sem descanso nem melhora, e o vislumbre de novas possibilidades de uma vida melhor, com o empenho de tanto tempo agora realizado: o de ter terra própria para plantar e casa para morar. Das 94 famílias que chegaram no início (1995) hoje restam 76. Segundo a fala de uma das lideranças do assentamento alguns *não conseguiram se adaptar no assentamento; e os que desistiram, na verdade foram pedido para se retirar para não estragá o nosso nome na comunidade.*

De qualquer modo, a primeira impressão da chegada no vilarejo do Basílio quebrou um pouco os ânimos de alegria e novidade que tudo representava, pois houve uma recepção fria e hostil dos moradores, que fecharam as poucas casas e as únicas duas mercearias do pequeno povoado. A necessidade de leite para as crianças depois de uma longa noite de viagem e de alguns alimentos para os adultos não sensibilizou os moradores, que olhavam os forasteiros com medo e apreensão, pois estes estavam estigmatizados pela carga pejorativa de adjetivos que carregam os sem-terra. No imaginário dos moradores do Basílio, eram os *marginais*, os *comunistas*, os *vagabundos*, os invasores de terras de que sempre ouviam falar e que agora não estavam mais longe, no noticiário da televisão, mas sim ali ao lado, batendo à porta, querendo ser vizinhos. Não foram recebidos, desde o início, nem pelo poder público municipal, que alegou, e alega, não poder dar conta da população local, quanto mais dos de fora.

Como se sabe, nas definições estabelecidas para a política de assentamentos, cabe à prefeitura municipal uma efetiva implementação de condições para a viabilização do projeto de assentamento. Essa atribuição de responsabilidade, como ressalta Neves (1997, p. 390),

pode operar na inviabilidade do programa de assentamento, conforme os interesses econômicos e compromissos políticos assumidos pelos participantes do jogo de forças que preside a eleição de cada prefeito.

A situação de dependência de políticas públicas municipais coloca o assentamento em uma situação de instabilidade, pois a variação conforme o grau de identificação do prefeito com a reforma agrária compromete, assim como torna imprevisível, o futuro. Tem-se que

(...) os efeitos são desastrosos, se a relação de reconhecimento não se torna politicamente possível. Uma aplicação plausível da política de reforma agrária se viabiliza, se a aliança estabelecida propicia a incorporação dos resultados desta forma alcançáveis como modos de comprovação dos interesses políticos; como expressão da ruptura com as formas tradicionais de exercício da administração municipal (Neves,1997,p.391).

Portanto, para os assentados do 18 de Maio, sem o devido reconhecimento público da situação de assentamento e sozinhos num lugar estranho, foi um começo difícil. Sem assessoria técnica efetiva e sem conhecer o meio ambiente, o solo e as condições climáticas, as primeiras safras foram quase todas perdidas para o frio, chuvas e inexperiência com a nova terra. Os recursos atrasaram nos primeiros meses e, quando chegaram, o tempo do plantio tinha passado e também não havia um projeto que mostrasse como e o que fazer com o dinheiro recebido.¹⁶

No tempo que se seguiu, vieram vários recursos financeiros, com períodos intercalados de assessoria técnica, primeiramente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS e depois do Lumiar¹⁷, porém os recursos pareciam estar sempre descolados de um projeto maior, que deveria incluir no mínimo previsões sobre quais eram as possibilidades

¹⁶ Norder (2004, p. 283) em sua pesquisa em São Paulo, no assentamento Fazenda Reunidas, considerado como um projeto modelo de assentamento, também verifica as conseqüências que as irregularidades e instabilidades dos créditos para produção trouxeram para o aproveitamento do potencial do assentamento na geração de emprego e renda, levando algumas famílias a arrendarem seus lotes ou buscarem emprego fora do local.

¹⁷ Criado em 1997, o projeto Lumiar era um serviço de assistência técnica aos assentados, que atendia reivindicações dos movimentos sociais. O programa extinguiu-se em 1999, não recebendo mais financiamento federal. No RS, o governo Olívio conseguiu manter o projeto por mais algum tempo através de recursos estaduais.

produtivas e comerciais do local antes da instalação de um assentamento de reforma agrária. Ademais, os órgãos que prestavam assessoria técnica não conseguiram uma inserção efetiva que permitisse um plano de gerenciamento dos financiamentos recebidos pelos assentados.

As dificuldades de conciliação entre o recurso estatal e o acesso a técnicas de plantio e gerenciamento da produção no lote fazem parte de um projeto de reforma agrária que se caracteriza mais por tentar amenizar os conflitos no campo do que efetivamente solucionar o problema da pobreza e do acesso à educação, que qualifique o trabalhador rural para administrar com um mínimo de autonomia seu lote.

O assentamento aparece como medida de curto prazo, colocando um grande número de famílias pauperizadas na terra, desatreladas de políticas capazes de possibilitar sua real emancipação por meio de trabalho qualificado na terra e da viabilização de recursos operacionais e financeiros.¹⁸ De certa forma, o que parece ocorrer é a ausência de uma real preocupação com a viabilidade do agricultor por parte do Estado e suas instituições representantes no processo de reforma agrária, tais como o INCRA e a EMATER. É como se, para essa parcela da população, o aprendizado ou a adaptação a uma nova terra tivesse de ter nascido com ela e não fosse adquirida mediante processos de educação e qualificação, muito necessários, por exemplo, aos trabalhadores que vieram de núcleos urbanos.

A incompatibilidade existente entre o projeto dos técnicos e o desejo dos assentados, e, ainda, com recursos que, muitas vezes, não estão inseridos em um projeto contextualizado ao local do assentamento, despregado da real situação daquele grupo específico de assentados, acaba gerando uma situação que, à primeira vista, culpabiliza o sujeito da reforma agrária. Culpa-se o assentado pela sua situação de pobreza e falta de condições de produzir. A falta de

¹⁸ Sobre essa questão, Medeiros e Leite (2004, p.19) assinalam que a intervenção governamental tem privilegiado a ação pontual sobre conflitos, segundo a gravidade e visibilidade de diferentes interesses envolvidos, resultando que, até o momento, os assentamentos sejam espacialmente dispersos, sem infra-estrutura viária, com assistência técnica, educacional e sanitária, em geral, muito deficientes.

autonomia para produzir no lote, devida à falta de correspondência entre as reais possibilidades do lugar (condições de solo, clima, etc) e o programa de envio de recursos, acaba por colocar o assentado em uma situação muito delicada.¹⁹

As dificuldades agudizam-se a cada nova temporada de espera do financiamento, que é sempre incerto, envolto em obstáculos burocráticos, e que muitas vezes chega ao agricultor tarde demais para o plantio. Quando não, o financiamento acaba sendo absorvido por necessidades mais urgentes da família que, devido à carência de uma produção mais estável, dificilmente chega no período de recebimento do recurso para lavoura com algum dinheiro disponível para sua própria manutenção.

Uma das explicações talvez se encontre na visão que muitos dos assentados têm dos técnicos. Há um certo choque entre o conhecimento especializado e os meios tradicionais de trabalhar a terra, enraizados no agricultor, daí a difícil mudança decorrente, tanto pela rejeição à postura, muitas vezes, bastante autoritária dos técnicos, como também pelo próprio condicionamento cultural dos agricultores, pouco habituados a lidar com modelos de trabalho mais sistemáticos.²⁰

Na sua pesquisa de assentamentos no Paraná, Eliane Bernneisen (2004, p.91) constata que os agricultores que aderiram à luta pela terra, após conquistá-la, têm procurado o restabelecimento de uma ordem que lhes é peculiar na organização de suas vidas, pois (...) *é nesse período que as diferenças aparecem, que as divergências afloram, que se estabelecem*

¹⁹ O trabalho camponês sempre foi visto como “autônomo” em contraste com o trabalho assalariado que representaria o cativo (Velho, 1982). Provavelmente surja, no caso do assentamento, um certo choque dessa autonomia de cada agricultor com o projeto técnico para destinação do recurso financeiro.

²⁰ D’Incao e Roy (1995, p.31) acreditam que o dilema da autonomia dos agricultores assentados também passa pela questão da produção, *pelo alargamento dos limites do saber agrícola – saber camponês residual e insuficiente para o enfrentamento dos seus novos desafios*. Os autores fazem referência à importância da assessoria na capacitação dos agricultores para uma produção mais moderna e técnica, e ao risco de esse saber técnico ser completamente estranho à experiência e planos dos agricultores.

novas afinidades e que se renovam as esperanças de construir suas vidas tal com almejam, ou seja, através da reconstrução do modo de produção familiar.

Tratando da resistência a novos moldes de trabalhar a terra por parte dos assentados, Lechat (1996, p.115) afirma que o fato de sempre terem trabalhado para patrão e agora trabalharem para si próprios representa uma mudança, mas não significa que isso propriamente transforme os agricultores, seu conhecimento, maneira de trabalhar e ver o mundo. Também Woortmann (2004, p. 282) discute a resistência dos agricultores assentados em adotar práticas de organização da produção fora do saber que dominam, dentro de um sistema de trabalho que lhes é estranho. De acordo com a autora, os agricultores (...) *temem assumir compromissos que estejam além de suas possibilidades e rejeitam a idéia de se sujeitar a uma rígida disciplina de trabalho. Precisam de tempo para testar, experimentar e verificar qual sistema de produção melhor se adapta ao seu projeto de vida.*

No projeto do assentamento 18 de Maio, a presença dos órgãos de assistência técnica foi bastante deficitária, não possibilitando uma condição de trabalho capaz de estabelecer vínculos de confiança entre técnicos e assentados. Como resultado, não ocorreram modificações substanciais em dificuldades básicas enfrentadas para produzir no lote. Isso porque muitos não tinham experiência em administrar sua própria produção agrícola, uma vez que trabalhavam como peões e agregados, entre outros empregos que não exigem a responsabilidade de tomada das decisões de gerenciamento da propriedade.

Sobre a situação como meeiro, bem coloca um assentado: *eu acampeei para mudar de vida, não podia ter o controle, fazê por bem o que queria; e por que trabalhá pra dá a metade é trabalhá pra o diabo dá risada.*

Um exemplo desse deslocamento entre gerenciamento da produção e projeto foi que de nada adiantou produzir o feijão nas primeiras safras em boa quantidade, pois não existia

mercado consumidor suficiente na pequena cidade de Herval. Assim, metade da safra de feijão do primeiro ano de assentamento não teve possibilidade de ser comercializada e o desânimo sem dúvida marcou os que plantaram.

O assentamento quase dez anos depois

Atualmente, o assentamento 18 de Maio é o primeiro no Estado do Rio Grande do Sul a ser beneficiado pelo programa do PAC/BID – Projeto de Aperfeiçoamento e Consolidação de Assentamentos, uma parceria entre o governo federal através do INCRA com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. O convênio foi firmado há um ano e prossegue até o final de 2005, com um montante de recursos que chega a um milhão de reais.

A associação de assentados do 18 de Maio, Associação São Roque, em licitação que contou com dois órgãos de assessoria técnica para administrar e dar apoio técnico ao assentamento, aprovou a proposta do CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Produtor, uma organização não governamental (ONG) ligada à Igreja Evangélica Luterana no Brasil.

O projeto prevê melhoria nas condições estruturais do assentamento, na produção agrícola e nas moradias. Estão acontecendo inúmeras reuniões neste período de implantação do projeto, para definições de onde será aplicado o dinheiro do financiamento que é destinado à coletividade. Já foi aprovada em assembléia a construção de um centro comunitário, onde haverá, além do espaço para festas, reuniões e encontros, um setor em que funcionará uma pequena agroindústria, onde as mulheres do assentamento planejam fazer sucos, geléias, doces e conservas em geral para serem comercializados em Pelotas, cidade mais próxima com mercado consumidor importante, e também onde fica o ponto de venda do CAPA, a loja Pé de Couve, para comercializar produtos originários de assentamentos assessorados pela ONG.

O projeto PAC/BID estabelece que, para obter quaisquer dos financiamentos, os assentados devem fazer parte de um grupo de trabalho, composto a critério dos próprios membros, por afinidades e confiança mútua, já que os financiamentos são para o grupo e não individuais. Portanto, caso um dos integrantes não se responsabilize por sua parte, os outros integrantes de seu grupo assumirão a dívida com o banco. Esse é um mecanismo utilizado pelo banco, segundo os beneficiados, para que aquele que recebe financiamento não *desapareça com o dinheiro que é de todos*.

A questão principal permanece: como produzir em terras que ainda são estranhas ao manejo que conhecem e que sempre souberam dar às plantações em regiões do norte do estado, onde o clima não é tão úmido, nem faz tanto frio e, principalmente, onde as épocas de plantio e colheita são outras? Que fazer se a assessoria técnica é sempre menor que a demanda, mesmo agora que se mostra mais estruturada pelo projeto do PAC?

As famílias dizem que os primeiros tempos foram de completo abandono de qualquer apoio técnico estatal e, por isso, acabaram perdendo toda a lavoura (por não saber as épocas certas de plantio e desconhecer o clima de Herval). Também quanto à presença do próprio MST, o assentamento não é dos mais privilegiados. Argumentam que se tivessem recebido a terra com o conhecimento obtido através do tempo de trabalho que hoje têm sobre ela, as coisas seriam melhores, as dívidas dos primeiros recursos que hoje estão começando a ser cobradas teriam maior possibilidade de serem pagas.

A atual situação econômica da maioria quase absoluta dos assentados deixa clara a impossibilidade de restituição das dívidas contraídas nos períodos iniciais do assentamento.²¹ Pela precária situação em que se mantém algum dos assentados, pode-se perceber uma completa ausência de políticas públicas que proporcionem uma real transformação em seus

²¹ Segundo a pesquisa de Medeiros e Leite (2004), a questão do endividamento dos assentados em geral, no Brasil, assumiu tamanha importância que a prorrogação dos prazos tornou-se pauta de reivindicação do MST.

cotidianos. Ausência a que se vincula uma carência prolongada ao longo de todas suas vidas, e que revela que o Estado brasileiro nunca fez sua parte, seja como responsável pelos processos educativos e de sociabilidade na decorrer da vida dessas pessoas, seja como o responsável pela garantia de outros dos direitos básicos como saúde e moradia e, principalmente, como capaz de garantir que pelo trabalho seja possível manter-se com dignidade.

O resultado último dessas questões diz respeito, mesmo que indiretamente, às políticas estatais (ou à ausência delas). Tomando como exemplo a necessidade do trabalho infantil e juvenil que impossibilita a frequência à escola, afirma Neves (1997, p. 26) que a convivência assistemática dos trabalhadores rurais com a escola dá-se, *seja pela ausência da instituição, seja pela necessidade de se vincular ao trabalho ainda muito jovens*. Fundamentalmente, o Estado ausentou-se da vida dessas famílias empobrecidas, quase todas vitimadas pelo processo de transformação das relações no campo que se intensificaram da década de 1950 até os dias de hoje (Martins, 2004).

O assentamento abrange uma grande diversidade de intenções com relação ao modo de viver no lote. É possível encontrar tanto agricultores que começam pouco a pouco a ter uma produção mais estável, conseguindo produzir o alimento que é colocado na mesa da família e ter perspectivas de permanecer no lugar, como um outro tipo de beneficiado do programa que faz questão de ressaltar que sua previsão é a de um futuro muito ruim para o assentamento, e que suas intenções são as de permanecer enquanto conseguir receber algum tipo de recurso em dinheiro, para depois seguir procurando outro lugar, dando seguimento ao caráter itinerante tão comum às populações pobres do meio rural brasileiro.

O auto-sustento pela lavoura ainda não se tornou uma realização no 18 de Maio. A dependência de financiamentos bancários coloca os assentados em uma situação delicada, em que sempre querem saber quando chegarão *os novos recursos*, como dizem. Atormentados

com as dívidas, como conta um assentado que (...) *chego a sonhá com essa dívida chegando*, alguns falam em desistir de tudo, enquanto que outros apostam que sempre se poderá dar um jeito, *ir rolando a dívida*. Contudo, os recursos não pagos começam a criar uma sombra pesada sobre as possibilidades de um futuro de emancipação econômica. O que fica é a esperança de dias melhores para um futuro imprevisto, perpassada pelas promessas de realizações de políticos.

A impressão ao conversar com as pessoas, ao caminhar pelas estradas no interior do assentamento, adentrar pelos lotes e conhecer suas casas é a de que os assentados estão sozinhos, deslocados no tempo, e produzem apenas para a sobrevivência, com seus arados atrelados a juntas de boi; trabalham rudemente em uma lógica que sabem ser limitada quanto à inserção no mercado, caracterizado pelos avanços da tecnologia.

Portanto, importa saber se com o passar tempo, mesmo estando fora das possibilidades de competir no mercado, os assentados poderão permanecer na terra com condições de manter sua família, ou estarão outra vez vivendo de forma provisória, pois como diz uma assentada, *aqui se faz só pra comer*. Afirmar Martins (2004a, p. 41), mais que sobrevivência, as populações pobres do campo *buscam sobreviver com dignidade, com base num modo de vida peculiar que é o da agricultura familiar. Com base na não-dispersão da família e na esperança de assegurar um futuro para os filhos*. Ou seja, tratam-se de pessoas que lutam pela terra por que têm nela um projeto de vida que não a mera sobrevivência.

Os assentados do 18 de Maio, deslocados não apenas no tempo, mas também no espaço, pela distância de quilômetros difíceis de transpor em função da precariedade das estradas de acesso ao assentamento, desestimulados para produzir e com muitos dos lotes nos quais o mato toma a maior parte, sentem-se abandonados no sentido de um efetivo apoio estatal, que signifique algo para além de prorrogar o prazo das dívidas ou abrir novos créditos

bancários. O que se nota é uma política que não sinaliza emancipar os assentados, mas ao contrário, vai piorando ainda mais a situação de dependência de pessoas que procuram respirar por si mesmas. Cientes da impossibilidade de pagarem os financiamentos e *tocarem* a lavoura somente através do trabalho, percebe-se o desânimo transvertido em espera de tempos melhores, que imaginam um dia possa enfim acontecer, em vidas que se revelam, na essência, pelo sofrimento e agruras da pobreza.

O cotidiano no assentamento

O dia começa cedo para boa parte das famílias no assentamento, na hora de fazer o fogo no fogão à lenha, esquentar água para o chimarrão e preparar o café com pão caseiro. É preciso chamar as crianças para não perder o micro ônibus que os leva até a escola. Depois, é cuidar de dar comida para *as criação indo de um afazer a outro*.

Assim transcorre boa parte dos dias no assentamento 18 de Maio, um pequeno universo de 266 pessoas que ali residem, divididas em 76 famílias. Há uma média de 3,6 pessoas por família, sendo que 116 são mulheres e 150 são homens. Com idade de desenvolver atividades no lote são 160 pessoas, 63 mulheres e 97 homens. No entanto, há 16 homens residindo e trabalhando em seus lotes sozinhos. A maior faixa etária é a de crianças e jovens entre 0 e 30 anos, correspondendo a 64% da população do assentamento. A maioria são adolescentes de 14 a 21 anos que já não frequentam a escola, pois na escola estadual, situada na vila Basílio, não há ensino médio (Fonte: CAPA).

Poucos são desses jovens, inclusive, que terminam o ensino fundamental. Acabam abandonando a escola por variados motivos: desde a necessidade de servirem como mão-de-obra no lote, até por receberem convites do MST para apoiarem acampamentos e ações em outras regiões, o que muitas vezes os faz perder o ano letivo. Também desistem de estudar

com o simples argumento de não gostarem de ir à escola. Há alguns, ainda, que se acham *velhos* para voltar à série em que pararam. Alguns desses jovens acabam ficando ociosos no assentamento, são acusados de cometerem pequenos furtos e de excessivo consumo de bebidas alcoólicas. Esses adolescentes, quase todos do sexo masculino, revelam não ter vontade de permanecer no assentamento, o qual acham *um fim de mundo*. De forma geral, o grau de escolaridade é muito baixo, havendo um número alto de analfabetos. Conforme dados do CAPA, das 266 pessoas que compõem o assentamento, 218 estão acima dos seis anos de idade, e, entre essas, 23 não freqüentaram a escola. Acentuando a baixa escolaridade está o fato de muitos assentados terem permanecido pouco tempo nos bancos escolares, tendo, com o passar dos anos, perdido o contato com a leitura e a escrita. Atualmente, freqüentando a escola assiduamente são exatos 70, entre crianças e jovens. Porém o número dos que estão matriculados é bem maior, pois há muitos que desistem ou aparecem esporadicamente ao longo do período letivo (Fonte: Secretaria da Escola Estadual Corinto Escobar Ávila, Basílio).

Segundo depoimento de professoras da escola, as desistências acontecem todos os anos. A explicação mais plausível encontrada por elas é a de que esse abandono é ocasionado pela necessidade da mão-de-obra do jovem, mas também pelo descaso com a escola por parte de muitos pais. De certo modo, os agricultores acham desnecessário o estudo depois que os filhos aprendem a ler, pois partem de uma lógica que é preciso de terra para sobreviver e do estudo apenas como forma de se defender para não ser enganado (Paulilo, 1998, p. 135).

Boa parte das pessoas entrevistadas, principalmente as mulheres que pararam de estudar nas séries iniciais, demonstram interesse em voltar aos bancos escolares para, ao menos, completar o ensino fundamental, por meio de curso supletivo. Afirmam que hoje se tem *maior necessidade do estudo para quase tudo*. Uma das entrevistadas revela sua vontade de ter uma maior participação política no MST, mas que lhe falta *mais estudo*. Existe a idéia

de que se tivessem permanecido mais tempo na escola teriam, sem dúvida, alguma chance de ter uma vida melhor, e não seria, na análise de um agricultor, *a vida toda só virando terra e pedra*.

Portanto, se as maiores dificuldades foram nos primeiros tempos, agora é *ir vivendo*. Essa é a idéia da maioria dos assentados que estão no 18 de Maio desde 1995. Os maiores entraves para se viver no assentamento são fundamentalmente as dificuldades no preparo do solo e as dificuldades financeiras para investimentos. O assentamento tem como base produtiva fundamentalmente os grãos, principalmente milho e feijão. A dificuldade no preparo das terras, pela ausência de maquinário, já que nenhum assentado possui trator, faz com que alguns dos agricultores precisem que o solo seja preparado por terceiros (hora/ trator) ou mesmo por empréstimo de junta de bois com arado. Esses fatores acabam, por vezes, ocasionando o atraso no plantio.

Segundo relatório do CAPA, um problema para o bom andamento das lavouras está na qualidade das sementes que os agricultores utilizam, principalmente dos dois principais produtos, o milho e o feijão. Consta que as sementes de milho utilizadas são híbridas de segundo ano, e conseqüentemente as lavouras são de pouca produtividade e espargidas. No caso das sementes do feijão, o problema maior está na forma de armazenamento, pois ao permanecerem em lugares úmidos perdem seu vigor (Fonte: CAPA) .

Uma questão a ser pensada, já que a terra seria um ideal de vida dessas pessoas, trata do descuido com o solo. Como apontado em relatório do CAPA, não há no assentamento nenhuma prática de melhoria e conservação do solo, como adubação verde ou correção de acidez. Segundo a equipe técnica, até a lavoura passada (2002/03) ocorria uma desnecessária e exagerada utilização de adubos químicos. Também até esse período não havia nenhum projeto de reflorestamento, sendo a madeira nativa utilizada para servir de lenha em fogões e lareiras.

Recentemente, com o projeto do PAC/BID, alguns agricultores começaram a plantar árvores frutíferas com intuito de servirem de matéria prima para uma futura agroindústria, projetada para funcionar na sede da Associação Comunitária São Roque, associação dos assentados no 18 de Maio. No que se refere às hortas do assentamento, em geral apresentam más condições produtivas, muitas em estado de completo abandono.²²

A produção animal dentro do assentamento possui duas funções básicas: geração de renda e auto-suficiência alimentar.²³ Através da criação de pequenos animais, como suínos e aves domésticas, o suprimento de parte da alimentação é garantido. Já a criação bovina está voltada para geração de renda e produção de leite.

Essa produção leiteira é, por enquanto, apenas para o consumo caseiro, pois as tentativas de se instalar uma cadeia produtiva de leite entre os assentamentos da cidade de

²² Bendetti (2004) constata o processo de desgaste dos solos nos assentamentos pesquisados no Rio Grande do Sul; e revela preocupação em relação à sustentabilidade da agricultura praticada pelos assentados, questionando a criação de assentamentos em regiões como a Campanha gaúcha. A região sul do estado, onde situa-se Herval, é próxima à região da Campanha e também caracteriza-se pela exploração da atividade pastoril extensiva. Também o relatório do LUMIAR, diagnostica alguns problemas que precisam ser resolvidos tecnicamente para a implantação e desenvolvimento da capacidade produtiva do assentamento 18 de Maio, problemas que, até os dias atuais, não foram solucionados, e permanecem obstaculizando a produção e as melhorias na qualidade de vida no assentamento. Começando pelo diagnóstico do solo, *A caracterização dos solos de Herval, através do estudo do Soil Studies in the Merim Lagoon Bosin, de W. G. Sombroek, contém todas as informações técnicas sobre os solos e sua capacidade de uso. Quanto à capacidade de uso agrícola, Sombroek (1969) usa a classificação do serviço de conservação de solos do Estados Unidos. Herval, no total de sua área de 280 mil hectares, possui 49% de áreas onduladas com solos Podzólicos- Bruno acinzentados, Podzólicos vermelho- amarelo, Regossolo e Litosolo. São solos de boa fertilidade, mas que necessitam de um efetivo controle de erosão, quando utilizados com cultivos anuais. Pela posição geográfica de nossos assentamentos, 80% deles estão localizados neste solos. Assim, toda e qualquer atividade tecnicamente conduzida deverá ter práticas conservacionistas (...), o que sem dúvida terá um custo adicional nos projetos de custeio e investimento, em sua implantação, ou seja, nos cultivos de primeiro ano.* Para além da situação dos solos, um outro agravante para a produção, e que ainda não encontrou solução efetiva, é o problema da irrigação no assentamento. *Os dados de pesquisa da região sul e Campanha do Estado do Rio Grande do Sul nos últimos cinquenta anos demonstram déficit hídrico nos solos de nossa região nos meses de novembro à março, época em que o nosso clima é favorável para o desenvolvimento de culturas de verão: cereais e leguminosas. Assim constatamos que o fator limitante para a produção de grãos e pastagens de verão é a água. Dessa forma, recomendamos que, para que qualquer atividade de produção agrícola em nossa região alcance resultados crescentes, a prática de irrigação é caractere fundamental e indispensável em qualquer processo produtivo* (Fonte: Projeto Lumiar. Diagnóstico dos assentamentos e Plano de Desenvolvimento no período de 1999 a 2001).

²³ A questão da renda, do que é considerado como renda – renda agrícola líquida, animal, de consumo, outros trabalhos, etc, – tem uma longa discussão nos estudos sobre o meio rural. Sobre essa discussão ver Abramovay e Carvalho Filho (1994). Como não é intenção aqui entrar neste campo, usa-se a expressão *renda* para designar qualquer retorno monetário das atividades agrícolas.

Herval, com circulação de um caminhão refrigerado, não durou muito tempo, devido à distância em que se encontram os outros nove assentamentos do município e ao alto custo para se manter o caminhão trafegando em estradas em péssimo estado.²⁴

Diante da impossibilidade de implementação da produção e comercialização do leite, os assentados permanecem sem ter um rendimento mensal, o que talvez seja um dos principais motivadores da desistência em relação ao lote pelos moradores no local. Esse quadro econômico desfavorável condiciona a vida no assentamento. São poucas as possibilidades de melhorias no modo de viver o cotidiano. As famílias são colocadas na dependência de conseguir remédios e outros bens de maior necessidade através de pedidos ou através da prática do *ajutório* de alguns políticos. No posto de saúde da vila Basílio, em tentativas às vezes de quase desespero pela necessidade, propõem-se a dar presentes, produtos da roça, para conseguir um benefício que não conseguem por direito, e pelo qual não podem pagar. Contam com a má fé de alguns dos responsáveis públicos pela saúde na vila, que reafirmam esse jogo maléfico, o conhecido *é dando que se recebe*.

A falta de uma atividade econômica que proporcione uma renda mensal recai sobre vários aspectos da vida do assentado. Fundamentalmente influencia na possibilidade de investimentos na produção, meio mais apropriado de sair das relações de dependência. Os assentados acabam por necessitar vender animais de criação, quando não contrair dívidas, para

²⁴ Desde o período de realização do relatório do LUMIAR (1999-2001), o assentamento apresenta o desejo de engajar-se na cadeia de produção de leite do restante dos assentamentos do município, porém as dificuldades com a estrada e a falta de organização interna dos produtores no fornecimento do leite obstaculiza a participação dos assentados. Pelo diagnóstico da equipe técnica, *Há uma grande perspectiva de mercado com relação à produção leiteira, seu beneficiamento e comercialização, desde que produzido com alto grau de qualidade. A região, conforme dados da EMBRAPA, é propícia e tem grande potencial produtivo, sendo também uma atividade que se molda a pequenos, médios e grandes produtores. Oferecendo renda mensal à família, bem como produtos como queijos, doces, etc; Que servem tanto para mercado quanto para consumo familiar.*

poder efetuar compras simples, mas que na ausência da entrada de um dinheiro mensal não conseguem realizar.

Um outro fator, também causado por essa necessidade de rendimento mensal, tem conseqüências mais profundas no próprio fundamento do projeto de reforma agrária. Ao invés de gerar emprego e renda pelo trabalho na terra, ocorre que os assentados acabam buscando um emprego fora do assentamento (principalmente as mulheres, que buscam trabalho como domésticas na vila), disputando o pequeno e já concorrido mercado de trabalho e não dando ao lote o sentido que deveria ter ao ser destinado à reforma agrária.

Muitos dos assentados que abandonaram seus lotes, segundo contam seus parentes ou vizinhos que permaneceram no assentamento, fizeram-no pelo fato de não terem uma renda mensal. Em certos casos, premidos por necessidades urgentes como doenças na família, e não conseguindo recursos com a lavoura, apostaram tudo em abandonar o lote, com o pouco que ali adquiriram através de financiamentos recebidos.²⁵ Outros, especialmente os mais velhos, acabam guardando o máximo de tempo que podem o dinheiro que deveria ser investido na lavoura, como forma de se prevenir caso precisem de remédios ou outro gênero essencial.²⁶

Como agravante para a falta de recursos financeiros, está o alto índice de problemas de saúde, que, por sua vez, diminui o potencial de mão-de-obra disponível para o trabalho na roça. Há um número elevado de famílias que tem um ou mais de seus membros com doenças que os impossibilitam para o trabalho mais pesado ou mesmo para qualquer tipo de atividade. A precariedade no atendimento médico disponível na vila, aonde o médico vai uma vez por

²⁵ Lechat (1996), em sua pesquisa em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul, também constata as dificuldades dos assentados em obter um rendimento, sendo que fazem a maior parte de seus negócios através de trocas. A autora também constata trocas e vendas de lotes entre famílias assentadas por não se adaptarem às culturas da região.

²⁶ O filho de uma senhora já idosa, assentada e titular do lote, conta que sua mãe sempre guarda o dinheiro dos financiamentos, e, certa vez, tendo guardado dentro de um tijolo que servia de pé da cama durante o inverno acabou por esquecer onde colocara. Somente no verão, com o tijolo sendo deslocado, é que foi encontrada uma boa soma de dinheiro que deveria ter sido destinado para plantação.

mês (ou como dizem, *em ano eleitoral aparecem mais alguma outra vez*) dar atendimento em um único turno, para moradores da vila, do assentamento e das redondezas, acaba obrigando as famílias a levarem seus doentes até a cidade, o que ocasiona despesas adicionais num orçamento já limitado e piora o déficit de mão-de-obra no lote, às vezes duplamente, pois o doente dificilmente poderá viajar e buscar atendimento sozinho.

O atendimento médico, mesmo na cidade, nem sempre é possível, e raramente o é para o mesmo dia, se depender do posto público, o que cria uma situação difícil para quem não tem onde permanecer na cidade para conseguir ficha médica para o próximo dia. Ademais, o ônibus para o assentamento sai apenas três vezes por semana, o que significa que talvez seja preciso ficar fora de casa por dois dias ou mais. Isso implica terem de arrumar onde pernoitar, e a atitude mais comum é pedir pousada na casa de um vereador, chamado Batista (na eleição de 2000 não se reelegeu, mas conseguiu outro mandato na de 2004), que fez, estrategicamente, em sua casa, uma espécie de hotel a baixíssimo, quase zero, custo para hospedar os assentados.

Essas são questões que, em um primeiro momento, não mostram toda sua complexidade, mas que aumentam drasticamente as dificuldades dessas pessoas de vivenciarem o cotidiano do assentamento. A situação revela em si uma lógica perversa, a da dependência, da pobreza que não permite vislumbres de autonomia e cidadania, mas ao contrário, perpetua a condição de dependência dos favores de *uma boa alma* ou, no caso, de *um bom político*. Beatriz Heredia (2002, p. 37) constata em uma de suas pesquisas que candidatos disporem de hospedagem para pessoas que vêm do interior é um fato comum, e revela o ponto frágil dessa situação porque

(...) tal tipo de assistência gera uma dívida por parte daquele que a recebe e, afirma-se, a assistência é dada propositalmente, como maneira de obrigar quem a recebe a votar no parlamentar que a presta, situação caracterizada por nossos informantes como geradora de uma relação de tipo clientelista.

De certa forma, a explicação para a difícil situação em que se encontra boa parte dos assentados está no seu modo de vida, em que as dependências e necessidades se fazem notáveis principalmente pelo estado de conservação de suas casas, pelas carências básicas, como a qualidade na alimentação e nos vestuários, e pelas poucas possibilidades de melhorias da produção no lote. A ausência de rendimento mensal é o principal ponto de estagnação, segundo os assentados, o que os impossibilita de investir mais na produção, e de arcar com as despesas como luz, vestuário, alimentos que não são produzidos no lotes, remédios e outros gastos cotidianos, necessidades que não têm como serem supridas sem a venda de uma criação ou com o trabalho (mal) assalariado fora do lote.

As possibilidades de melhorar o modo de vida são muito relativas e condicionadas a situações específicas de cada família, da sua trajetória, dos recursos que trouxe consigo. Há uma clara insensibilidade por parte dos responsáveis pelas políticas públicas de assentamento com relação às diferenças de condições e situações estruturais próprias e subjetivas com que cada família chega ao assentamento. A desconsideração a esse aspecto também se dá por parte do MST, que reforça uma relação hierarquizada dentro do assentamento (D’Incao e Roy,1995).

O MST acaba elegendo certas famílias *mais interessadas* para participarem de viagens, congressos, das coordenações do Movimento e mesmo dos cursos técnicos, e reforça nas outras famílias uma situação de isolamento, de *por fora*, em que elas que por si mesmas já se sentem excluídas, pois acham que sua opinião é pouco considerada (alguns até mesmo acham que não sabem falar). Cria-se uma situação que acaba fazendo com que sejam esses assentados duplamente excluídos: pelo Movimento, por ele ter uma postura insensível aos motivos dessas famílias não participarem ativamente da organização e discussões do MST e/ou pelo próprio

assentamento, sofrendo a pecha de serem chamados de *individualistas*; e por elas mesmas, que se sentem deixadas de lado, muitas dando uma explicação condizente com um estado de baixa estima provocada pela situação de pobreza estrutural e de pobreza psicológica criada por essa condição e reforçada pelas lideranças do MST (idem,1995).

A questão do *individual* sempre foi polêmica e conflituosa na relação entre direção e bases no interior do MST. A exigência da produção coletiva nos assentamentos, cobrada nos primeiros tempos do Movimento, deparou-se com a resistência do modo de ver a terra e nela viver dos agricultores, obrigando a coordenação do MST a flexibilizar sua postura em relação aos que preferiam produzir individualmente. No entanto, isso não significa que diminuiu o estigma sob os assentados que se opõem a participar das ações coletivas e a aceitarem os modos de agir instituídos pelas coordenações nacionais e regionais.

O assentamento 18 de Maio é formado por lotes com produção individual. O grupo formado para o recebimento dos recursos do PAC/BID não se estende para a atividade produtiva. De qualquer forma, a questão dos individuais, ou como dizem, os *individualistas*, ganha espaço na discussão interna do grupo no que se refere à escolha de quem participa de reuniões da Associação Comunitária, da militância do MST, das coordenações do projeto PAC/BID, entre outras atividades coletivas.

Pesquisando os assentamentos que resultaram do acampamento Encruzilhada Natalino, Lechat (1996) constatou que mesmo quando o MST não era ainda constituído de maneira formal, a questão do estado coletivo já era uma determinação, o que levava algumas famílias que não pertenciam a nenhuma ação coletiva dentro do assentamento por ela pesquisado, o

Novo Sarandi, a criarem um grupo artificial, o *grupo dos individuais*,²⁷ devido à postura da direção de somente se relacionar com os *coletivos*.²⁸

Os dilemas colocados entre o que desejam as lideranças e o que deseja a base do Movimento remetem aos desafios apontados por Maria da Glória Gohn (1997, p.154-55) a serem enfrentados pelas ações coletivas nos próximos anos. Para autora, os desafios são de duas ordens: um primeiro que diz respeito a esse descompasso entre o sentido dado pelas direções e as bases dos movimentos populares: (...) *isso porque as direções possuem, usualmente, atrelamentos político-partidários, ideológicos ou religiosos. E as bases têm culturas próprias, específicas, com valores diferentes dos das direções*. O outro centra-se na questão da participação dos movimentos em debates sobre questões públicas, dificultado por ocorrência de divisões, corporativismos e segmentações que os permeiam os movimentos populares. Ela afirma que:

A falta de tradição em práticas e culturas democráticas tem levado à repetição de vícios do passado. A pressão das bases – ávidas por resultados imediatos – e o medo e receio das lideranças de perder o apoio destas bases para outras tendências organizadas do movimento social têm levado ao exercício de práticas não muito democráticas, em que o acesso à informação, fundamental para qualquer processo democrático, passa a ser controlado. As escolhas têm tido caráter essencialmente político-partidário (Gohn,1997, p. 154).

Para alguns autores, mudanças ocorridas na democracia no Brasil durante os últimos anos precisam ser percebidas pelas lideranças dos movimentos sociais em suas práticas (Navarro, 2002; Gohn, 1997). Apesar da permanência de uma sociedade agudamente estratificada e desigual, e em que pese a longa história de subordinação, de condições para o desenvolvimento da cidadania bastante precárias, de exclusão de direitos e de participação

²⁷ D’Incao e Roy (1995) apontam para a presença de conflito entre grupos no assentamento em que pesquisaram, onde o grupo dos militantes (associados) opõem-se ao grupo dos individuais.

²⁸ Tratando da questão dos assentamentos coletivizados, Bernneisen discute a imposição do MST e a relação de poder presentes em experiências coletivas a partir de uma perspectiva foucaultiana. Ver Bernneisen (2002).

para boa parte da população, a sociedade brasileira, e a própria democracia, modificaram-se nas últimas duas décadas em direção a uma participação popular .

Os dilemas da reprodução de práticas autoritárias e subordinadoras precisam ser enfrentados internamente pelos movimentos sociais, especialmente o MST que parece formar seus militantes avessos ao processo democrático. Desviando-se, muitas vezes, de possibilidades de negociação pela reforma agrária, para conflitos políticos e ideológicos de caráter partidário, o Movimento distancia-se de sua base ao não apostar nas práticas democráticas em suas relações internas, e perde espaço no debate público sobre a reforma agrária ao não buscar uma participação democrática em conjunto com o Estado e a sociedade civil.

A relação entre assentados e MST e as possíveis conseqüências dessa relação no campo político – o isolamento, o jogo de forças internas e as diferenças mais substanciais entre os agricultores – serão tratadas no próximo capítulo, como substrato de uma discussão mais específica: a noção de política delineada na fala dos assentados.

Capítulo II

Como se pensa a política no assentamento. Da promessa ao voto.

Para melhor compreender a noção de política expressa nas falas dos assentados, organizou-se este capítulo a partir de uma ordenação em duas etapas. Primeiramente, pretende-se explicar o chão da *promessa*, as condições que proporcionam sua insurgência como uma questão política – a fidelidade, os saberes, a pobreza, a subordinação, a espera e a expectativa. Retomam-se mais especificamente questões que foram descritas num plano mais geral no capítulo primeiro. Analisa-se o sujeito da *promessa*, a situação social dos homens, mulheres e jovens que falaram para esta pesquisa e vivem em um mundo de incertezas. A partir da situação social dos assentados, procura-se o entendimento de *promessa* que emerge das falas, observando-a como base das noções de política presentes no assentamento. Procurou-se fazer um estudo das falas buscando encontrar no dito, na palavra dada, a expressão do pensamento político do assentado. Pensamento que discorre para uma confluência de *promessa* e política, e vai revelando através das falas dos assentados o entrelaçamento destas duas noções.

No segundo momento, faz-se uma articulação do pensar e viver a política como *promessa* com a tradição política brasileira, os favores à *pessoa*, a longa saga da pobreza no Brasil e as continuidades da cultura da subserviência. Ainda no tecer dessa discussão, abre-se caminho para questionar a postura política do MST como um movimento social inserido nesse contexto, que reproduz práticas tradicionais de mando e subserviência, dando seguimento a uma política de hierarquias e privilégios, mantendo uma relação que subordina a maior parte do assentados no 18 de Maio pela restrição da informação e da fala. Assim, o MST é discutido no sentido de se construir, a partir de suas contradições internas observadas na pesquisa, uma

análise crítica que não esconda a face mais próxima do cotidiano (e não ideal) da relação entre o MST e os assentados, sua base. Buscou-se observar na análise das contradições aquilo que Zander Navarro (2002) denominou como *o MST virtual e o MST real*.

A partir da pesquisa de campo pode-se compreender um pouco como pensam a política os moradores do 18 de Maio. O questionário, com questões como *quando o senhor (a) pensa em política o que lhe vem à cabeça?* possibilitou que expusessem como estão pensando a política, o que defendem e o que criticam. São diversas visões, percepções e vivências da política, nem todas possíveis de se traçar dentro de um pano de fundo comum. A interpretação das entrevistas busca uma compreensão desta diversidade (ou complexidade).

Foi a partir do conjunto das respostas e das observações de campo que a *promessa* apareceu como uma chave explicativa não só dá noção de política como da construção do voto. É um dado que emergiu do campo pesquisado e que se revelou essencial para a compreensão da vivência da política no assentamento. Com a intenção de ilustrar o melhor possível o modo de vida no assentamento, compondo uma descrição do que vem a ser *locus* da *promessa* como um certo modo de entender a política, busca-se fazer uma descrição do cotidiano de grupo estudado. Não, porém, uma descrição pura e simples, pois transcrições puras incomodam tanto quanto análises definitivas (Peirano, 1995, p. 55), e, como diria Pierre Clastres (2003), nada mais seriam que uma espécie de *exotismo*.

O texto que resulta é uma tentativa de realizar o encontro entre o conteúdo da teoria e os dados obtidos em um determinado contexto etnográfico. Referindo-se à importância do vínculo entre teoria e pesquisa, Mariza Peirano considera elucidativo o depoimento de Evans-Pritchard, onde este mostra que seu interesse por determinada questão surgiu na pesquisa: *Eu não tinha interesse por bruxaria quando fui para terra Zande, mas os Azande tinham; de*

forma que tive de me deixar guiar por eles (Evans-Pritchard, 1978, p. 300 apud Peirano, 1995, p. 43).

O terreno da *promessa*: as condições para sua anunciação

Na leitura dos depoimentos coletados, nas observações do diário de campo da pesquisa, e nos dados técnicos do CAPA, notou-se a existência de profundas diferenças entre os assentados, seja no modo de vivenciar a experiência de beneficiário da reforma agrária, nas condições de vida ou, ainda, na sua inserção na organização interna do assentamento. Essas diferenças possibilitaram a criação de uma ordenação com três grupos.²⁹ Esses grupos mostram que, na verdade, um assentamento é um mundo carregado de heterogeneidades que precisam ser levadas em conta porque, embora a *promessa* esteja presente em todos os grupos, esta presença se faz a partir das condições específicas de cada um. Cabe entender em que condições situam-se os pesquisados, o que lhes é permitido barganhar nesta ou naquela situação e o que os impede de sair dessa lógica. As situações são bastante diferentes, pois as necessidades são distintas e as condições de superá-las também.

Os grupos de agricultores assentados no 18 de Maio

Como dissemos, no 18 de Maio é possível traçar três grupos de agricultores que distintamente se relacionam com a terra e vivenciam a situação de *ser assentado*. As distinções operadas para fins explicativos entre os agricultores não têm fronteiras rígidas e, em diversos casos, as situações descritas em um grupo também podem ser observadas em outro.³⁰

²⁹ Em linhas gerais, a definição dos grupos segue sugestão apresentada pelo relatório da FAO (1992), discutido em Abramovay e Cardoso Filho (1994, p. 37), que propõe três categorias de assentados: a) os beneficiários da reforma agrária que não têm conseguido empreender uma atividade produtiva e que se mantêm abaixo da linha de pobreza – setor pobre ou marginalizado; b) um grupo cuja renda oscila entre um e três salários mínimos por mês, em via de se integrar ao mercado; c) um grupo de rendas mais altas, maiores de três salários mínimos por mês, tidos como integrados ao mercado.

³⁰ A existência de diferentes níveis de rendimento entre assentados também foi observada por Benedetti (2004, p. 84). Para a autora, a diferenciação relaciona o nível de renda com os projetos familiares, e as características determinantes foram: ciclo de vida; idades; número de membros; diferentes trajetórias; facilidade de adaptação a

O primeiro grupo é pequeno, em torno de cinco famílias, com melhores condições de vida, casa rebocada, banheiro, lavoura cultivada, junta de bois e família estruturada. É possível conversar com seus membros sobre seus desejos de permanecer na terra, de fazer do lote no assentamento um bom lugar para viver. Anunciam possibilidades de crescer, pagar os recursos estatais recebidos e se emancipar economicamente nos próximos anos. Os canteiros em volta das casas são cuidados, as hortas sempre têm *uma plantação da época*.

Um senhor chamado Seu Bento orgulha-se de ter feito a lavoura no verão e de ter o milho para ser quebrado no último inverno para dar para *as criação*. Seu Bento, que trabalhava de peão de fazenda antes de acampar, sente saudade do tempo em que participava de festas de rodeio, e ainda hoje arreja seu cavalo tordilho com apreço para sair de casa. Na época da entrevista era tesoureiro da Associação Comunitária São Roque – associação dos assentados do 18 de Maio que organiza e representa o assentamento junto aos projetos estatais, ao CAPA e ao MST, contando com uma diretoria eleita pelo voto dos cadastrados com lote – e dizia estar em uma *situação muito delicada*, pelo fato de se opor a companheiros de chapa, militantes do MST. Segundo a socióloga do CAPA, o grupo de assentados que rodeia Seu Bento luta pela direção da Associação Comunitária São Roque e pressupõe que o controle da Associação lhes dará projeção política no assentamento e em futuras eleições em Herval.

Com o lote produzindo, Seu Bento considera-se entre os poucos que produz e participa da organização do assentamento. Para ele,

(...) têm uns assentado que são conhecido por ter participação no grupo, no assentamento, mas não produz nada no lote, apenas fica de reunião em reunião (...) outros são aqueles que pensam só neles, que estão sempre esperado um favorzinho, uma ajuda ou coisa parecida.

O tom depreciativo que aparece na fala de seu Bento reproduz, em certa medida, as dificuldades de convívio e de construção da idéia do assentamento como um lugar de interesses coletivos (Brenneisen, 2004). Apesar de nunca ter ocorrido a experiência de produção coletiva, várias questões são de interesse geral, como a construção de estradas, da sede do assentamento e das melhorias de infra-estrutura. Enfim, a participação na associação comunitária, onde se discute os temas de ordem geral, é decisiva na distinção que ocorre no interior do grupo pesquisado entre quem participa e quem *pensa só em si*. Ao ser tachado de individualista, esse assentado que *pensa só em si* acaba tendo uma série de dificuldades caso queira, efetivamente, ter participação ativa, disputando cargos da associação e das coordenações do MST.

No lote vizinho ao de Seu Bento mora Aparecida, que sonha com o futuro das filhas pequeninas e do nenê que espera. Imagina a possibilidade de cursarem *a faculdade para serem professoras, e depois até mais, fazerem mais estudo que professor também ganha meio mal, né mesmo!* Aparecida diz não ter nenhuma vontade de sair do lote, gosta de sua casa, das poucas a ter reboco e pintura. A casa amarela situa-se em lugar privilegiado, bem no centro do assentamento, defronte ao local onde a sede comunitária está sendo construída, de onde segundo ela *pode cuidar todos os movimento que acontece*.

Não muito disposta a falar de política, Aparecida gosta de contar sobre sua inserção e atividades nas coordenações da Associação Comunitária São Roque e do MST, o que não considera atividade política. Ela faz parte da coordenação de educação e diz ter que se afirmar para enfrentar as oposições de dentro do assentamento e também de fora. Ressalta que em sua casa quem fala é ela, e seu marido, silencioso, normalmente concorda com Aparecida, sobre seus planos quanto o futuro do lote. A família tem uma vida bastante agitada e integrada ao restante do assentamento, apesar de confessar ter seus desafetos políticos no local. O casal tem

ali vários parentes no assentamento, recebe muitas visitas e sua casa é um bom lugar para se conversar com parte dos que por ali passam e param para dar um *olá!*

Um pouco mais para o lado da vila Basílio, não muito distante de Aparecida, reside Seu Coralino e sua família – três filhos e esposa. Bem cedinho na manhã fria de julho ele preparava o chimarrão que se tomava durante boa parte da nossa longa conversa. Gosta de falar de política, mas acha que é preciso cuidado com *as conversas dos políticos*. É um senhor preocupado com o andamento do lote, com a lavoura, os afazeres da roça e com o futuro dos filhos.

Seu Coralino é um caso especial no assentamento por sua trajetória como agricultor responsável por administrar sua própria plantação, o que lhe garante certa autonomia para resolver seus problemas e fazer o planejamento do lote. Essa experiência falta à maior parte dos outros assentados, que apesar de já terem trabalhado na roça, muito poucos eram os responsáveis pelo planejamento e organização da produção. Nesse sentido, o exemplo de seu Coralino é válido para se contrastar com situação distinta vivida pelos assentados que fazem parte dos outros dois grupos.

Um segundo grupo observado, o mais numeroso e mais heterogêneo, tem cerca de 35 agricultores que permanecem num estágio intermediário, sem condições de produzir no lote, a curto e médio prazo, se faltar o financiamento e a presença de apoio técnico estatal. Muitos têm um dos membros da família trabalhando como diarista nas fazendas vizinhas ou como empregada doméstica na vila Basílio. Esses agricultores encontram-se premidos pelas necessidades básicas e permanecem na espera dos prazos para o recebimento de programas de apoio a assentamentos e à agricultura familiar, por parte do governo federal.

Estes assentados sentem-se sufocados pelas dívidas contraídas pelos primeiros financiamentos recebidos, os quais, segundo dizem, vieram deslocados de apoio técnico

adequado e dos tempos de plantio, quando ainda não conheciam bem o clima e os métodos agrícolas adequados à região. Sabendo da impossibilidade de sanar suas dívidas, esses agricultores parecem estar num misto de desânimo e expectativa. Desânimo por reconhecerem que a produtividade estimada para os lotes, no momento, não permitirá que paguem suas dívidas, mas também há a expectativa de receber uma ajuda econômica do governo que, primeiramente, perdoará as dívidas anteriores e, num segundo momento, fará novos financiamentos a fundo perdido.

Regina é uma assentada receptiva e mostra-se orgulhosa ao falar de seus *estudos pelo Movimento*. Disposta a conversar sobre o MST, Regina apresenta um discurso articulado e crítico, mostrando textos de encontros de que participou, inclusive no distante Estado de Alagoas, colocando-os com orgulho sobre a mesa enquanto responde ao questionário. Desde logo revela sua insatisfação em não poder participar das coordenações no 18 de Maio. Diz ter sido excluída de tudo:

Nunca pude repassar o que tinha aprendido (...) Fui fazer formação em Maceió, cursos básicos a convite do MST. Não gostei de ter de volta; não fiz procuração para o meu filho que tava aqui e os técnicos não me deram os recurso, eu tive que voltar. Nas reuniões [depois que voltou e esperava colocar em prática o que aprendeu] que eu tinha que fazer não pude por que o nosso coordenador é um autoritário, o Gordo, não me dava espaço por que fui fazer os curso e não gosto de mentira dos líderes, fazem tudo ao gosto dele. Um militante não pode deixar o poder subir para cabeça.

Regina prossegue falando, bastante amargurada com o fato de ter sido como que *exilada* da participação no assentamento por essa liderança. Revela saber as intenções dos grupos que desejam sempre estar no poder no assentamento, impedindo portanto a participação dos demais assentados. Segundo ela, quem disputa as coordenações regionais do MST e da Associação Comunitária São Roque fazem

(...) as campanhas para assumir os cargos só quando tem dinheiro. O próprio presidente da Associação não assumia [efetivamente] o cargo na regional, e queria só para ele por que sabia que tinha dinheiro; ele sempre vai onde tem dinheiro. É o cara é sempre bem visto, eu me arreiro, mas eu conheço ele, os erros tão acontecendo mas só agora se começa a ver. Tem que ter as idéias limpa, se subiu o poder pra cabeça..

O depoimento de Regina revela um pouco as dificuldades no relacionamento entre os assentados, principalmente quando se referem a questões de disputas por espaços de representação, como no caso da Associação Comunitária São Roque, das coordenações regionais do MST e também da presidência da Comunidade Católica que tem sua sede junto ao centro comunitário. As disputas entre os assentados criam um clima que divide as famílias em algo semelhante a facções, causando, por um lado, constrangimentos entre vizinhos que disputam em posições divergentes, o que dificulta qualquer projeto que envolva a coletividade do assentamento, que já se caracteriza por ser essencialmente individual em seu modo de produção nos lotes, e, por outro, cria a necessidade de posicionamentos por parte dos assentados em determinados grupos/facções para pleitear a disputa, levando-os a buscarem apoios e a questionarem lideranças e coordenações já instituídas.

Referindo-se a associações de produção coletiva e de discussão política nos assentamentos que pesquisou, Noëlle Lechat (1996, p. 107) constata que

O novo tipo de relações sociais que se forja nessas associações é objeto de conflitos e de discussões permanentes(...). Não existindo mais a hierarquia de poder tradicionalmente presente na produção familiar [no caso dos assentamentos coletivos] nem a relação proprietários-assalariados, novas relações de poder estão em formação, bem como a resistência a elas. Isto leva a uma situação continuamente conflituosa e potencialmente explosiva, na qual diferenças tradicionais de gênero, idade e origem étnica estão também presentes e são constantes e inconscientemente manipuladas, o que resulta numa distribuição desigual do poder.

Contando um pouco de seu passado, Regina confessa que sente saudade, que gostaria *de estar no lado de sua região*. Bastante incomodada por não ter um rendimento mensal, o que acontecia quando era assalariada, revela que sente *falta das coisas que podia adquirir, aqui não tem como, aqui se faz só para comer*. A experiência de vida na cidade, quando pensada

mais a fundo logo é desmistificada de sua aparente facilidade.³¹ Regina recorda de imediato que também não dava muito certo depender de salário,

(...) eu achava que tinha que acampar pelo meio de vida que eu tinha, pagava aluguel, o salário não dava nada, depender do trabalho [assalariado] não leva a nada (...) aqui mudou porque principalmente não se tem a preocupação com moradia, o teto se conseguiu, as condições de se manter.

Bastante falante, Regina confessa suas dificuldades para se manter no lote com pouco recurso, e fala com clareza sobre a necessidade de o assentamento organizar uma forma de produção que possibilite um rendimento mensal às famílias. Enquanto serve café e oferece um belo pão caseiro para regar a conversa, conta que acampou

(...) para alcançar um objetivo de vida, mas dá um desânimo, não é pelo espírito de sacrifício, mas tem que ter as condições. Os primeiros recursos foi tudo mal aplicado. Não é por nós, por que a gente não tinha conhecimento, tudo mal administrado (...) Hoje a gente conhece melhor, precisava receber o que recebeu no início e nós não sabia administrar, hoje chega só dívidas e a gente não tem como pagar (...) O assentamento teria que ter uma renda, a gente não tem renda, depende de vender uma criação para se manter. Não tem circulação de dinheiro, tem gente que não tem 50 reais quando chega o financiamento. A saúde para nós é precária, [o pessoal da saúde] vem de 15 dias e é péssima, não tem enfermeira padrão, nem médico. Também não se arruma serviço para fazer fora do lote para ter dinheiro.

Nesse grupo intermediário, há a garantia à família de um rendimento quando um dos membros da família está empregado ou aposentado, ou quando a administração dos recursos financeiros que deveriam ser usados na lavoura são economizados e usados como meio de subsistência da família nos intervalos entre um recebimento e outro. Essas famílias permanecem em um tênue equilíbrio das formas de sustento, sempre preocupadas com qualquer situação de exceção, como doenças ou falecimento de um familiar aposentado. Portanto, nesses casos os recursos, mesmo que escassos, permitem a manutenção da casa e há

³¹ A pesquisa de Maria Nazaré Wanderley (2004) em assentamentos no Nordeste revela que seus entrevistados, apesar das histórias pessoais serem de muitas dificuldades, conseguiam ter uma visão positiva da cidade mesmo quando reconheciam nesta as dificuldades de emprego e moradia. No caso do assentamento 18 de Maio, nenhum dos depoentes revelou uma visão positiva de suas experiências, ao contrário, todos relataram sobre a vida precária, a periferia, o emprego mal remunerado e a impossibilidade de com pouco estudo e especialização para o trabalho urbano, permanecerem na cidade em condições melhores que as atuais no assentamento.

expectativas por parte de alguns agricultores de que com tempo, o trabalho e novos recursos mais regulares, poderão, como dizem, *tocar o lote* com mais facilidade.

As observações durante o trabalho de campo identificaram uma outra situação no assentamento que se apresenta como profundamente precária, criando-se assim um terceiro grupo de agricultores.³² Nesse terceiro grupo, encontra-se também um bom número de famílias, em torno de 35 a 40, (de um total de 76). É um tanto incerto esse número porque algumas famílias oscilam entre o segundo e este terceiro grupo. Considera-se como parte do terceiro grupo principalmente aquelas que moram precariamente, algumas ainda em barracos de lona ou de madeira, ou em casas de alvenaria sem reboco, sem água encanada e sem banheiros. São famílias com sérias dificuldades de *tocar a lavoura*. Esses problemas estruturais acarretam outros e as coloca em uma posição desprivilegiada para sobreviver no âmbito da agricultura familiar.

A falta de assistência médica e psicológica, de saneamento e higiene nas casas, sendo que muitas não passam de pequenos barracos de madeira, e de condições de adquirir alimentos e vestuário suficientes deixam essas famílias à mercê da ajuda de terceiros, seja de outros assentados do local, seja de órgãos de caridade que fazem doações de roupas, alimentos e conseguem consultas médicas.

Enquanto trabalha na máquina de sovar a massa de macarrão caseiro, receita especial que serviria no almoço depois da entrevista, Dona Carminha vai falando de sua impossibilidade de fazer os exames médicos por não dispor de condições econômicas e a saída arranjada pela família: (...) *tu vê, a gente espera essas época das eleição para botar em dia os*

³² A situação de precariedade na condição de vida no assentamento 18 de Maio infelizmente não é uma exceção entre os assentamentos da região sul do estado. Ao conversar com outros pesquisadores, ou mesmo visitando outros assentamentos, em Herval ou cidades vizinhas como Pedras Altas, Piratini e Arroio Grande, não é possível notar diferenças substanciais na qualidade de vida dos assentados (exceto no assentamento Lago Azul, hoje parte do município de Pedras Altas, onde quase todas as famílias têm algum parentesco e trabalham juntas).

exame né, pois agora é que chove de político se oferecendo, eu peço e eles me dão um elétrico do coração.

Seu Ulisses, assentado no 18 de Maio desde o primeiro ano, retrata um pouco da sua situação no assentamento. Pelo trabalho no lote, a família de Seu Ulisses não consegue dar conta de resolver questões econômicas básicas, tais como a despesa com roupas e alimentos. A casa é de piso de terra batida e a lavoura tem o mato crescido: a família carrega consigo o custo de anos de degradação, violência e muita miséria. Há a degradação por não ter moradia, o abandono do campo por falta de condições de se manter na terra, a decisão de ir para a cidade mesmo com pouca qualificação. Ele conta ter ido à escola somente parte do primeiro ano primário por causa da merenda, e ter passado por longos períodos sem emprego, *apenas fazendo bico*. Por isso tudo, diz que resolveu acampar: *já passei muita necessidade na vida, acampe pra ver se melhorava as condições da pessoa*. Uma família marcada pela violência de ter tido um filho assassinado por um vizinho de lote, e a dor e a necessidade de contato diário com a família inimiga do vizinho, pois dividem a fonte de água, parecem ter criado um muro de isolamento entre esta família e os outros assentados.

Quase sem nenhuma participação no conjunto do assentamento, tampouco no MST, a família de Seu Ulisses procura nos políticos a ajuda para suas situações de apuro. Tomado como individualista para o restante do assentamento, S. Ulisses diz que não sabe *falar direito*, preferindo não responder à parte do questionário também porque não gosta de política, e diz: *Eu, para mim, política é só promessa, essas política nem podia existir. Eles [os políticos] só prometem quando chega época, depois o cara se dana*. Quando perguntado se participava de alguma de alguma atividade política, sua esposa antecipou-se em responder que só valeria a pena ir a um comício se lhes dessem alguma coisa de vestir e comer.

Quem prossegue respondendo ao questionário é uma filha de Seu Ulisses, que segundo ele, *ela sabe falá das política*. Ele permanece dando alguns palpites ao longo da conversa, ambos enfatizam a necessidade de o político *ser* apoiado pelo MST, porque *no assentamento os outros só promete, os do MST ajudam mais*.

A preferência pelo candidato do MST é devida ao fato de que tem maior possibilidade de ser alguém conhecido, confiável,

(...) um que eu confie, um do assentamento a gente sabe que pode ajudar, trazer alguma coisa para o assentamento; se é um do assentamento que concorre, ele vai ajudá tudo que é assentado, não importa o assentamento; Se é um de fora não ajuda os assentado, ajuda só os rico de fora do assentamento.

Essa relação de não participar de atividades, reuniões e coordenações no assentamento por achar que não sabe falar, que não tem condições de expressar o que pensa não acontece somente com Seu Ulisses. São vários os depoimentos que revelam as distinções construídas e fortalecidas por assentados *mais participativos*. Ocorre que a maior parte dos *mais ativos* corresponde aos membros de famílias com melhores condições de vida. Em decorrência disso, os mais pobres acabam não só desamparados como também estigmatizados pelos outros assentados e pelo MST, por não participarem de reuniões e ações políticas.

Pode-se notar que os dois grupos mais numerosos têm condições de vida muito precárias, o que se observa nas condições de moradia e através de suas falas sobre o cotidiano e sobre os seus desejos. Na relação com políticos estão mais vulneráveis a um comprometimento pragmático e imediatista de seu apoio aos candidatos que lhes prometem algo. Isso não significa dizer que esse tipo de apoio político ocorre apenas com os agricultores mais empobrecidos, mas sim que notavelmente estes estão mais propensos a entrar nesse jogo, premidos pela necessidade. Não é à toa que revelem esperar o período eleitoral para poder, mediante pedido a um candidato, realizar, entre outros imperativos, seus exames médicos.

As falas querem dizer: *se promete muito se desconfia, mas tem que prometer um pouco* (assentada do 18 de Maio).

Partindo do panorama da situação social do assentamento pensado como terreno fértil para o revigoramento das relações de dependência e clientela, e a partir do universo observado nas falas dos assentados, buscou-se nesta pesquisa os sujeitos da *promessa* política – o político e o eleitor. O que diz o assentado que expressa uma relação da política com a *promessa*? A visão de mundo e a lógica própria do assentado em agenciar seu pensamento político aparecem com clareza nos depoimentos que podem ajudar a responder à questão:

(...) quando é época de política eles vêm, depois nunca mais. Eles prometê fazê o poço, as estradas e depois nunca mais.(...). Tem que fazê os comício deles as propostas boas. Mas se promete muito se desconfia, mas tem que prometê um pouco.(...) acho que a política não pode parar, sempre tem que levar no pensamento, mas fora do tempo da política ele não vai longe.(...). As promessas não cumpridas são o exemplo de que não se pode confiar nos político, esperar que cumpram aquilo que dizem. Não estão verdadeiramente preocupados com os pobres.

Assim, algumas falas e depoimentos, que misturam no seu engendrar a condição de vida e o pensamento político dos assentados, são capazes de explicitar a intersecção do lugar e situação social com a trajetória política.

Poder-se-ia dizer que o ponto central na definição de uma noção de política para os assentados é a *promessa*, uma vez que ela se articula no interior de um campo de possibilidades no qual corrupção, abandono e ausência de preocupação pública por parte de candidatos participam da efetivação de um mundo simbólico que permite a todos dar sentido a suas vidas, e às formas através das quais se busca resolver os problemas cotidianos.

Nesse sentido, a *promessa* anunciada na comunidade acaba sendo a promissória, espécie de garantia de que o candidato, caso eleito, e no uso do poder que tem dentro das instituições públicas, voltará sua atenção para cumprir o que prometeu ao longo da campanha. São *promessas* destinadas ao coletivo e também ao particular em troca do comprometimento

do voto. Portanto, se a política é pensada como *promessa* é porque os arranjos para resolver as questões do âmbito público e do particular, no assentamento, estão a mercê da palavra dada, prometida pelos candidatos.

Paradoxalmente, a crítica feita à política pelos assentados refere-se à apropriação privada dos recursos públicos por parte dos políticos, às denúncias de corrupção e desvios de verba. Para os assentados, essa conduta dos políticos acaba acarretando o não cumprimento das *promessas* de campanha. Aparentemente encontra-se aí um contra-senso, pois as promessas e os compromissos que dizem não serem cumpridos pelos candidatos são, em sua maioria, também de interesses particulares.

É a dívida de um favor não cumprido que tira o crédito na eficácia da política, na veracidade da palavra dos políticos. Se a *promessa* não é cumprida, e caso tenham honrado o compromisso fazendo sua parte, votando no *prometedor*, a troca não foi legítima.

A acusação torna-se ambígua, já que se acusa os políticos de se aproveitarem da situação para obterem privilégios para si, mas se pede a eles que ajam no espaço do poder público para realizar os pedidos particulares, as promessas que em comum – eleitor e candidato – anunciaram no período da campanha.

São as *promessas* feitas no decorrer da campanha que constroem os programas político-partidários, que então não preexistem à campanha eleitoral. Sendo destituídos de projetos e propostas, os programas de governo não se diferenciam da simples *promessa de governo*. Seria difícil o eleitor do assentamento não ter sua noção de política como *promessa*, apostando nela com a possibilidade de realização de questões públicas ou particulares, já que a própria campanha política também não apresenta outros caminhos, inseridos que estão – políticos e eleitores – na lógica do comprometimento do voto com a palavra empenhada do candidato (Palmeira e Heredia, 1995).

Como afirmam Palmeira e Heredia (1995, p. 71), as *promessas* são *uma forma de relacionamento político-eleitor tão velha quanto a própria política brasileira*. As pesquisas que realizaram no Rio Grande do Sul e em Pernambuco revelam que

(...) ao invés de um programa 'mais completo', 'elaborado com base no diálogo' (diálogo supostamente mantido com o público), para usar as fórmulas que alguns candidatos se defendem da acusação de não terem um programa, o que de fato vamos ter será um conjunto de 'promessas de governo' ou, expressão que nos parece mais adequada, um 'fundo de promessas públicas' que se constitui numa espécie de referência 'contábil' para futuras cobranças.

A questão de *cobranças* anunciadas no período eleitoral talvez ajude a explicar a permanência de uma afinidade mais pessoal do que partidária, ou individualizada, entre os políticos e os assentados. Ou seja, dentro de um raciocínio lógico, quanto mais próximo o candidato, com vínculos estabelecidos, maiores as possibilidades de ser cobrado sobre suas *promessas*, ao contrário do que ocorre com *um estranho descomprometido com nossa luta*, como conclui um arguto assentado. Este é um fenômeno que não é de modo algum típico somente nas comunidades assentadas, mas uma característica que compõe a noção da política no país, marcada por relações de dependência e mandonismo.

As relações políticas no assentamento estabelecem um vínculo entre pessoas e não entre indivíduos, não separando o político do protetor, do provedor (Martins,1994). Na verdade não se alteram os padrões de relação, sustentados pela reprodução de um modelo privado e afetivo de conduta no espaço público. A reprovação ou aceitação dos políticos dá-se fundamentalmente pelo cumprimento ou não da *promessa*. É a amizade e a confiança o que se procura no político, *que ele, sendo um conhecido olhe por nós* como revela a fala de uma assentada. Ela também se diz sem esperança na política por que no assentamento muitos já foram ajudados e ela, quando esteve com a filha doente, pediu aos políticos para a levarem a Pelotas e ninguém a atendeu. Quando perguntada se participava de algum evento ou atividade do MST, essa assentada disse que não, pois

(...) *aquí quem sai é só estudado, sou analfabeta, nem votava. Voto só por causa dos documentos, por que não vi melhora.(...)*. [Em política] *pouco penso, voto pra um, pra outro, não melhora nada, não há nada, não sou fanática, não gosto nem que se fale. Acha que um prefeito deve atendê o assentamento. (...)*. *Se faz o pedido não vem, pedi dinheiro para remédio e não veio, condução e não veio e tem lá, não querem é mandá.*

A *promessa* retrata a noção de política no assentamento pela intensidade em que aparece nas falas, sendo a maneira mais usada para se falar do que se pensa como política e expressar desilusões e esperanças renovadas. Ela é o ponto de partida para as escolhas, para alicerçar futuros apoios políticos e rejeitar outros. Sinônimo de compromisso entre o eleitor e o candidato a um cargo eletivo, a *promessa*, possivelmente carrega um fundo religioso, mas é aqui tratada como expressão de um certo modo de viver a política.³³

O termo *promessa* aparece sem constrangimentos na fala dos assentados, diferentemente de palavras como *troca*, *pedido* e *favor*, as quais não são referidas com a mesma naturalidade no fluxo da conversa sobre o que pensam de política. Aliás, a *promessa* todos admitem; trocar votos é sempre os outros que fazem, como conta uma assentada: *ah, tá cheio de gente que vende os voto, acho até que por farinha (...) é, aquí no assentamento tem uns que faz isso*. Contudo, é possível entrever nas referências feitas à *promessa* as relações não expressadas nas falas, já que a *promessa* de voto também se apresenta sob um caráter de troca.

A necessidade de realização das *promessas* para quem espera a *época das políticas* para conseguir prover carências básicas, – e que não as têm supridas através das instituições públicas responsáveis nos períodos não eleitorais – não é um simples fato político, ele ganha outra dimensão quando se torna a única saída vislumbrada para resolver insuficiências do cotidiano, como é o caso no assentamento.

³³ A *promessa* é tratada aqui dentro do campo político como forma de delimitar o trabalho. Sabe-se, contudo, a importância que tem a questão religiosa na constituição do MST. Como afirma Chaves (2000, p.21), “O nexa entre religião e política apresenta-se como elemento determinante de características do MST enquanto ator social.”

A idéia que aparece entre os assentados quando se referem ao Estado, principalmente quando fazem referência aos governos eleitos, é a de que no terreno das políticas públicas e estatais só quem consegue algo são as classes mais abastadas. Como bem explica um assentado: *A gente sempre quer uma melhora, que a cada ano melhore. Mas o que vai pra frente é as classes de maior, os pobres não vai para frente. Nós pobre fica sempre pelos cantos, esquecido dos político depois que se elege.*

Essa fragilidade da presença das instituições públicas abre espaço para o estabelecimento (ou fortalecimento) de laços do tipo patrono-cliente, no sentido de que será por meio dessas relações que o assentado buscará saídas para os problemas cotidianos. Eric Wolf (s/d, p.110) diz que, este tipo de laço se mostra funcional principalmente nas situações em que a estrutura institucional formal da sociedade é frágil e ineficiente em distribuir, com estabilidade, o suprimento de bens e serviços, principalmente para as camadas mais baixas da ordem social.

Apesar de todas as dificuldades, vários agricultores falaram do *bom patrão*, em como este os ajudava. Paulilo (1998, p. 127), encontrando entre os assentados que pesquisou (assentamento Putinga, Matos Costa/ SC) algumas idéias semelhantes a esta, diz que *essas falas não significam que os entrevistados estejam fazendo uma distinção do patrão enquanto pessoa humana e enquanto dono dos meios de produção. No meio rural brasileiro, as relações não se regem pelo 'direito' e sim pelo 'favor'.*

A ausência de direitos tem seu equivalente nos pedidos de favor. A cultura do favor remete ao domínio privado das fazendas e engenhos, e que no passar dos séculos rearranja-se em uma sociedade profundamente desigual, fazendo com que a expressão política se dê no campo do mando e subserviência e não no das liberdades cidadãs. A pobreza estrutural em que boa parte da população brasileira vive não anuncia a possibilidade de superação da lógica do

favor, do pedido, talvez único vislumbre de se conseguir algo em meio à carência secular de quase de tudo, até mesmo de palavras (Martins, 1994).

A sociedade brasileira em seu fetiche de uma sociedade fundada em raízes igualitárias, coloca um véu intransponível sobre a desigualdade social contemporânea, comprometendo os direitos mais básicos da maior parte da população. Comprometimento de direitos que se transfigura na cultura política da *promessa*, como um outro lado do favor, já que este se refere a um futuro e sua realização. Prometer é quase dar, é na verdade um adiantamento do amanhã. Assim, prometer, aceitar a *promessa* e esperar sua realização significam colocar na mão de outrem o próprio futuro, seu destino, tornar-se dependente de alguém que pode controlar as possibilidades de realização de sua própria vida.

A *promessa*, mesmo quando não cumprida, não invalida o processo na qual se institui, quiçá por ser o único instrumento possível de ser acionado quando os direitos são confundidos com uma concessão, uma *bondade* de alguém. Ademais, muitas vezes a reivindicação de direitos é percebida como o caminho mais difícil para se chegar onde se deseja. Reavivado a cada eleição, *o prometer* é uma espécie de jogo que se estabelece pela via do compromisso e da palavra empenhada, e seu não cumprimento leva ao descrédito da pessoa que promete e expõe a fragilidade do poder de cobrança por parte dos eleitores.

De fato, o assentado desacredita na política em abstrato, mas deposita as expectativas na pessoa do político, na sua *boa pessoa*. Assim, caso o político seja essa *boa pessoa*, há possibilidades de cumprir o pacto. É também por isso que vota em quem pode cobrar pessoalmente. Essa cobrança direta dificilmente poderia ser feita no âmbito dos programas partidários.

Chaves (1996, p. 8) afirma que a posição do político lhe possibilita o acesso a recursos públicos e, dentro desse jogo, cabe a ele distribuí-lo entre seus eleitores. Segundo a autora,

Ele é percebido como uma espécie de 'funcionário de governo'. Este representa não apenas uma instância decisória, como também uma fonte de bens os mais diversos. Cumpre ao político agenciá-lo em benefício do eleitor. O governo, que possui uma realidade onipotente mas intangível, abstrata e distante, torna-se acessível pela mediação da pessoa do político. A relação política assim valorada estabelece uma hierarquia entre quem doa e quem recebe. Assim no código da amizade, suposta relação entre iguais, a política realiza-se, contudo, pelo favor que o político é capaz de prestar ao eleitor, estabelecendo com isso o desequilíbrio na relação.

O eleitor, por sua vez, também aposta mais na relação vis-à-vis com o político, no comprometimento personalizado, do que em programas partidários. Sabe-se que, mesmo que a *promessa* não seja cumprida integralmente – afinal num mundo de tantas necessidades dificilmente as promessas solucionariam como um todo os problemas estruturais dessas famílias – há ao menos uma parte que deva ser cumprida, para que esse jogo possa se estender ao longo do tempo.

De certa forma, ser integrante do MST cria possibilidades de se cobrar a *promessa* do candidato vinculado ao Movimento. E, *poder cobrar* aparenta diminuir a assimetria eleitor/político, uma vez que permite uma proximidade ao compartilharem, de algum modo, uma mesma bandeira de luta como o apoio à reforma agrária e aos assentamentos.

Portanto, o fato de pertencer ao MST pode até mesmo atenuar a assimetria em que se funda esse tipo de relação, mas não rompe com o tipo de vivência da política que hierarquiza e estratifica a pseudo igualdade, entendida como um pressuposto da cidadania. Ou seja, quanto maior a proximidade com o político, mais chance de ser considerado por este, já que se trata de uma igualdade reconhecida apenas no âmbito dessa relação pessoalizada. Assim, se estabelecem estatutos diversificados de cidadania, e conseqüentemente, de acesso aos recursos públicos (Chaves, 1996).

Não existe jamais uma promessa no âmbito da política completamente cumprida porque o candidato vive dessa necessidade e se nutre desse jogo, e também porque as necessidades dos assentados, enquanto agricultores empobrecidos, são profundas e seculares.

Em última instância, a carência estrutural e histórica que acompanha a vida dessas pessoas assentadas não pode ser resolvida por nenhum político isoladamente.

Dona Mafalda, assentada, mãe de quinze filhos, conta que certa vez, desesperada, pediu ajuda a uma conhecida liderança do MST regional para levar um filho muito doente para consultar um médico, pois do assentamento precisaria ir até Herval e de lá teria de ir para uma cidade com melhores recursos médicos. Não conseguindo ajuda da liderança (na época da pesquisa candidato a vereador), Dona Mafalda tratou de pedir para políticos *de fora* do assentamento. Ela confessa que

(...) esse daí [referindo-se à liderança do MST] pode vir aqui pedir meu voto que eu não dou não, dizem que ele ajuda todo mundo, mas quando nós aqui, quando precisamos ele se negô a nos ajudá, eu com o guri mal e nem pôde emprestá o carro. Ele pode até tirá os voto dele aqui no assentamento mas, se depende de nós, não ganha nada.

Não há nada de pior no mundo da política para Dona Mafalda do que *esses candidatos que não cumprem nada do que prometem. Sai um vem outro, não muda nada; tens uns que nem pensa em ser candidato e são de um jeito [simpático] com a gente, depois que saem [candidato], nem olha mais pra nós.*

Atualmente, Dona Mafalda afirma que não pensa mais a política junto com o partido. Antes era ligada ao Partido Democrático Trabalhista – PDT por causa de seu pai que era militante do partido. Diz, um tanto descontente, que ele chegava a brigar por política:

(...) têm muitos que é fanático né, de primeiro eu votava no partido, agora eu voto na pessoa.(...) apoiava um pouco o Brizola, de ver falar, não conhecia o que era conversado sobre os candidatos (...) hoje, vez em quando participo nas conversa para resolvê de que lado vai votár, as vezes troco de lado”.

Participando apenas das reuniões do projeto do PAC/BID, Dona Mafalda confessa seu desejo de ter maior oportunidade de participar das coordenações do MST e das diretorias da associação comunitária. Diz nunca ter sido convidada a participar, acha que é *por que a gente tem muito pouco estudo né, depois chega nas reunião e não vai sabê falá, o que tem que falá.*

Surpresa ao ser informada de que as pessoas que ocupavam os cargos também não tinham escolaridade maior que a dela, Dona Mafalda acrescenta *mas eles têm prática na política, devem sabê o que falá*. Questionada sobre a possibilidade de não ser chamada pelo fato de ser uma mulher, Dona Mafalda se mostra reflexiva e conclui *não é que não tem nenhuma lá mesmo!*

Lechat (1996, p.114) afirma em sua pesquisa que a participação da mulher, quando se torna uma exigência, acaba criando nelas o receio de *dar um fora* por falta de informação, pois muitas vezes é o homem quem participa, quem *está por dentro do que acontece*. A autora diz que:

À medida que passa a ser chamada para atuar junto ao MST, a mãe de família sente-se dividida entre suas responsabilidades junto à unidade doméstica de produção e reprodução e o trabalho militante. Este conflito entre duas responsabilidades mutuamente excludentes por deverem realizar-se ao mesmo tempo em espaços diferentes traz preocupações e leva, às vezes, a uma resposta agressiva ou a uma fuga acobertada sob desculpa de doença.

Dona Mafalda, de qualquer forma, gosta de participar. Nos comícios também chama sua atenção *aquele candidato que ganhe e melhore a situação da gente*. Na seqüência, fala de sua vida e conta sua participação

(...) nas reuniões, nas ações, quando eu não vou, aqui [da família] alguém vai. De uns tempinho para cá eu vou reunião fora, agora é só. Antes eu ia [reuniões] da direção, mas nunca fui convidada a ser [parte da direção]. Sou meio analfabeta e esquecida também. Tenho os filhos e um guri doente, agora tô começando a sair, em Porto Alegre, no dia da Mulher e em ação sobre os transgênicos convidada pelo MST; em Herval eu passeio. Nos comícios às vezes eu vou, gosto de todos, de me divertir, conversá, fazer reunião de gente, os que estão discursando chama atenção da gente.

Em uma situação diferente, com dificuldades com a produção no lote, e problemas de alcoolismo, ambos problemas comuns entre os assentados, não só do 18 de Maio, mas da região como um todo,³⁴ Seu Lenir é um agricultor com uma família extensa, muitos filhos

³⁴ O problema de alcoolismo nos assentamentos da região também é constado nas pesquisas do CAPA (2001) e de Cecile Follet, responsável pelo projeto de Irmanamento Brasil/França. (Sobre o projeto de Irmanamento Brasil/França do qual o assentamento faz parte, ver o anexo 4) .

pequenos e com dificuldades para mantê-los, por isso apresentam problemas de saúde, o que cria dificuldades para que possam freqüentar normalmente a escola. Sua casa encontra-se em estado precário, com muito lixo ao redor. As crianças brincam em lugares onde há a criação de animais domésticos, com consentimento dos pais, que parecem não ter consciência do efeito disso para a saúde das crianças.

Não tendo terminado a quarta série primária, Seu Lenir diz que precisou ganhar a vida muito cedo, fala de uma vida de muitas andanças e dificuldades. Bastante simpático à idéia de responder ao questionário, Seu Lenir convida para se passar para dentro de casa. Junto a ele está a mulher e uma vizinha. Os filhos que estavam ao redor voltam, interessados e curiosos espiam a entrevista pela janela da sala. Conversa-se bastante sobre a dificuldade em se produzir. Seu Lenir diz que os *bicho do mato come tudinho que se planta*. Revela suas angústias por não saber como pagar os financiamentos recebidos dos primeiros anos do assentamento até os dias de hoje.

Enquanto serve o chimarrão, Seu Lenir vai falando a maior parte do tempo. Em alguns momentos sua mulher faz intervenções bastante ilustrativas do modo como vivenciam a política. Afirma que em sua casa o voto era decidido coletivamente, mas na próxima eleição talvez não seja, pois ela tem pensando ora em um candidato ora em outro. Revela que sua decisão de votar leva em conta *é o debate dos candidatos, o que faz mais promessa para mim é o que tem mais chance*. Seu Lenir revela um pensamento parecido com o de sua mulher. Ao falar do seu gosto pelos comícios, conta:

Nós imo quando vem nos buscá, só pra escutá as promessa. Mas nós só vai quando os candidatos colocam ônibus para nos buscá. Fomo no Basilio uma vez, só para ficar ouvindo promessa. Sai um comício de um candidato numa semana, na outra de outro. Fui a convite dos políticos né, no que começa as campanha eles chegam direto, é o tempo deles virem, de tudo que é partido (...) o prefeito(PTB) só aparece nas eleição, eu até votei pra ele, e ele me iludiu, antes das eleição eles sempre chegam, até as eleição tem um bom relacionamento, depois fica tudo esquisito.

Ao abordar sua trajetória, Seu Lenir confessa não se lembrar muito bem do *antes do MST*. Quando perguntado se sua visão de política mudou, responde:

Pra lhe explicar bem entrei no MST há 20 anos, então sempre tive (...), acampe desde Encruzilhada Natalino. Fiquei 4 anos acampado; mais 3 para tirar terra para uns irmão e 3 anos mais para mim, uns 10 anos só de acampamento (...) não teria as idéias que tenho de política se tivesse ficado só trabalhando de peão. Nem teria andado tanto (...).

Na fala de Seu Lenir, complementada pela de sua mulher, a *promessa* aparece como o critério de escolha do candidato. Ambos afirmam a decepção com o prefeito atual por terem se comprometido em votar nele e ele não ter cumprido o que prometeu. Explica S. Lenir que seus critérios são

As promessas, uns promete mais que outros, mas só promete às vezes. Mas a gente vai pra aquele lado que promete mais, a gente espera que nas promessa eles se comprometam (...) na verdade é importante se bem conhecido [o candidato] que ajude, mais próximo pode ajudá em uma doença (...) hoje em dia não interessa o partido, interessa é a pessoa, alguém de minha confiança.

Nesse sentido, a *promessa* é critério para o rompimento com antigas adesões pelo não cumprimento da mesma e para travar novos apoios avaliando a capacidade de realização do *prometido* em cada candidato. Apostam na candidatura de um conhecido pela maior possibilidade que ele tem de vir a ajudá-los em caso de necessidades, alguém em quem se acredita quanto à capacidade de cumprir o que prometeu, por ser *alguém de minha confiança*.

São várias as falas entre os assentados que encaminham sua argumentação de forma semelhante à de Seu Lenir. Esse dizer que expõe o sentido de confiar no tempo da espera. Esperar e planejar algo para si e para os seus a cada eleição, na esperança de que os compromissos sejam cumpridos. Se o recorrente é a desesperança na política, o é pela palavra dada e não validada posteriormente pelo político eleito. A desesperança está na *promessa* feita em vão, irresponsável e eleitoreira.

Assim, dentro de um universo pautado pelas necessidades cotidianas, os depoimentos acima revelam uma situação singular vivida pelos assentados, que propicia arranjos políticos

tradicionais, com a diferença de terem o MST fazendo parte das disputas políticas. A própria fala truncada e difícil retrata o constrangimento de quem sempre se viu como incapaz de falar por si, sobre o que pensa e quer. São aqueles que aparentemente não têm voz, os que ficam sem espaço de inserção nas questões internas do próprio assentamento.

A maior parte dos assentados diz não acreditar na política, porém, no contrabalanço está a possibilidade, renovada a cada eleição, de que as *promessas* anunciadas principalmente no período eleitoral – no *tempo da política* – possam ser realizadas. Se não ocorresse essa renovação, a proximidade das eleições não traria alterações no cotidiano de quase todos, renovando expectativas e esperanças, não se veria tanto entusiasmo, adesão e lutas simbólicas no *tempo das políticas* (Palmeira, 1996).

Como revela Seu Bento, avalia-se o candidato pela capacidade que aparenta ter de cumprir o que diz, sua capacidade de dar

Um pouco de certeza no que promete. A certeza de cumprir o que promete, a capacidade dele (...) para mim, me chama a atenção na política o critério dos candidato, a confiança que a gente pode ter dele, de ele manter a responsabilidade dele.

Pessimista com a política, por um lado, Seu Bento acha que não vale mais a pena votar, sentiu sua confiança traída pelo candidato em quem votou e que não cumpriu nada daquilo que prometeu. Por outro, porém, logo se anima a falar sobre o assunto e acha que é fundamental o candidato ser alguém conhecido porque *é por aí que se faz a política, não sou partidário, sou muito de votar na pessoa.*

Para ele, o cumprimento das *promessas* tem mais chance de acontecer se o candidato for vinculado à comunidade que votou nele: *não tem realização nenhuma das política se nós não pudé cobrá do cara depois o que ele apresentou no seu discurso aqui para nós, as promessa dele, os projeto.*

Seu Bento fala de sua admiração com o modo de se fazer política hoje. Acredita que a diferença é que hoje ele tem mais liberdade que o pai dele, por exemplo. Conta que em sua juventude era muito pressionado pela família, que seguia um compadre, *aquela história dos filhos seguirem os pais. Meu pai era muito PDS, seguia os compadre e queria que seguissem ele seus filho. O meu pai era agregado de um cabo eleitoral do PDS. Nós não gostava dele, e votei contra.*

Acredita ter havido uma grande mudança na forma de se fazer política pela presença dos meios de comunicação, mesmo não havendo em Herval rádio ou emissora de televisão local. A reprodução da propaganda eleitoral nacional e estadual ou para prefeito e vereadores da vizinha cidade de Pelotas muda a figura da política para Seu Bento, (...) *a articulação política hoje, a maioria hoje é a imprensa, antigamente era na base da vizinhança, antes os partidos queria patrocinar a maior festa, hoje isso acabou.*

Seu Coralino também acredita no papel da televisão, mas como meio de ficar informado não só sobre política, mas sobre o preço e o mercado dos produtos agrícolas. Com uma trajetória política muito marcada em sua memória, de onde tira lições, refaz e contrapõe seu pensamento com o da família, relembra sua formação junto aos padres que o orientaram a defender idéias diferentes das de seu pai. Conta as coisas com detalhes, sua lembrança é farta em informações de um passado onde a política era vivida com intensidade. Perguntado como se conversava sobre política na casa de seus pais, responde entusiasmado:

A gente sabia que meu pai era muito de direita, tinha história do pai dele que lutô pela revolução dos chimangos e maragatos; depois ele foi PSD, Arena e continua sempre sendo direita. Herança daquela época, ele apoiava o Figueiredo. Eu na aula brigava defendendo a Arena do meu pai, os outros defendia o Brizola. Não sabia nem escrevê o nome bem, mas colocava Arena no caderno [risos]. Acho que foi naquela do Collor que foi mostrado que o povo tem força, nós tinha poupança e ele pegou.

Com uma memória admirável e muito atento aos acontecimentos que deram rumo a suas idéias de política, Seu Coralino conta a sua trajetória de aprendizado, um caminho

comum percorrido por muitos futuros militantes e lideranças do MST, que é a educação conduzida por religiosos católicos, na época muitos voltados para a Teologia da Libertação. Conta a importância do Movimento em sua mudança de opinião sobre política, mas ressalva que essa transformação é anterior,

(...) a Pastoral da Juventude me ajudou antes. Com o MST mudou pouquinho sim. Mas na época me disseram que havia partidos novo; eu trabalhava com os padres e ajudei com eles a fundar o PT [local]. Meu pai me xingou por que eu disse que tinha um outro lado, ele disse 'ah, esses comunistas', mas eu era o quarto filho e os outros mais velho seguiam o pai. Eles culpavam os padre, um padre mais novo que me ensinava coisas novas sobre política.

Assim, o relato do Seu Coralino explicita uma lembrança da vivência política muito singular, pois não se encontra em nenhum outro depoimento uma descrição tão recheada de acontecimentos e recordações no percurso de construção de um pensamento político como em seu caso. Ele lembra das relações de compadrio e voto por obrigação da família com o seu patrão, da fidelidade partidária de seu pai e irmãos, e ainda conta sua visão dos fatos da época:

Eu me lembro das diretas já, o Maluf continua o partido de meu pai. O pai reuniu na eleição os compadre para torcer, nós que tinha televisão. Queria que continuasse o Figueiredo; nós através dos padre já tava entendendo as maldade deles e torcia para o Tancredo. Já tinha o Lula brigando, até foi preso. Tem pai de família que diz barbaridade de que tem que ter guerra para indiretá! O finado Ulisses lutou muito, gente não esquece essas lideranças, apesar de hoje ter de apoiá o PT.

Seu Coralino, atualmente, acha que se precisa ter informação até para sobreviver, e também para decidir politicamente. Diz que busca ensinar os filhos a se preocupar com a política para não serem enganados por

(...) conversadores, esses que só prometem e nada fazem. Na política faz parte as promessa, a gente até espera, resolve alguma coisa, mas tem que sabê quem é que tá prometendo, não se pode cair no papo de qualquer um, tem que conhecê o candidato, sabê se aquilo que a pessoa diz, ela tem condição de realizá.

Nessa fala pode-se tomar o sentido dado por Bourdieu (2003, p.186) que diz que, na política, a verdade da promessa ou o prognóstico depende da veracidade e também da

autoridade daquele que os pronuncia, quer dizer, da sua capacidade de fazer crer na sua veracidade e na sua autoridade.

A questão crucial coloca-se, na opinião de Seu Coralino, na credibilidade que tem cada político de honrar a *promessa*. Está em jogo para ele se quem está prometendo tem respaldo e legitimidade política para dizer o que diz. Não dependendo exclusivamente de ajuda externa para manter seu lote, Seu Coralino relaciona-se com os políticos de forma diferente de grande parte dos assentados. Como não precisa se comprometer politicamente por questões básicas, já que pode dar conta das mesmas, ele também articula a política como *promessa* em sua fala, porém podendo barganhar seu voto dentro de uma outra situação, em um patamar diferente na relação assimétrica entre político e eleitor vivida no assentamento.

Dizendo de outro modo, Seu Coralino pensa a política construída a partir de *promessas* e de suas realizações, mas tem um espaço maior de barganha para escolher seu candidato sem precisar comprometer o voto em troca de uma *promessa qualquer* de ajuda, pois, assim como outros agricultores deste grupo, não se encontra no limiar das necessidades.

Encoberta momentaneamente a assimetria, característica da relação eleitor – candidato, é o pedido que a articula e efetiva. O pedido, *colocado como fazendo parte de um sistema de relações de reciprocidades, isto é, um sistema no qual a relação supõe um intercâmbio de favores e objetos entre as partes envolvidas* (Heredia, 2002, p. 35).

A promessa não existe somente no tempo de eleições, mas é nesse período que ela adquire realmente um *status* de moeda de troca. Quando a *promessa* torna-se a única possibilidade de saída para os dilemas do cotidiano, é esperar pelo momento certo de realizar o pedido e comprometer o voto. Assim, é a *promessa* que toma o lugar de possíveis realizações do poder público, o lugar da política. Mais do que se articular sob um mesmo patamar de

sentidos, *promessa* e política manifestam-se na vida cotidiana, espaço onde se vivenciam as necessidades e se buscam as possibilidades de realizá-las (Austin, 1990).³⁵

Alhos e bugalhos: ambivalências de uma situação singular

Cultura do favor, cidadania, movimento social, emancipação ou dependência

Para além de uma situação econômica e social que dificulta outra noção da política que não a pautada na espera, no pedido e na *promessa*, está a trajetória política de cada assentado. Desconsiderar as trajetórias seria traçar a noção de política sob um determinismo econômico que, mesmo pelo avesso, cairia no que Martins (2004b, p. 50) chama de pressuposição equivocada, ou seja, *basta oferecer oportunidades, sobretudo econômicas, principalmente terra, que elas por si proveriam todas as readaptações necessárias*. Seria de certo modo esquecer que as pessoas hoje assentadas passaram não só pela experiência social do desenraizamento, por um longo e penoso processo de dessocialização e de privações materiais, mas também de privações sociais e culturais.³⁶

Não levar em conta o percurso das populações assentadas é também desconsiderar as possibilidades de histórias que se fizeram diferentes, com construção de laços de solidariedade e vínculos de fidelidades e reciprocidades diversas. Os assentados, em sua constituição familiar e cultural, de origens, jornadas, perdas e ganhos são, (e por que não seriam?) diferentes. Se o passado não é determinante, certamente também não desapareceu do campo das referências simbólicas que em certa medida dão sentido às escolhas políticas. No entanto,

³⁵ Para Austin, *prometer* integra um grupo de verbos performativos cujo proferimento deveria consistir “em fazer algo, em oposição a simplesmente dizer algo” (Austin, 1990, p. 111).

³⁶ Para Martins (2004a, p.36), o sistema econômico brasileiro, marcado pela renda da terra e especulação imobiliária, e também pela ilegalidade e irregularidade no trato da questão agrária, cria um quadro em que amplas parcelas da população buscam aproveitar as brechas das irracionalidades desse sistema como uma estratégia de sobrevivência. São parcelas da população, observa o autor, tanto do campo como da cidade, precariamente absorvidas pelo sistema institucional e pela contratualidade das relações sociais. São os que estão à margem do contrato social.

de forma alguma se pode afirmar que o comportamento político dos assentados tenha uma explicação única e restrita, mas pelo contrário, são múltiplas as variáveis presentes nas intenções de voto por eles anunciadas.

A cidadania, na forma como se desenvolveu na sociedade brasileira, aparece como uma questão complexa de ser tratada. E, no caso estudado, talvez um tanto mais problemática, já que se discute a noção de política entre integrantes de um movimento social que, ao menos de maneira suposta, luta pela ampliação da noção mesma de cidadania. Esta tornou-se uma questão tão falada no Brasil pós 1985, período de emergência de movimentos sociais, que José Murilo de Carvalho (2001, p.7) escreve: *A cidadania caiu na boca do povo. Mais ainda, ela substituiu o próprio povo na retórica política.*

Carvalho (2001), analisando a história da construção da cidadania no Brasil, no período que abrange da independência até os dias atuais, afirma que nosso processo de construção da cidadania se deu pelo inverso se comparado com a descrição de T. A Marshall sobre a linha seguida por alguns países europeus. Ou seja, enquanto os direitos civis (das liberdades individuais) e os direitos políticos (direito de participar de governos) se desenvolveram primeiramente na Inglaterra, para, na seqüência destes, aparecerem os direitos sociais, no Brasil, pelo contrário, começamos pelos direitos sociais, tutelados pelo Estado. Há ainda, a supervalorização do papel do Poder Executivo no Brasil, que desde o início foi o responsável pela implantação dos direitos sociais, fortalecendo sua imagem em um período em que o Legislativo se encontrava fechado pelo Estado Novo, implantado em 1937 por Getúlio Vargas.

Deste modo, a presença de um Poder Executivo forte foi decisiva para a forma de desenvolvimento da cidadania no país feita, dentro de uma visão historicamente construída do Estado como todo-poderoso que, na pior das hipóteses, é visto como cobrador de impostos e,

na melhor, como distribuidor paternalista de favores. Para Carvalho (2001, p. 221), *essa cultura orientada mais para o Estado do que para a representação é o que chamamos de “estadania”, em contraste com cidadania.*

Segundo esse autor, a inversão da seqüência dos direitos teria favorecido, além de uma cultura política estadista, uma visão corporativista dos interesses coletivos. Exemplo disto encontra-se na Constituição de 1988, onde cada grupo procurou defender seus interesses e privilégios. A prática política pós-redemocratização tem se caracterizado pela luta de corporações procurando preservar privilégios e favores, encontrando espaço de realização pela ausência de organização ampla e autônoma da sociedade em relação ao Estado.

Nesse sentido, pode-se melhor vislumbrar a fragilidade da representação política, que efetivamente não resolve os problemas da maior parte da população. Como afirma Carvalho (2001, p.223),

O papel dos legisladores reduz-se, para a maioria dos votantes, ao de intermediários de favores pessoais perante o Executivo. O eleitor vota no deputado em troca de promessas de favores pessoais; (...). Cria-se uma esquizofrenia política: os eleitores desprezam os políticos, mas continuam votando neles na esperança de benefícios pessoais.

Portanto, talvez seja preciso fazer duas ressalvas. Primeiramente, quando se fala de Estado forte não se quer dizer que o Estado brasileiro esteve sempre presente garantindo serviços básicos e direitos para a população como um todo, mas que o Estado brasileiro, principalmente o Poder Executivo, na maior parte das vezes, esteve à frente da sociedade civil organizada na tomada de iniciativas. Conforme Carvalho (2001), se a inversão da seqüência dos direitos entre nós reforçou a supremacia do Estado, é preciso então que se busque reforçar a organização da sociedade para democratizar o poder. A segunda ressalva diz respeito à efetividade dos direitos instituídos. Como se sabe, a condição de cidadão de direitos no Brasil esbarra nas relações de privilégios e favores que solapam a igualdade sem a qual não existe

cidadania. A construção da cidadania e a solidificação da democracia colocam como necessária a efetividade dos direitos.

Para este autor, o MST representou um dos melhores exemplos de tentativa de incorporação à vida política do país de uma parcela tradicionalmente excluída da população. A capacidade de organizar trabalhadores rurais sem-terra e pressionar o governo, criando uma luta legítima devido à lentidão das soluções para a questão agrária, deve ser reconhecida como um avanço para ampliação da arena política através da sociedade organizada (Carvalho,2001).

Buscando entender a peculiaridade da trajetória e instituição da forma de cidadania que se deu em nosso país, DaMatta (1997, p. 86) a distingue dos modelos europeus e do norte-americano. Propõe que se pense na cidadania brasileira a partir das *relações* estabelecidas entre pessoas e não entre indivíduos como no caso de outros países.³⁷ No Brasil, afirma o autor, o ponto de partida da análise deve ser a relação, os espaços relacionais. Ainda:

(...) há uma forma de cidadania universalista, construída a partir dos papéis modernos que se ligam à operação de uma burocracia e de um mercado; e também outras formas de cidadania – que se constroem de espaços tipicamente relacionais, dados a partir do espaço da “casa”. Em outros termos, há uma nação brasileira que opera fundada nos seus cidadãos, e uma sociedade brasileira que funciona fundada nas mediações tradicionais.

A cultura política do favor reafirma hierarquias sociais e mantém relações assimétricas e de subserviência, obstaculizando o exercício pleno da cidadania (DaMatta, 1997). A eleição pode temporariamente aproximar desiguais, possibilitar apertos de mãos e visitas, mas não destitui do cenário a política como *promessa*, como troca de favor, dentro de um código em que cada um sabe o seu lugar. A eleição legitima a democracia moderna, tendo como premissas o direito ao voto e a representação política, mas não abandona o passado fundado

³⁷ Entende-se a categoria *pessoa* como parte das relações estabelecidas dentro da rede de parentesco, amizade, pelos elos com outras pessoas, enfim, *na casa*, que são imprescindíveis para a vida social no Brasil, e que transformam o indivíduo em *pessoa*. Já a categoria *indivíduo* pressupõe relações modernas, pautadas pela impessoalidade e pela universalidade do sujeito secularizado nascido no Iluminismo (DaMatta, 1997). Essas noções – *pessoa* e *indivíduo* – serão discutidas na seqüência do capítulo.

em relações clientelistas, personalizadas e afetivas, caso não se tome o voto como separado de outras instâncias da vida social.³⁸

As eleições, tomadas como o momento privilegiado da política e de explicitação das ações políticas, permitem o desvendar de tramas que ao longo do período eleitoral vão se construindo como parte das relações de troca, das *promessas* recíprocas e dívidas de favor e ajuda que têm seu desfecho na hora de votar.

Considerando que uma relação de trocas simbólicas, um presente ou favor, supõe sua retribuição (Bourdieu, 1983), há uma especialidade, no caso do voto, pois embora permita retribuição, não estabelece uma relação de troca entre iguais e que trocam bens do mesmo tipo, pois quando eleito pelo voto, o político aumenta seu poder e a desigualdade entre o que pode dar e o que pode receber. Segundo Heredia (1996, p. 64),

(...) o voto parece ser a moeda de intercâmbio que permite a passagem de um circuito de troca a outro, isto é, de um circuito de reciprocidade - entre os socialmente iguais - ao de clientelismo político no qual o 'cliente' se mantém permanentemente endividado em face ao 'patrão'.

Estudando relações assimétricas, Foster considera que as principais características dessa forma de relacionamento são: a) patrão e cliente trocam bens e serviços diferentes, mantendo uma relação assimétrica que se diferencia da relação entre *amigos*, onde o que é dado assemelha-se ao que é retribuído; b) a relação não é controlada por uma *balança rígida*, imperando uma certa boa vontade de ambas as partes; c) quando o compromisso é completamente saldado, cessa a relação (Foster apud Paulilo, 1990, p. 49).

³⁸ O emprego de noções como clientelismo, mandonismo e patronagem tem sentido explicativo e heurístico. Concorde-se com Bezerra (1999, p. 14) quando diz: *as noções de patronagem e clientelismo são utilizadas como conceitos analíticos, não tendo, portanto, o sentido (de acusação e de denúncias) que lhe é atribuído mais comumente nas disputas políticas. De outro modo, a utilização destas noções não expressa um juízo de valor acerca das condutas examinadas, mas visa a dar uma inteligibilidade às mesmas.* Para obter detalhadamente as distinções e a conceituação dessas noções, ver Carvalho (1997).

Com o compromisso saldado, a *promessa* cumprida, a relação política pode passar por um interregno. Porém, dificilmente os vínculos alimentados por essa relação serão rompidos. Pelo contrário, o não cumprimento das *promessas* é que tem grandes probabilidades de romper com a relação devido à quebra de trato. A cada eleição novos vínculos são alicerçados sob as novas *promessas* e a manutenção da relação assimétrica que encena a igualdade, vivida apenas nesse momento eleitoral, permanece.

Nas pesquisas sobre eleições em populações rurais, Heredia e Palmeira (1995) demonstram que as atividades de rotina, as conversas, os encontros religiosos, as visitas, não são pensadas como políticas. No caso do assentamento nem mesmo atividades como as reuniões do MST, as mobilizações de protesto junto ao banco ou na prefeitura são consideradas atividades políticas. Portanto, política é o momento das disputas, explicitação de conflitos que no cotidiano estão submersos às regras da vida social. É também o tempo das facções se afirmarem ou se decomporem.³⁹

Para as populações rurais, a política não é um tema que faça parte do cotidiano. A atividade e a presença da política concentra-se na época de eleições, *é o tempo em que são possíveis os rearranjos ou que são re-formulados os arranjos de compromisso, é o tempo da política*. Essa presença no período eleitoral inclui comparecimento dos políticos nas comunidades, com seus símbolos – bandeiras, cartazes, música. Identificada com as eleições, não é uma atividade permanente; a política tem delimitações temporais quase tão precisas quanto o plantio e a safra (Heredia, 1996, p.57; Palmeira, 1996, p. 43).

³⁹ A idéia de facções desempenha um papel importante para o estudo político das populações rurais ao enfatizarem a mutabilidade no arranjo que antecede as eleições. No sentido dado por Palmeira, as facções são *uma forma de organização política identificada por antropólogos e cientistas políticos em sistemas políticos os mais diversos, inclusive em muitos dos chamados Estados modernos, e têm como um de seus traços mais consensuais não serem permanentes*. (Palmeira, 1996, p. 43).

O *tempo da política* – a eleição e o período da campanha política que a antecede – no assentamento aparece como o momento especial em que se anunciam os pedidos aos políticos, e quando estes anunciam, coletiva ou individualmente, as *promessas*. É no *tempo da política* que se firmam compromissos futuros, pois fazem parte da campanha. É o momento de aglutinar apoios, conquistar eleitores. É também o tempo de prometer, e no caso do assentamento, não acontece o *tempo da política* sem que se anunciem as *promessas*.

Portanto, uma vez que se pensa a política, ou o *tempo da política*, como a possibilidade de conseguir aquilo que por direito não se consegue, a relação que se estabelece pautada na pessoa, no pedido, no favor, não deixa espaço para a cidadania, um dos principais pressupostos do discurso do MST.

O movimento social, os assentados: quem pode falar ? Os excluídos da fala e o MST

O MST, mais do que congrega os sem-terras, aqueles com um passado próximo ligado à terra, deixa entrever em sua história o desenvolvimento de um caudal que envolve os pobres de uma forma geral, vindos do campo e de periferias das médias e grandes cidades, compondo uma marcha que sintetiza todas as mazelas de uma república que até hoje não realizou seus compromissos. (Carvalho, 1987)

Assim, refletir a prática política e o pensamento desse grupo leva-nos a conjeturas sobre a pobreza e a política no Brasil. Não se quer dizer que o MST não tenha principalmente agricultores em seus quadros, mas que é mais do que isso, é um Movimento que envolve as famílias pobres de várias origens que têm andado pelo Brasil em busca de futuro. Assim, o

MST faz uma intersecção entre um passado representado pela pobreza e a prática reformista ligada à terra, que agrega formas de lutas ditas modernas.⁴⁰

A trajetória da prática política dos assentados remete a um passado no qual toda e qualquer possibilidade de vida política estava ligada à figura de um protetor e que, agora, muitas vezes, é substituída pela figura coletiva do MST. O Movimento reitera as relações de controle social, de práticas não emancipáveis e de formas de subserviência usuais no meio rural brasileiro, próprias dos grandes proprietários de terra, hoje consolidadas de outra forma e acobertadas pelo discurso progressista (Navarro, 2002, p. 229).

A idéia de despreparo e incapacidade para participar e falar em reuniões do MST por parte de alguns assentados revela uma visão de si que, se não construída, é complementada pelos detentores da fala que criam um clima de *inalcançável competência*. Ou seja, as lideranças não se preocupam com as fragilidades dos demais assentados, apenas os colocam como impossibilitados de disputar os mesmos espaços que elas *por falta de capacidade*. Tais condições estabelecem no assentamento uma relação de anulações cíclicas, ou uma participação que não passa de *jogo de cena* (na expressão de D’Incao e Roy, 1995), pelo fechamento do espaço de participação por parte de poucos que se julgam mais capacitados que os demais para ocupar cargos e/ou para falar.

Considera-se, portanto, como anulações cíclicas, situações em que os que se sentem incapazes de falar, e por isso não participam, têm essa condição reforçada por aqueles que desejam permanecer no poder. Estes últimos, *os poderosos*, por sua vez, reforçam esse sentimento de incapacidade em alguns assentados, rotulando-os de egoístas e individualistas, e

⁴⁰ Sobre os novos movimentos sociais, e a possível prática de uma *política moderna* que no período posterior à ditadura militar busca criar novas formas comunitárias de participação direta das bases, diminuindo a distância entre direção e base do movimento, e defendendo a autonomia frente ao Estado e aos partidos políticos, com a preocupação com a cidadania como uma questão de direito, ver Scherer-Warren (1987, p. 42). Ainda sobre o difícil situar-se do MST no conceito de novo movimento social ver Scherer-Warren (1996, p. 65-68).

terminantemente excluindo-os de uma participação mais concreta nas disputas e discussões internas do assentamento.

Reforçando a idéia de incapacidade naqueles que acreditam ser inútil sua voz, os *capacitados* fazem parte de poucas famílias que participam e que se revezam nas coordenações e na presidência da Associação Comunitária São Roque.

Não há dúvida de que os assentados mais afastados do poder político interno do assentamento estão mais desprotegidos, no sentido de que as lideranças não dão atenção e espaço de participação a essas pessoas. Aqueles que detêm a maior parte das informações sobre a liberação de recursos e outros assuntos de interesse geral são as lideranças, que com isso acabam fortalecendo os laços de dependência e agradecimento dessas pessoas ao MST. Agradecimento ao Movimento mas que, em boa medida, torna-se um agradecimento correspondente às lideranças locais.

Navarro (2002) fala da formação de um *círculo virtuoso* que sustenta a ação política do MST, que possibilita que realize ações públicas bastante conhecidas, como ocupação de prédios públicos, agências bancárias, etc. Círculo este sustentado por formas de controle social presentes nos assentamentos, onde as famílias menos identificadas com a ideologia do Movimento são submetidas ao mandonismo de dirigentes e lideranças intermediários, que repete o conservador padrão de hierarquização que sempre foi marca distintiva das relações rurais no Brasil.

Esse controle social a que se refere o autor encontra seu êxito e sustentação na medida em que os dirigentes do MST são os respectivos mediadores das políticas e dos financiamentos governamentais destinados aos assentamentos. O controle é exercido também a partir das escolhas de novos militantes para formação de quadros, normalmente filhos de assentados que passam por um processo de formação, ou seja, são *submetidos a compreensões*

doutrinárias da vida social (Navarro, 2002). Assim, o que sustenta o MST é composto por sua capacidade de arregimentação nos assentamentos e pelo controle da aplicação dos recursos públicos dirigidos aos assentamentos, (...) *permitindo assim a seleção de quadros mais leais aos seus objetivos estratégicos e, em contrapartida, exercendo pressões virtualmente irresistíveis, mesmo sobre eventuais agricultores mais inconformados com a tentativa de homogeneização do MST no assentamento.* (Navarro, 2002, p. 215).

No caso do assentamento 18 de Maio essa prática é observada e suas conseqüências na questão política é o que mais importa aqui. O sentimento de gratidão cria também um vínculo político dos assentados com o MST. É preciso, portanto, contar com esse aspecto para entender a noção de política entre os assentados. O agradecimento não se dá somente pelo repasse de informações sobre os recursos financeiros. Ele é essencialmente um reconhecimento de que sem o MST hoje não estariam na terra própria, o que cria um ponto de unidade interna e apoio político, que fundamenta a adesão dos assentados ao MST.

O que afirma Lechat (1996, p. 112), referindo-se especialmente às mulheres que participaram da luta pela terra, é, sem dúvida, válido se estendido para todos participantes: *a terra que conquistaram representa um direito, mas também uma dívida e um compromisso. Elas sentem-se devedoras em relação ao MST pelas melhorias nas suas condições de vida e de trabalho.*

É preciso um reconhecimento pelos assentados do papel do MST para que este possa se estabelecer como representante legítimo desse grupo. Assim, o agradecimento e o profundo reconhecimento de que o MST é o responsável pela possibilidade de ter terra própria revelam que os assentados no 18 de Maio sentem uma espécie de eterna dívida para com o Movimento. E também demonstram respeito e esperança ao ouvir a palavra daqueles que falam pelo MST.

Do MST não sei o que respondê, é essa política aí, a gente se esforça... eles lutaram, a gente consegue pedaço de terra dessa luta. Gente acha que é importante. Depoimento de seu Severino, assentado desde o início do 18 de Maio, 42 anos, têm 3 filhos e o sonho de poder deixar terra para eles foi o que o levou a acampar. *“Não tinha condições de comprar terra. Agora não preciso dá as meia, aqui é nosso, não preciso dá para os outros. Mudou a preocupação, a idéia de comprar o meu pedaço de terra. É a terra que move a gente né, pior era sê agregado.*

Dessa forma, quando os assentados do 18 de Maio falam de política, e esta fala remete ao Movimento, provavelmente não significa que, necessariamente, o apóiem ideologicamente, ou que tenham abandonado seu modo e lógica de pensar a política. Mas se o candidato se apresenta como militante do MST, ele precisa ter a legitimidade de sua fala reconhecida pelo MST, seja pelo agradecimento puramente, ou por antever que o candidato do MST mais provavelmente *olhará por nós*. Como diz Seu Severino, que se confessa desacreditado na política, pois

(...) logo comecei a ver que era ilusão, são poucos os que prometem e cumpre. Antes as promessas eram cumprida. Hoje, depois de eleitos nem olham mais. (...) aquele partidário de antes não tem mais. Hoje tem que vê a pessoa, se tem idéia de trabalhá, ajudá a gente(...). Na conversa com as pessoas, tem que vê a pessoa, antes dos tempo da política tem que conhece quem é essa pessoa .

No decorrer da conversa, seu Severino revela uma visão que aparece em diversas outras falas, ou seja, fala de uma certa idealização da política no passado, onde o ontem aparece como se tivesse sido melhor que o hoje, com políticos mais eficazes e preocupados com o povo. São casos em que aparece, exemplarmente, a figura de Getúlio Vargas como uma espécie de mito do verdadeiro protetor dos pobres que fora injustiçado, embora sua época não tenha sido vivenciada pela grande maioria dos agricultores.

Seu Severino conta que para decidir seu voto espera por ouvir a opinião *dos que entendem mais*, ou seja, de assentados que participam mais ativamente da política, pois eles é *que estão mais a par, os que estão mais a par, por dentro sabem falá, sabem explicá; eles participam eu não, e pra falá tem que sabê*.

Há algo no discurso do MST que lembra aquilo que afirma Bourdieu (1996, p. 91) a respeito da linguagem autorizada,

(...) a especificidade do discurso de autoridade (curso, sermão etc.) reside no fato de que não basta que ele seja compreendido (em alguns casos, ele pode inclusive não ser compreendido sem perder seu poder) é preciso que ele seja reconhecido enquanto tal para que possa exercer seu efeito próprio. Tal reconhecimento (fazendo-se ou não acompanhar pela compreensão) somente tem lugar como se fora algo evidente sob determinadas condições, as mesmas que definem o uso legítimo; tal uso deve ser pronunciado pela pessoa autorizada a fazê-lo (...).

Esse sentimento de agradecimento dos assentados em relação ao MST não está imune de ser apropriado por outros políticos que se comprometem com a realização de promessas, ou na realização mesma de pedidos. Dos favores e pedidos que são necessidades urgentes dos assentados, e na ausência de políticas públicas, e se for o caso da ação do MST, é que o comprometimento com outros políticos se efetiva. Há, sem dúvida, no assentamento, um lugar para o embate político entre os *de fora* e os *de dentro*, ou seja, entre discursos e comprometimentos dos políticos não vinculados ao MST e dos candidatos oriundos de assentamentos da região, apoiados pela coordenação do Movimento.

Retomando Bourdieu (1996), os políticos somente encontram respaldo no interior do assentamento quando suas palavras, ou *promessas*, sinalizam que quem as enuncia tem legitimidade para fazê-lo, ou ainda, que a eficácia simbólica das palavras se exerce apenas na medida em que são reconhecidas como oriundas de quem tem o direito de anunciá-las. Dizendo de outro modo, os assentados comprometem-se e apostam em determinado candidato depois de ponderarem sobre as possibilidades deste de cumprir o que fala, pois a promessa como enunciado político requer que se mostre o lugar de onde se está falando.

Do mesmo solo da disputa política retiram-se as estratégias eficazes em seu meio, como o discurso apropriado, *enunciado nas formas legítimas*, e os mecanismos que melhor possibilitam a conquista de adesões. Se a dificuldade econômica é uma questão problemática entre os assentados, não resta dúvida que *prometer* e ajudar nesse aspecto, ao longo do período da campanha eleitoral, é parte das estratégias eleitorais dos candidatos nas eleições locais. Mas não são as únicas estratégias no páreo, porque também não são sempre da mesma natureza os desejos e escolhas dos pretensos eleitores (Bourdieu, 1996).

Seguindo o pensamento expressado por um casal de assentados, percebem-se diferenças no modo de viver a política. Diferenças que merecem ser consideradas naquilo que têm de mais original quando se quer compreender um pouco a formação do pensamento político do sujeito assentado. Assim, ele diz: *só voto por obrigação, de política nem gosto, nem me preocupo muito, quero só que ganhe o melhor pra nós*. Enquanto ela, meio de súbito intervém: *eu tenho é paixão por votar, adoro as políticas, desde quando era pequena ouvia meu pai falá das política, se não me engano ele era do PDS, e nós também torcia pelo PDS*.⁴¹

Destarte, é preciso revisar os processos de possíveis rupturas, da tentativa de uma recriação do sujeito político por parte do MST, para se poder melhor compreender a composição da noção de política em sua ambivalência de forças impulsionadoras, que dão coerência à fala dos assentados do 18 de Maio.

De acordo com a análise comparativa feita por Martins (2004a, p.52) de pesquisas realizadas em cinco assentamentos, os demandantes de reforma agrária não são pessoas oriundas exclusivamente da história de desagregação da pequena comunidade rural agrícola, devida à inviabilização da agricultura familiar. As histórias complementam-se com situações

⁴¹ Sobre a questão de gênero no âmbito da discussão sobre o processo eleitoral, ver Heredia (1996, p.61), onde a autora faz referência às mulheres que *falam de política* e ao caráter eminentemente masculino da política local.

de falta de emprego e moradia, fundamentalmente em uma luta contra o desenraizamento das formas tradicionais de trabalho agrícola, que a expulsão da terra pela grande lavoura impôs.⁴²

Em boa medida, são parte de uma massa residual que pertenceu ao arranjo que substituiu a escravidão no Brasil e instituiu relações livres de trabalho, mas manteve os vínculos de dependência através da moradia, da agregação à grande propriedade (Carvalho Franco, 1969). Nos anos 60 e 70 do século XX, esse arranjo foi rompido pelo avanço das relações capitalistas no campo, pela modernização econômica, e os excluídos, por sua vez, dentro de suas possibilidades, procuraram com ou sem êxito se adequar ao trabalho temporário não enraizado, sem a complementaridade das formas tradicionais de moradia e vínculo pessoal (Martins, 2004).

O que os estudos de caso dos assentamentos discutidos por Martins revelam, e que também aparece no assentamento aqui estudado, é que o sujeito protagonista da reforma agrária, além de ser residual das desagregações e transformações ocorridas no meio rural brasileiro nos últimos anos, é também um sujeito peculiar. Ao modo de viver urbano, pautado pelo contrato e por relações em certa medida individualizadas, sobrepõe relações tradicionais e familiares. Esse sujeito tem uma difusa identidade própria e sua condição de assentado não é suficiente para criar uma identidade exclusiva e monolítica (Martins, 2004, p. 53).

Essa identidade difusa em certa medida pode ser uma das causas das dificuldades que o assentamento 18 de Maio enfrenta para construir um projeto comum, em que as divergências superem um propósito maior de beneficiamento do assentamento, seja um projeto de âmbito econômico, como o caso da produção do leite, seja de construir um projeto político em torno de um representante. As pessoas que habitam o assentamento têm origens e histórias de vida

⁴² O livro “O sujeito oculto da reforma agrária” é resultado de um estudo comparativo baseado em cinco pesquisas realizadas em assentamentos rurais. Estas pesquisas, apresentadas por suas autoras, mais um artigo do Martins, se encontram no livro “Travessias”, ambos são da editora da UFRGS, editados em 2004.

muito diferentes e se, no momento do acampamento, tiveram um objetivo em comum, hoje ele se encontra esmaecido porque seu sentido encontrava-se, sem dúvida, fundamentalmente em obter a terra própria. Se em algum momento a idéia de coletividade emergiu para além da família, não superou as diferenças enraizadas nos assentados do 18 de Maio, pois as relações que são travadas no âmbito coletivo se dão quase que exclusivamente na retomada da unidade familiar de produção.

As relações políticas entre os assentados no 18 de Maio e as particularidades das posições pessoais encontradas no assentamento não permitem que se pense em identidade coletiva. O que vai ao encontro do que afirma Martins (2004a, p.66): *O assentamento não é base nem condição de identidade, não é uma instituição, é uma intervenção externa no curso de um processo social, de um desenrolar da vida que se nutre de outros eixos de referência próprios da sociedade inclusiva.*

Assim, no assentamento 18 de Maio não se pode dizer que há uma identidade coletiva específica, forjada em seu interior pelo MST. Isso não significa dizer que não existe uma identificação dos assentados com o Movimento, com seus valores e seus pressupostos. No entanto, ocorre que ao se pensar identidade como a base constitutiva de referências que orientam atitudes e tomadas de decisões em várias instâncias da vida de um sujeito, não se pode dizer que há uma identidade forjada a partir da vivência como sem-terra.

A ruptura com a sociabilidade tradicional provocada pelo MST começa no acampamento; é nesse vazio aberto que o Movimento intenta difundir seus valores e procura apagar aqueles que fazem parte do passado dos assentados. O acampamento é o momento privilegiado de construção de novos vínculos, não mais pautados em referenciais tradicionais de compromissos, mas sim em torno de lutas e estratégias políticas em comum, que têm como centro o MST, uma organização que busca sedimentar uma nova e coletiva identidade, mesmo

em grupos fragmentados de trabalhadores empobrecidos, rurais e urbanos, que fazem parte de sua base. A formação política instituída muitas vezes gera conflitos, (...) *particularmente quando a identidade social original, nascida no mundo da 'pequena produção', e rompida pelos tempos do acampamento e das ocupações de terra, concretiza-se novamente com a chegada ao assentamento e a reconstituição da vida comunitária do passado* (Navarro, 2002, p. 210).

A ruptura com o mundo do passado não é absoluta, ela abarca continuidades e permanências que podem reaparecer nas mais variadas manifestações do cotidiano, como na adesão dos assentados a candidaturas que se apresentam, muitas vezes, defendendo idéias avessas às posições defendidas pelas coordenações do MST. Candidaturas que, ao buscarem o assentamento, são capazes de retomar os sentidos e os jeitos de fazer política de um certo tempo atrás, o período anterior ao acampamento, revigorando os sentidos, os símbolos e os jeitos que fizeram parte das experiências políticas dos assentados, que permitem a essas candidaturas a conquista de votos e, possivelmente, o desfrute de uma aceitação mais espontânea entre os assentados do que aquelas pleiteadas por candidatos indicados pelo Movimento.

As pesquisas sobre assentamentos desenvolvidas por Heredia (2002) e Medeiros e Leite (2002)⁴³ apontam que os assentamentos não só proporcionaram melhores condições de vida do ponto de vista material para as populações assentadas, como proporcionaram sua maior participação no campo político, nas disputas por recursos públicos e por seus direitos, ou seja, em alguma medida os assentados passaram a fazer parte do jogo político local,

⁴³ Refiro-me às pesquisas de HEREDIA, Beatriz et alii. *Impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas*. RJ: CPDA/UFRRJ - Nuap/PPGAS/UFRRJ. Relatório de Pesquisa, 2002; e de MEDEIROS, Leonilde e LEITE, Sergio. *Impactos regionais da reforma agrária: dimensões econômicas, políticas e sociais*. RJ: CPDA/UFRRJ-Finep. Relatório de Pesquisa, 2002, citadas em MEDEIROS, Leonilde. *Reforma Agrária no Brasil história e atualidade da luta pela terra*. SP: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

quando, em outra situação, poderiam ter permanecido atomizados ou imobilizados politicamente pelas condições em que viviam. As mobilizações dos assentados, organizados em torno de uma identificação política com o MST, ou com outras organizações diferentes, permitiram a entrada de novos agentes e novos elementos nas relações políticas dos municípios onde se estabeleceram os assentamentos.

Em muitos dos processos de viabilização e de desapropriações de terras para a formação dos assentamentos, os prefeitos intervêm para alocar as populações locais ou agenciar quem serão os assentados no município.

Com essa intervenção, segundo Medeiros (2003, p. 91), os laços de patronagem muitas vezes podem ser questionados, ou mesmo passar por um processo de reestruturação, alicerçando-se sobre novas bases. Ela diz, ainda, que os agentes das relações tradicionais de patronagem colocam o assentamento como sendo *um espaço importante no sentido de questionar sua resistência, promover sua ruptura, criar novos laços ou, em algumas circunstâncias, fortalecê-los.*

O que se pode compreender do assentamento 18 de Maio, seguindo o mais de perto possível o que as falas dos próprios assentados dizem sobre suas relações políticas? Os novos laços políticos são perceptíveis quando as trajetórias políticas são revisitadas, talvez não no sentido almejado pelas lideranças do MST. Talvez nem sejam tão novos assim caso se espere uma mudança de lógica. Melhor explicando, decerto que não se fala mais em vender o voto, muito menos em votar em *qualquer candidato que apareça*, ou então, *nos candidato contra os pobres, que só defendem interesse dos fazendeiro*, mas quando se opta por apoiar os candidatos que o MST indica, esta é, por vezes, a única forma de conseguir maior proximidade com o candidato. Os laços de dependência, neste caso, são muitas vezes reforçados, mas com

a diferença de que não são mais laços de dependência entre peões e patrões e sim entre o MST e assentados.

No entanto, é preciso olhar a prática do MST, principalmente de suas lideranças, à luz da cultura política brasileira, uma cultura política caracterizada por manter relações *pessoais e personalizadas* no espaço público, que destina as relações impessoais e individualizadas apenas para quem não é bem relacionado ou que não dispõe de privilégios, como diz DaMatta (1997).

Mesmo que os movimentos sociais tenham levantado a bandeira da cidadania, de direitos iguais para todos,⁴⁴ entre outros atributos da modernidade, seria, de qualquer forma, desconsiderar a cultura política em que estão inseridos seus líderes e suas bases, esperar que sejam eles os precursores de relações políticas distintas das formas que conhecem e vêem acontecer ao seu redor. Ou seja, a questão não está em se condenar a prática política personalizada, mas sim em melhor compreendê-la naquilo que a faz perdurar mesmo quando se imaginou – como ocorreu com o aparecimento dos movimentos sociais na década de 1980 – que seria deixada para trás e em seu lugar se estabeleceriam práticas mais *individualizadas*, próximas dos ideais de cidadania e igualdade civil.

Gohn (1997, p. 47), discutindo a crise dos movimentos sociais brasileiros, revela as dificuldades que eles enfrentam para superarem relações corporativistas pelo fato de estarem entrincheirados em si próprios, imunes a críticas, quando conduzidos de forma paternalista, cerceando suas bases. Alguns dos problemas dos movimentos sociais no contexto brasileiro tornam-se mais problemáticos, segundo a autora, *na vigência de uma cultura política que não se transformou o suficiente para o pleno exercício do jogo democrático, que convive com regras do fisiologismo e de práticas do tradicionalismo, mas fala em nome da modernidade.*

⁴⁴ Sobre o surgimento dos direitos civis, políticos e sociais e sua seqüência histórica, assim como sua implicação para se pensar a cidadania, ver Carvalho (2001).

Portanto, o que se procura fundamentalmente neste momento do trabalho – de exposição dos resultados da pesquisa empírica – é dar vazão ao tipo de vivência e de entendimento da política por parte dos entrevistados, sem desprezar as práticas políticas centradas na *pessoa* e nos vínculos que daí surgem. O que se busca é tentar compreender suas significações para um sujeito que está, digamos, em uma situação híbrida: fazendo parte de um movimento social organizado como é o MST e que tem presente em suas instâncias (ao menos formalmente) a preocupação em fazer um trabalho de formação política e cidadã de seus integrantes; e que também está imerso na cultura política tradicional, de onde traz experiências passadas, as quais revivifica no presente.

Em outras palavras, o que se tornou essencial para a pesquisa foi trazer à tona as relações de amizade, compadrio e vizinhança, colocando-as no campo das análises sobre política como um fato básico para o entendimento da sociedade brasileira. Para DaMatta (1997, p. 87), mesmo que o discurso público se realize usando um idioma universal-liberal, a prática política no entanto segue uma outra lógica. A noção clássica e universal de indivíduo como cidadão contrapõe-se à idéia de pessoa.⁴⁵ Ou seja, nas palavras do autor, *aqui o quadro é dos amigos e correligionários que, uma vez no poder, terão tudo! E a lógica é a das lealdades relacionais que não têm compromisso legal ou ideológico.*

O que parece predominar, em meio aos valores enunciados pelos assentados ao realizarem suas escolhas políticas, é a possibilidade de o candidato cumprir o que prometeu. O sujeito que promete – o candidato político – precisa, no entanto, ser uma *pessoa* conhecida, com quem se mantém algum tipo de vínculo pessoal. Assim se leva para o campo da política a importância das relações afetivas, de vizinhança, amizade e compadrio. O candidato que

⁴⁵ Em um dos estudos clássicos de interpretação do Brasil, Raízes do Brasil, Sérgio Buarque fundamenta-se nessa oposição entre indivíduo e pessoa.

representa o assentamento, e/ou, no plano mais geral, o MST, deve reunir esses atributos para que motive o voto do assentado.

Leva-se em conta a contribuição de DaMatta (1997, p. 105), quando se afirma que, para penetrar na razão profunda da sociedade brasileira, é preciso que se adote uma perspectiva que permita o estudo das *relações* como um elemento estrutural no caso brasileiro. Uma perspectiva atenta às relações pessoais é o que permite, segundo o autor, que se possa entender a estrutura do favor em uma situação social marcada por profundas desigualdades, já que *o favor é básico numa sociedade onde as relações assumem uma posição central, sendo um domínio institucionalizado do seu universo*. Em outras palavras, no mundo hierarquizado o favor cumpre o papel de mediador entre desiguais, um meio de relacionar as pessoas sem modificar o sistema que as diferencia.

Não é intenção aqui fazer uma longa discussão em torno da noção de *pessoa*, que aparece na tradição antropológica em autores como Radcliffe-Brown e Marcel Mauss (sendo que foi por este último que o conceito se desenvolveu e se consolidou, sendo *pessoa* e *indivíduo* objetos específicos de sua reflexão).⁴⁶ No sentido aqui empregado, a noção de *pessoa* é pensada nos termos definidos por DaMatta. Seu conceito sobre *pessoa* está, por sua vez, inspirado no trabalho de Louis Dumont, quando este faz uma comparação das sociedades indiana e ocidental moderna. Para DaMatta (1997) são as relações estabelecidas dentro da rede de parentesco, amizade, pelos elos com outras pessoas, enfim, *na casa*, que são imprescindíveis para a vida social no Brasil, e que transformam o indivíduo em *pessoa*. Já o *indivíduo* pressupõe relações modernas, pautadas pela impessoalidade e pela universalidade do sujeito secularizado nascido no Iluminismo, hoje meio presente nos países de democracia consolidada.

⁴⁶ Sobre a noção de *pessoa* na Antropologia ver, entre outros, Goldman (1999) e Chaves (1996 e 2003).

Se a *promessa* é tomada como chave para entender as múltiplas relações que se arranjam no interior da lógica política do assentado, ela por sua vez não prescinde das *relações pessoais* que lhe dão sentido e possibilidade de efetivar-se. Assim, só se pode falar de *promessa* política no assentamento porque foi possível perceber que as relações travadas entre assentados e lideranças e entre assentados, lideranças e políticos de fora do assentamento pendem mais para o campo das aproximações de cunho pessoal do que partidárias, ideológicas e individualizadas. A fala de um assentado revela com clareza seu pensamento, e quais são seus mecanismos de discernimento nas escolhas políticas, permitindo que se perceba a importância que assumem as relações de proximidade em seu discurso:

A gente tem que olhá muito as condições da pessoa [no caso do candidato], se é uma pessoa boa. Nós todos vamos dependê daquela pessoa. Eu acho que é importante uma pessoa conhecida, que se dê bem com a gente aqui, que faça uma boa amizade. Uma pessoa conhecida a gente sabe como ela é, um estranho não. (...). Olha eu acho importante é a pessoa, o partido é o partido, agora depende quem vai assumir aquele partido. (...). É muito importante que seja apoiado pelo MST, por que no fim o candidato pode não ser eleito e também pode ser, aí a gente pode cobrá dele, o que eles promete.

Christine Alencar Chaves (1996), estudando as eleições em Buritis - MG, propõe que se reconheça a relevância do significado de *pessoa* como categoria de análise das relações sociais e políticas no Brasil. A autora discute a importância que *compromisso* e *promessa* assumem quando a política se constrói pautada nas relações pessoais, de reciprocidades e lealdades. Questões que aparecem imbricadas no processo político – pessoa, voto, compromisso e promessa – revelam também a importância das lideranças políticas locais para a configuração das eleições em populações rurais. Como afirma Chaves (1996, p. 6), a importância da liderança

(...) testemunha que o voto pode não se constituir apenas em um instrumento individual de cidadania, servindo antes como índice de uma relação, que vincula eleitor e político. Nesse contexto, o voto não é, primordialmente, a manifestação da vontade do indivíduo frente a um mercado de ofertas políticas, mas remete a uma relação entre 'pessoas', expressa na noção de 'compromisso'. Trata-se de vínculo de obrigações mútuas dotado de um imperioso sentido de lealdade.

O eleitor que *promete* o voto sente-se obrigado a cumprir a palavra empenhada. Em troca, o político que *promete* o benefício fica comprometido a realizá-lo. O vínculo de compromisso assumido e, digamos, formalizado, com a anunciação da *promessa*, requer uma relação entre conhecidos, amigos, entre pessoas que estabelecem um código de reciprocidades, mesmo que assimétrico, com um certo grau de confiabilidade. O não cumprimento pode incidir sobre duas vertentes: impedir a continuidade da relação entre político e eleitor, e contribuir para aumentar o já acentuado descrédito nos políticos.

Como diz Seu Carlos,

O candidato tem que tê alguma amizade (...), eu não sou partidário; tem que vê se a pessoa presta, né! Se dá pra confiar. Se for apoiado pelo MST é por que aí nos reconhece, a nossa luta, já é uma pessoa que tá envolvida.(...) o que conta na hora de escolhê em quem vota é sabê quem é o candidato, se ele se comprometeu em nos ajudá.(...) E candidato bom é o que cumpre o que promete; e o mau é aquele que mente e rouba do povo, né! Eu escolho o que venha aqui na minha casa falá das promessa e proposta dele.

Da relação com o MST pode-se perceber sua importância e relevância para as escolhas políticas dos assentados, mas o que se coloca a partir da análise de suas falas é o quanto essa relação segue certos moldes tradicionais da política. A estratificação que as relações pessoais pressupõem, já que se precisa ser reconhecido como um certo *alguém*, como uma determinada *pessoa*, estabelece diferentes graus de incorporação cidadã. Como diz Chaves (1996, p.9), *A política exercida como vínculo pessoal é veículo e instrumento de solidificação de privilégios, sustenta e mantém a desigualdade.*

Essa diferenciação pode ser percebida no tratamento que cada um dos grupos de assentados, anteriormente citados, recebe e dá aos políticos que os procuram. O poder de barganhar com a *promessa* de voto é diferente conforme a condição de vida de cada assentado, assim como a legitimidade é atribuída ao político a partir do lugar de onde ele fala – grau de relacionamento e interação com os assentados, confiança, capacidade de se expressar, posição que ocupa, etc.

O reconhecimento da veracidade da *promessa*, para ambas as partes, por mais tênue que possa ser, tem na confiança pessoal seu mecanismo de verificação e controle. Confiança que insinua uma proximidade muitas vezes cortada pós-eleição, criando a imagem do político ingrato, que quando dispõe do poder não lembra dos *amigos*. Como diz um assentado, depois das eleições: (...) *eles até esquecem que nós existe. Político só aparece é pra pedi voto e prometê nas eleição, antes até que são chegado, vem nas casa da gente, mas se ganha nem lembra de nós que é tudo pobre.*

Compromisso e *promessa* andam juntos na prática política. Também se aproximam bastante semanticamente, dentro de uma concepção em que a palavra, o ato de falar, incorpora uma ação. A pertinência de Chaves (1996) observar a proximidade semântica dessas duas expressões revelou que a origem latina das formas verbais incorporam à fala a obrigação da ação futura. Assim, prometer deriva de *promittere*, atirar longe; e comprometer, em latim deriva de *compromittere*, portanto da mesma raiz. Ambas as palavras alinham um compromisso pela palavra no presente a uma determinada ação no futuro.

A *promessa política* vivida no assentamento assume a forma de verbo performativo, no sentido dado por Austin (1990), em que sua anunciação implica numa ação subsequente. Logo, o compromisso estabelecido entre o assentado e o político, fundamentado na palavra dada, na promessa enunciada, requer de ambos a ação prática. Do primeiro que vote no candidato com quem se comprometeu; do segundo que, sendo eleito, não esqueça de agir conforme o que prometeu.

A combinação de formas tradicionais com o discurso do MST (em tese, mais moderno) dá ao termo *promessa* um conteúdo que pode abranger comportamentos considerados negativos. Assim, talvez não seja equivocados dizer que a *promessa* abarca em seu nome, a prática de relações que trazem constrangimento, pois se fala: *ele prometeu tal coisa por meu*

apoio, mas não se fala: *eu vendi ou troquei meu voto por isso ou aquilo*. Ou seja, são sempre os outros que *vendem*, mas se admite que esta prática existe.

A noção de política no assentamento vai delineando um certo modo de votar, de alicerçar compromissos e estratégias de escolha eleitoral. Esses pontos serão discutidos na seqüência, quando se procura, através dos depoimentos e observações de campo, compreender quais motivos estão presentes no momento do assentado escolher em quem votar.

Capítulo III

O voto: as tramas em cena. A natureza da análise

Inscriver comportamentos eleitorais em categorias amplas é inexequível na perspectiva teórica adotada (embora seja fundamental em outras) e conflitante com a diversidade de valores, significados e sentidos que o agenciamento do voto apresentou no trabalho de campo entre os assentados.

Para entender como o voto e a política aparecem no pensamento e nas ações dos assentados (no caso, o ato de votar) é preciso traçar os caminhos por eles percorridos até o momento de anunciarem suas decisões ou indecisões. Caminhos cheios de nuances e miudezas, questões de valor e sentido pessoal que aparecem em seus cotidianos e tornaram-se motivadores de certas escolhas e comportamentos políticos. Como sugerem Goldman e Sant'Anna (1996, p. 30), *concentrar-se sobre as multiplicidades envolvidas na questão, seja a pluralidade das motivações para votar – e como votar - seja a dispersão e hierarquização dos critérios de seleção de aspectos dos candidatos escolhidos* .

A primeira parte do capítulo são as falas dos assentados que introduzem na discussão suas motivações de voto, momento em que as entrevistas foram complementadas pela conversa informal,⁴⁷ quando se falava mais abertamente de diversos assuntos: familiares, pessoais, de problemas públicos não resolvidos, das dificuldades do dia a dia, das *promessas* não realizadas e dos compromissos assumidos. Como afirma Caldeira (1984, p. 44),

(...) os depoimentos feitos em entrevista não coincidem exatamente com os comentários que, no dia-a-dia, as pessoas fazem a respeito de suas vidas e da sociedade em que elas transcorrem. O cotidiano é o corriqueiro e o que se vive de modo imediato e fragmentário; nele, os comentários, observações, opiniões que vão sendo elaborados estão inevitavelmente colados às partes, não tem como se distinguir delas e nem fugir ao imediatismo e à fragmentação.

⁴⁷ Faz-se referência às anotações do diário de campo da pesquisa, porque aqui o diário ajuda a contextualizar e relativizar as falas.

Nesta parte da dissertação, busca-se, na medida das possibilidades de percepção e da entrada da pesquisadora no universo dos assentados, compreender como esses sujeitos articulam seu pensamento sobre política e sobre os políticos, e como, a partir de certos valores, buscam dar sentido às suas decisões eleitorais.⁴⁸

Na segunda parte, retomando as falas e seus significados, procura-se fazer algumas conexões entre o que é dito e sua implicação nas idéias desenvolvidas no capítulo anterior sobre a questão da *promessa* e da cultura política. Assim, este capítulo, em boa parte, constitui-se do resultado de um encontro de conversas sobre o mundo da política, além da observação das manifestações culturais dos moradores do local que ajudam a entender os motivos de suas escolhas.

A cultura do agricultor, muitas vezes, é considerada sob o estigma do atraso e não como um certo modo de ver o mundo, com diferentes valores e comportamentos sociais. Seus procedimentos são vistos como inferiores, quando na verdade são um resultado da operação de uma determinada cultura. O conceito de cultura no tratamento dado pela antropologia não tem o sentido de erudição, mas se apresenta como um modo de ver o mundo inserido em uma dinâmica de ser e de agir, dado pelas experiências dos diferentes grupos conforme sua herança cultural (Laraia, 2000, p. 70).

Parece claro, a partir da leitura das entrevistas e das conversas, que o assentamento 18 de Maio vive mergulhado em um processo complexo tecido por uma visível incompreensão da natureza da ação política colocada em prática a cada período eleitoral, por parte das lideranças ligadas ao MST. Esse desconhecimento da natureza da ação política, resulta de um tipo de tratamento dado ao mundo cultural do assentado, que o desfigura. Desfigura no sentido em

⁴⁸ Sobre a relação entrevistador/entrevistado e o alcance da entrevista no trabalho de campo, ver Roberto Cardoso de Oliveira O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever In. Cardoso de Oliveira. O trabalho do antropólogo Brasília:Paralelo 15; São Paulo: Ed. Unesp, 2000. Também Tereza Pires do Rio Caldeira A política dos outros... SP:Ed. Brasiliense,1984; especialmente a parte Imagens do poder e da sociedade .

que pretende, a partir de um discurso, impor um novo horizonte de sentidos no qual os assentados aparecem como esvaziados de experiências políticas e culturais passadas que possam se integradas ao presente, ou mesmo participar de um novo consenso. Por que não considerar a existência de uma cultura, ou apenas considerá-la como de menor importância?

Para tentar entender o que se passa é preciso compreender a relação que se estabelece entre o social e o cultural e as formas de resistência encontradas no interior do assentamento estudado. Resistência que talvez se aproxime das que Thompson (1998, p.19) considerou como fazendo parte da cultura conservadora do povo que, *quase sempre resiste, em nome do costume, às racionalizações e inovações*. E, ao resistir às imposições que vem de camadas superiores,

(...) a cultura popular é rebelde, mas em defesa dos costumes. Esses pertencem ao povo, e alguns deles baseiam-se realmente em reivindicações muito recentes. Contudo, quando procura legitimar seus protestos, o povo retorna freqüentemente às regras paternalistas de uma sociedade autoritária, selecionando as que melhor defendam seus interesses atuais.

Assim, é no ritmo lento dos costumes que o presente acontece e o futuro é esperado. Por isto, as referências se voltam ao mundo político anterior à condição de assentado, pois são elas que estabelecem o sentido de resistência, que sendo conservador, recorre ao costume e o reforça por sua transmissão de geração a geração, enraizado às realidades materiais e sociais da vida e do trabalho (Thompson, 1998).

O assentamento 18 de Maio, conta com uma educação formal normatizada e regularizada. Portanto, ela tem se mostrado ineficaz no que tange a ser capaz de alterar profundamente a construção cultural do assentado. Na verdade, não conta com uma estrutura institucional que possa qualificar a experiência mediante novas formas de conhecer, constituídas a partir de um processo de racionalização da vida, é a tradição que reforça, através das experiências culturais costumeiras, a construção dos sentidos.

Ao tratarem os assentados como possuindo saberes de menor relevância, as lideranças e os formadores produzem uma falsa compreensão do próprio Movimento, pois desconhecem os motivos e a origem das orientações que regem as escolhas dos assentados, sua base. Um proselitismo da política que revela e esconde. Revela uma prática autoritária que passa por cima das diferentes formas de significar a vida culturalmente; e esconde o desconhecimento profundo da cultura do pobre, de seus significados que dão acesso ao seu agir para além de um mundo religioso empobrecido por sua apropriação política mediante práticas místicas.

Os processos sociais são ao mesmo tempo relações de comunicação e de poder, e lideranças e formadores do MST, ao não perceberem esta dupla natureza, produzem uma dolorosa luta simbólica, em vez de uma superação dialética. Uma luta simbólica que marca, assinala os que podem usar a palavra, que nega ao não iniciado o direito à voz, e que reafirma a expressão de Bourdieu (2003) : *as visões de mundo são di-visões de mundo*.

A idéia comumente divulgada, em certos meios jornalísticos e em trabalhos acadêmicos militantes,⁴⁹ de que os assentados são politicamente formados pelo Movimento do qual recebem cursos de formação política e, portanto, apóiam ideologicamente as opções políticas da direção do MST, dá vazão a um pressuposto que é apenas parcialmente verdadeiro quando olhado mais a fundo. Essa postura comporta uma premissa que tende a homogeneizar as pessoas que demandam por terra no país e que se tornaram integrantes do MST,⁵⁰ assim como desconsidera as possíveis resistências dos trabalhadores rurais frente às tentativas de doutrinação política do MST, forjadas sobre uma matriz ideológica derivada do marxismo

⁴⁹ Zander Navarro faz uma crítica aos trabalhos acadêmicos que não conseguem manter a distância necessária para a realização de uma pesquisa científica devido ao envolvimento acrítico de seus autores com o MST. O autor faz uma categorização dos trabalhos nesse campo. Ver em Navarro (2002).

⁵⁰ A respeito da diversidade do público que demanda por reforma agrária no Brasil, ver Martins (2004a).

vulgar.⁵¹ Entre outras implicâncias, essa visão nivela os assentados como se todos tivessem trajetórias políticas iguais e o mesmo grau de adesão ideológica ao Movimento.

Portanto, questiona-se aqui a imagem criada em torno do assentado que o coloca, por um lado, como um sujeito plenamente passível de ser influenciado pelas lideranças, destituído de formas próprias de resistência, vindo a aderir como que mecanicamente às opções políticas tomadas pelas coordenações do MST; e, por outro, como militante, membro ativo das coordenações que não deixa de fazer suas opções em comum acordo com as diretrizes e decisões das instâncias superiores do MST.

Dessa visão polarizada, constroem-se exageros e distorções que merecem ser examinados. Exemplo dessa visão é a matéria de uma revista de circulação nacional que retrata os assentados da base do MST como sendo um todo homogêneo, sem vontades próprias, servindo de massa de manobra nas mãos de lideranças com perfil doutrinador. (Revista Veja, A esquerda delirante, 18 de junho, 2003).

Como ressalta Pierre Vilar, a figura do camponês é objeto de uma dupla mitificação, em dois aspectos:

(...) de um lado, o desprezo pelo 'rústico', do outro, o culto do 'lavrador' (ou do pastor!), o elogio da aldeia'. Também vimos confrontar-se diante de nossos olhos duas visões – e sem dúvida duas verdades do campesinato como fator político: um campesinato centro de todos os conservadorismos, de tudo que é reacionário, e um campesinato centro de todas as esperanças revolucionárias (as de um Che Guevara ou de um Frantz Fanon). (Vilar, 1980 apud Cardoso, 2002, p. 24)

Em geral, encontra-se entre os contra e os a favor da reforma agrária, tanto na direita quanto na esquerda, uma mesma visão do agricultor como destituído de cultura e consciência e inserido num mundo de carências de todo tipo. Como lembrou Velho (1982), é quase uma necessidade de conversão, próxima da religiosa, já que não se vê o outro como sujeito de uma cultura diferente, mas sim, como destituído e precisando recebê-la. Suas carências, portanto,

⁵¹ Sobre marxismo vulgar como uma matriz ideológica seguida pela direção do Movimento, ver Navarro (2002).

precisam não somente ser superadas, como conduzidas, pois que o agricultor é visto como inculto, espécie de cabeça vazia esperando ser preenchida.

As visões que polarizam o comportamento político dos agricultores impedem que se veja a presença de uma dinâmica própria de sua cultura, fortemente heterogênea, variando conforme o contexto e situação social das populações rurais.

Com os assentados não é diferente, pois muitas vezes não se leva em consideração que, por princípios próprios e peculiares, eles assumem concepções de política próprias e votam em determinados candidatos, aliados ou não do MST. Ocorre de os assentados acatarem concepções diversas das lideranças como uma das formas de resistência à tentativa de dominação destas. Pois, quando votam em candidatos apoiados pelo Movimento, no caso do assentamento pesquisado, raramente o é pelos motivos que lideranças e militantes acreditam ser. Embora exista, por parte das coordenações regionais e estaduais do MST, uma pressão para apoios políticos, muitas vezes de caráter autoritário e coercitivo.

No decorrer de uma conversa, um assentado, senhor já de meia idade, revela o quanto sua história política familiar ainda é um determinante para escolher seus candidatos. Fala de se sentir constrangido em seu meio por sua escolha partidária, preferindo, então, abster-se de votar do que contrariar sua opção política. Ele conta,

Naquele tempo, quando comecei ver falá de política, meu pai era PMDB. Ele falava e era aquilo, o MDB (...). O que o pai faz o filho faz. Não acho justo de me deslocar do PMDB, me sinto muito chocado de caso não votá no PMDB. Não fiz a transferência, transferisse meu título, ter de votar no PT! Eu não saberia não votar no PMDB.

O voto no assentamento 18 de Maio não aparece descolado das questões envoltas no cotidiano do assentado, sua trajetória e suas necessidades, anseios e estratégias que emprega para resolver essas questões. Isso não significa que a política não tenha uma presença delimitada, ou, ao menos, mais efetiva apenas no *tempo da política*, na acepção de Palmeira

(1995). No entanto, os valores e os símbolos motivadores do voto são originados no cotidiano e sua definição, poder-se-ia dizer, desenlaça-se na relação estabelecida com o candidato no *tempo da política*, quando as promessas e os compromissos são anunciados e firmados por ambas as partes. A história da decisão é tecida no cotidiano, mas o ato de decidir se dá no *tempo da política*.

História da decisão e ato de decidir

Alinhar sentidos e valores predominantes nos depoimentos permite que melhor se compreenda o arranjo que antecede o voto. Através das conversas, os assentados foram desenhando o que poderemos chamar de um conjunto de questões motivadoras de seu voto. Nessas falas, cada um expressa o sentido e a sua lógica de escolha eleitoral.

Seu Heitor, um dos primeiros assentados a chegar no 18 de Maio, morando sozinho, pouco participa das atividades do MST no assentamento. Segundo ele, só vai a reuniões do grupo, e quando sai é para ir *nas bodegas* ou visitar seus parentes. Com boa lembrança das opiniões e preferências políticas de seus pais, recorda que sua família era do PDT. Diz:

Quando era PDT eu votava neles, e meu pai. Depois no PT. Ah, às vezes ele votava noutra partido que tinha o melhor [no caso, melhor candidato]. Eu não vou à festa política, não gosto, só falam abobrinha.(...). Escolho meu candidato,voto, e não vou mesmo. Voto no Partido [PT], tem o Partido, o cara vota no Partido. No prefeito, no Partido, para vereador eu escolho o melhor, qualquer um partido.

A fala de seu Heitor, no primeiro momento, revela uma estreita relação entre ele e as escolhas eleitorais definidas por uma questão de afinidade partidária. Seu voto é preferencialmente no PT, e ele explica, durante a entrevista, porque mudou de partido e porque motivo ele agora vota no PT. Porém, sua fala também expressa outros motivos que influenciam seu voto e que extravasam enquadramentos explicativos para o mesmo. Quando

perguntado sobre o que lhe vem à cabeça quando pensa em política, seu Heitor responde depois de uma larga baforada em seu cigarro enrolado,

Política deve ser política, negócio de festa e reunião não é política. Política é política. Escolho o melhor para votá. Se o cara acha que dá lucro, vota naquele. Depois que eu entrei no MST só voto no PT porque quem criou o Movimento foi eles. O candidato apoiado pelo MST pega mais força, né? Escolho o PT para prefeito e para vereador qualquer que presta (...). Importa pouco o partido, tem importância o PT porque se não é o PT, o MST não se criava, né? Eu acho melhor votar num conhecido, se não entra um pé de cachorro e não faz nada. Tem que aparecê aqui em casa, [o candidato], se não aparecê para visitar os eleitor, não precisa do meu voto.

O depoimento de seu Heitor é bem elucidativo: a política para ele é escolha. Toda sua fala sustenta-se nesta definição, já que é a partir de uma decisão que o ato político se concretiza. Uma escolha que se edifica pelo conhecimento que tem seu Heitor da importância do PT na construção do MST. O voto, então, galvaniza a escolha, realiza a política.

A escolha, portanto, não pode ser pensada como um valor abstrato e genérico instituindo um ato livre,⁵² mas a partir de um pressuposto pragmático no qual o partido só adquire importância na exata medida em que organiza o MST, e que este possibilitou a terra. Seu Heitor não escolhe o PT por uma afinidade ideológica, mas a partir de uma relação de custo e benefício, na qual busca solucionar os problemas de um cotidiano precário. E, caso ficassemos apenas no depoimento do seu Heitor, talvez entenderíamos seu voto como partidário, mas o universo político que surge da análise de seu cotidiano e do restante de suas palavras, nos revela outro encaixe com a questão partidária, pois, como diz, para vereador ele vota em *qualquer que presta*.

O voto do assentado, percebido como complexo e permeado de influências múltiplas da vida cotidiana, dificilmente permite que se apreenda seu sentido último quando enquadrado

⁵² A questão da escolha livre é discutida por Brenneisen (2002, p. 139) dentro da perspectiva de que muitas das opções dadas aos agricultores, não são de escolhas livres e conscientes, mas sim marcadas por diversas condições (no caso que pesquisou, aceitar a modalidade de organização coletiva não seria uma alternativa, mas um pressuposto para ser assentado). Afirma que, de forma geral, não há livre escolha para as classes mais empobrecidas, pois suas preferências são marcadas pela conjuntura, pela sujeição histórica que lhes é imposta, pela religião e lealdades tradicionais.

em categorias pré-definidas, como, por exemplo, a de partidário. A lógica que transpassa o processo da escolha, o fio da meada que leva ao voto apresenta um caráter pessoal, de definições imprecisas, por se tratar de um ato particular, acionado dentro de uma coerência também particular. Contudo, inegavelmente essa lógica deixa entrever a presença de valores que são compartilhados no assentamento de forma geral.

Continuando a conversa com seu Heitor, sua fala vai mostrando o que é relevante para que decida por um candidato. Nas eleições para prefeito, para presidente e para legislativos federais e estaduais, como já disse, tem como critério o partido do candidato, no caso o PT. Quanto à vereança, o que parece valer é a simpatia que tem pelo político. Para escolher seu candidato, seu Heitor acha importante informar-se com lideranças do MST:

Acho importante falá como o pessoal da Regional [do MST]; tem que proseá um pouco com quem entende mais que a gente para dar indicação.(...) por que depois eu acho muito ruim o vereador que se elege e nunca mais aparece, e um conhecido do MST fica mais com a obrigação com nós aqui.(...) é ruim se elegê, prometê fazê tudo, no fim não fazê nada; o candidato, pra mim, tem que se atracá de vereador e trabalhá bem e por aí pode se elegê de novo.

A estreita relação do MST com o PT é bastante significativa como critério de escolha eleitoral dos assentados, como se pode notar nas falas citadas. Os riscos desse tipo de relação subsumir com os movimentos sociais são agravados quando o partido aliado se torna governo. Este é um dos dilemas em que se encontra hoje o MST: entre fazer oposição ao governo Lula como uma organização social ou apóia-lo e fazer parte dos quadros do governo. Sobre isso, José de Sousa Martins (2004c, p. 11) escreve:

Ajudei na própria preparação de quadros que depois estariam na base do MST, pessoas que então atuavam como agentes de pastoral da Comissão Pastoral da Terra. Acompanhei direta e pessoalmente como as coisas se deram, o processo difícil de colocação da reforma agrária não só na agenda política do Estado, mas antes a difícil colocação da reforma agrária na agenda dos grupos de ação política, incluindo a própria Igreja. Como acompanhei, apreensivo, a conversão do tema da reforma agrária de tema político e supra-partidário em monopólio de partido político, o Partido dos Trabalhadores. Uma conversão que empobreceu a bandeira da reforma agrária, ao reduzi-la a uma conveniência partidária e eleitoral. Isso significa que tanto o MST, como a CPT correm o risco de desaparecerem ou perderem seu perfil num prazo mais ou menos curto, sobretudo a partir do momento em que o partido que canalizou essas tensões, essas reivindicações, chega ao poder. Não há como lutar contra o poder e estar no poder ao mesmo tempo.

No entanto, os motivos de uma provável adesão aos candidatos petistas apoiados pelo Movimento, por parte dos assentados, não são, muitas vezes, fruto de uma afinidade ideológica ou partidária e sim de uma adesão de caráter pessoal, orientada para a solução pragmática de problemas cotidianos ou originada pela gratidão e sentimento de débito ao MST.

A conversa com Regina permite que se perceba melhor a confluência de motivos presentes na adesão política a um candidato:

(...) para escolhê eu vejo se os planos deles são executáveis, se podem cumprir as promessas feita. A gente vai conhecê o candidato só a partir da prática, antes nós não conhecemos ele. A gente, se já conhece, mas o mais profundo é com a prática(...). [O que importa para votar em determinado candidato] eu não sei, não é pelo partido. Votaria em qualquer um que não é do meu que é o PT, mas que colocasse os planos, que fossem feitos, que realizasse coisas. Gente tem o partido, mas não adianta se não fizer.(...) acho que é importante se o candidato apoiá o pessoal do MST, é porque ele gosta dos assentados e pode vir a ajudá (...) eu acho que a pessoa tem que escolhê a partir do momento que conhece o candidato. Tem uns que votam quando pega na hora uma folhinha; tem uns que vende o voto, aqui também tem disso. Acho errado vendê o voto, não pode cobrá depois.

A idéia do político como bom administrador, capacitado para realizar uma boa gestão do dinheiro público, aparece com bastante freqüência nas falas no assentamento 18 de Maio. O significativo é que esse motivo para escolher um candidato – o bom administrador, honesto – se confunde com interesses pessoais, ou seja, o bom político também deve saber ajudar os seus eleitores:

Eu acho que a primeira coisa que o candidato tem que fazê é conquistá o povo, trabalhá com o povo tem que ser uma coisa delicada; ajudar, mas não só na questão financeira, dar atenção. Comigo aconteceu: fui procurar o Camarão⁵³ e ele me tocou os pés. Ele precisa do voto do povo e ele não pode procurá o povo só na hora do voto. Não pode mudá de cara. (...) Carlinhos, o Moleza, diz ser advogado e cobra pra aposentá as pessoas como secretário do Camarão.(...) O político para conquistar o voto, a opinião pública, deve puxar para o lado dele e respeitar a opinião pública.

⁵³ Marco Aurélio Gonçalves, apelidado de Camarão, foi prefeito em Herval de 1988 a 1992; candidato novamente, foi derrotado nas eleições de 1996 e também na de 2000; foi eleito para o cargo na última eleição (2004) sempre pelo Partido Democrático Trabalhista - PDT.

Na seqüência da conversa, Regina vai revelando o que pensa como política, seu apoio ao MST e seu senso crítico, e quais são suas motivações mais importantes para tomar decisões hoje:

Nós vivemos dentro da política. Não gosto da política, mas no fundo a gente já tá envolvida. Não gosto é das promessas da política. Eu acho que vivo envolvida. A vida da gente já é política. Acreditar é difícil, só vendo para crer. A gente pode acreditar na esperança de que faça a melhoria.

(...) Não me envolvo muito, até alguns comícios vou, gente tem obrigação. Os partidos fazem muitas promessas e não cumprem. Aqui na região eu me interessei muito, aqui eles brigam, parece que tudo é político. Tudo é política, tudo interesse de voto. Depois que passa eleição nunca mais aparecem. Gente dá com a cara na porta.

(...) a política eu acho que ela continua [depois do período eleitoral]. Ela é espalhada no campo, na cidade se encontra mais, as pessoas estão mais por dentro. No assentamento se tem menos informação, as telecomunicações são bem piores. O MST também é política. A vida cotidiana da gente já é uma política, nós vivemos dentro da política, mas a gente não parece refletir muito sobre isso.

Ela também fala de como vê o MST, da ausência dos políticos e dos cabos eleitorais ligados ao Movimento para discutirem no grupo as possíveis candidaturas, e também para explicarem sobre os cargos e as funções públicas:

Acho que o MST tem um papel importante. Depois do Movimento que se conseguiu que milhares de pessoas tivessem onde morar – os de rua, os marginalizados, puderam sair da cidade. [A idéia de política...] acho que mudou depois de conhecer o MST. Minha formação melhorou, nas minhas decisões clareou mais, hoje eu tenho visão, conhecimento. [Os candidatos no assentamento] fazem a campanha pegando alguém de dentro para fazerem visita. Da própria região do MST, fazem campanha nas reuniões. Teria que ser, tirar o conhecimento para fazer candidato, não trazer de fora. [Nesta campanha eleitoral] os políticos, não vi eles ainda. Até agora não apareceu ninguém, não vem ninguém dizer o que é política; as pessoas não sabem o que é; as pessoas aqui votam contra elas mesmas; elas não sabem nem o que é um vereador, pra que serve. Eles podiam vir aqui dizer o que é. O povo aqui é muito parado.

Quanto às suas preocupações em se decidir por um candidato, Regina afirma que sempre se preocupou muito com política. Antes de acampar e integrar-se ao MST ficava atenta aos candidatos de sua terra de origem, Cruz Alta - RS, onde mantinha relações, vínculos políticos e continuamente conversava com candidatos conhecidos. Na casa de seus pais costumava fazer a leitura para seus familiares não escolarizados dos projetos dos candidatos.

Meu pai era PMDB, minha mãe analfabeta, então a gente foi se descobrindo por si. O Tancredo Neves ficou marcado. Do Getúlio, que o pai falava que tinha mais igualdade. Eu segui muito por isso. Em Cruz Alta tem estátua e museu [do Getúlio] que me marcou muito.

O deslocamento para fora do circuito das relações políticas estabelecidas em períodos anteriores ao acampamento pode ser apontado, no assentamento, como um dos motivos que proporciona maior aproximação entre o assentado e o candidato vinculado ao MST para vereador.

Esse tipo de deslocamento se repete nas eleições para os legislativos estadual e federal. O caráter dessas candidaturas não se fundamenta na proximidade entre candidato e eleitor como acontece para vereador e prefeito.⁵⁴ Portanto, nas eleições nacionais e estaduais, vários assentados afirmam votar fechado com o candidato indicado pelo MST pelo fato de desconhecerem outros candidatos. Dentro de um raciocínio lógico, votam naquele candidato que, ao manter algum vínculo com o Movimento, pode, segundo eles, (...) *reconhecer nossa luta e olhar por nós. (...) A gente tem que vê quem é por nós, que vai ajudá nós parelho do assentamento.*

Quer-se com isso dizer que, separado das relações pessoais estabelecidas na sua região de origem, o sujeito assentado muitas vezes vê no candidato vinculado ao MST a melhor possibilidade, quando não a única, para re-estabelecer sua rede de relações pessoais com políticos. Essa tendência é reforçada não somente devido à proximidade com o candidato ligado ao Movimento que proporciona a mediação, mas também pela ausência de campanha política dos demais candidatos, muitos convictos de que os *assentados votam somente no PT.*

Ocorre que, se os candidatos *de fora* conseguem se inserir na teia de relações dos assentados, marcando uma posição de proximidade e reciprocidade, participando não apenas como candidato, mas também informalmente dos pedidos e trocas, eles competem na disputa eleitoral sem maior desvantagem frente ao candidato *de dentro* do Movimento.

⁵⁴ Devido à própria circunstância (as eleições municipais do ano de 2004), as observações de campo tornaram-se mais ricas em informações sobre esse pleito especialmente, pois a pesquisa no assentamento se desenvolveu no período da campanha eleitoral e no momento anterior. Contudo, vários depoimentos fizeram referência às eleições em geral.

Seu Santo, um outro assentado, conta como as relações anteriores com políticos de sua localidade foram importantes em sua vida, e como hoje sua definição por um candidato é bem mais instável, uma vez que se encontra fora dos circuitos locais da política. Acaba tendo como único vínculo possível o candidato do Movimento, que, segundo ele, nem sempre lhe é de *confiança*.

[Com política] sempre tive preocupação. Aqui a gente foi maltratado. Mas lá onde eu morava eu tinha os recursos. [Em política] todo mundo falava, a gente sempre escutava as conversas dos que vinha de fora. O prefeito de Guaíba era meu amigo, me deu uma casa, ele era muito bom pra mim. Minhas filhas também ganharam uma casa, com luz e tudo. Até sai para fazer campanha em Guaíba; mas aqui vem pouco, quase não aparece. (...). Quando sai os comícios a gente participa, eu vou dos dois lados. No comício a gente gosta de escutá, analisá as conversas deles.

Falando um pouco de sua indecisão, seu Santo também faz referência à importância do partido e do político bom administrador. Faz a correlação da política com o Movimento, perpassada pela preocupação prática com a vida.

É importante a gente sabê o que eles falam [indo a comícios]. Tem de fazer isto para sabê o que eles fazem. Mesmo assim a gente fica meio indeciso, a gente tem o lado da gente, mas não é o partido que vale é a pessoa ir lá e fazê; às vezes é do lado da gente mas tá errado. (...). Se ele administra bem, qualquer um eu aceito. Mas se tiver errado eu não aceito, pode ser do meu lado. (...). E, não é o partido o que importa, é a pessoa saber administrar o que faz. Se não tivesse partido não existia política, mas não adianta a pessoa fazê tudo contrário do partido. (...). Bom é aquele que consegue administrar; mau político faz só para si, em benefício próprio. (...). [O que pensa sobre política] mudou porque antes era mais politicazinha, depois que entrou no Movimento a gente se preocupa mais, pois se acabou o MST a gente se dá mal. Acho que a política não pode parar, sempre tem que levar no pensamento, mas fora do tempo da política ela não vai longe.

A aparente irracionalidade, ou desordem, pode dar a entender que o voto do assentado se construiu de forma ilógica, indo contra seus interesses ou contra aquilo que num dado momento aparece como substancial para sua escolha.

Entretanto, o caso de seu Santo é ilustrativo da existência de um entrelaçamento de motivações que se sobrepõem, hierarquizadas em um arranjo ditado por uma lógica particular que lhe permite dar sentido à sua escolha. Como ele mesmo revela, apoiava o prefeito de Guaíba que lhe dava presentes, mas condena os políticos que administram com interesses

particulares. A questão talvez seja buscar como esses fatores ganham importância na hierarquização dos valores que seu Santo emprega em sua decisão.

Segundo os autores Goldman e Sant'Anna (1996), não existe irracionalidade, mas dispersão nos motivos do voto. Foi constituída como a verdadeira questão da pesquisa analisar, em cada caso, como esta dispersão se organiza hierarquicamente em um determinado campo, cuja ordem está sempre prestes a se alterar. Assim, a importância que assume certo critério em um momento do agenciamento do voto – exemplo, do político como bom administrador – pode não ter a mesma equivalência em momento posterior, quando um outro critério ganha maior importância. Tome-se como exemplo o caso de uma assentada que, depois de ter sido recebida pelo atual prefeito em seu gabinete e obtido deste uma autorização para realizar um exame médico, confere à atitude do prefeito, que até então era desconsiderado por ela, maior valor na ordem hierárquica dos motivos que desencadeiam o seu voto.

Esses motivos se constroem num emaranhado de sentidos aparentemente inextrincáveis. No entanto, com o decorrer das conversas no assentamento pode-se perceber que há um pano de fundo permeando a escolha eleitoral. Não se trata de buscar por categorias reducionistas para dar conta da multiplicidade de motivos – categorias como partidário, irracional ou politizado. Por detrás, sustentando as posições e as mudanças, estão os arranjos eleitorais da relação entre assentados e candidatos.

Os arranjos são pautados em uma dinâmica que procura – por meio do estabelecimento de uma relação de caráter pessoal entre político e eleitor – a aquisição por ambos de capital: capital social, para os primeiros; capital político, para os segundos (Bourdieu, 2003). Assim, o voto define-se, amplamente e em última instância, pelo seu caráter de troca. Uma troca pendular que aposta na realização da promessa anunciada no *tempo da política*.

Ocorreram conversas no assentamento que se deram com a participação de mais de uma pessoa, como com a família de Seu Elomar e Dona Elba. Foram vários dias passados juntos, permitindo encontros em diferentes horários e atividades da família, de encontros com amigos, de cuidado com a neta, de trabalho na roça e da visita do filho que tem lote vizinho. Também foram possíveis conversas individuais que estimulavam aberturas e confidências não reveladas em grupo.

Os diálogos coletivos, como afirma Becker (1994, p. 76), podem apresentar um teor diverso que os individuais. Quando as entrevistas são concedidas junto ao grupo com que interage o depoente, pessoas cujo julgamento e observação são mais importantes para ele que do pesquisador, suas opiniões e ações podem revelar um outro conteúdo. Como sintetiza o autor, os entrevistados podem *emitir uma opinião 'pública' em público, quer eles a pratiquem ou não, e outra opinião bem diferente quando falam em caráter privado com o pesquisador e indicam uma descrença na cultura comum.*

Estabelecidos no 18 de Maio desde o início, tendo dois filhos como vizinhos de lote, a família participa ativamente do MST e das coordenações do assentamento. Um dos filhos não permanece assiduamente no local, pois estuda na escola vinculada ao Movimento em Veranópolis - RS, enquanto o outro é presidente da Associação São Roque, militante e uma das lideranças do MST na região. Seu Elomar e Dona Elba têm orgulho do que fazem pelo lugar, assim como dos filhos participarem em atividades políticas. Ela conta:

Aqui na comunidade eu e meu filho [Gordo] fundamos a Comunidade Católica. Hoje ele tá na cidade reivindicando com o prefeito. Ele viaja muito, é liderança do MST e da Associação. Fundamos a Comunidade Católica, por que nós não podia ir à vila, umas porque é longe e também não se era aceito. [O filho], ele sempre tá lutando pelo MST.

Narrando um pouco de sua trajetória, o casal foi recordando passagens de suas vidas, histórias que se complementavam, e por vezes divergiam um pouco. Lembravam-se das

constantes mudanças em busca de um lugar melhor para morar e plantar. Contaram da recepção difícil pela cidade quando vieram para o assentamento:

Bem mal recebido, aqui no Basílio diziam: chegô os colono ladrão e marginal. Mas hoje eles conhece, tão a par, né? Se demo bem, os negociante conhece. No assentamento tem esses que bebe demais, mas ele conhece os que presta. (...). O prefeito que tá aí, nosso aqui, é contra nós, ele disse que no Herval têm três pragas: assentado, caturrita e javali. O prefeito tem que tratá parelho. Prefeito que é eleito tinha que vir no assentamento, ter uma amizade.

Dona Elba recordou opiniões e posições políticas de seus pais e também suas:

Meu pai era vereador pelo PDS lá em Liberato Salsano; quando eu morava lá fora, não tinha isso de comida, tinha os comícios, mas cada um ia para sua casa. Daqui eu gosto, por que a gente confraterniza, vê todo tipo de coisa. (...). O problema é que a gente é filiado, mas tem que ver quem é a pessoa. Eu fui pro PT depois de acampar, antes eu era PDS. PT é o partido do MST, né?

Ambos falam do que importa para se decidirem por um determinado candidato. Diz

dona Elba:

Tem que ver a pessoa que tenha um plano de trabalho. Que seja competente, toque pra frente, não adianta vota no partido, depois só qué o salário e quem não que ser assalariado, né? É, a pessoa que seja conhecida pra gente conversar sobre o necessário para a comunidade. Um estranho a gente não sabe se se deu com a cara da gente. Simplicidade para se pedi. Pois eu chego nesses barbudo e peço, né! (...) o Juca parece se largá vereador. O Renatinho eu não sei. O Juca eu vou correr [com ele], digo: 'agora você achou minha casa, mas não pôde me avisar da morte da D. Vanir do posto, que era muito boa.

Seu Elomar conduz a conversa pelo mesmo sentido, ressaltando a importância que assume a figura do candidato ser próxima e amiga. *Bom político é aquele que te dá atenção, te visita. Gente se preocupa em votá com que tem uma boa relação de amizade.* E falando do que acha do candidato ser apoiado pelo MST, diz:

Tem que sé, se não tem o apoio, não se elege. Eleição passada, para o compadre Sabela faltou 17 votos. Tem gente que troca o voto por um pacote de farinha. (...). Quando eu fui votar, que a gente pensa no candidato que tá votando, ele precisa sabê que recebeu o voto, principalmente para vereador. Para deputado a gente vota só no plano do MST; vereador tem que se lembrá de nós.

Seu Elomar, falante, vai se demonstrando contente em discorrer sobre suas idéias, sua vida no assentamento. Explica o seu pensamento relacionado-o com o cotidiano. Fala de sua adesão política ao MST, das orientações em votar no PT. Diz que no MST pode perceber

quem eram os políticos favoráveis aos pobres e a luta pela terra, *e esses são os do PT*. Ao mesmo tempo, reafirma que não se preocupa com o partido quando vai escolher seu candidato e sim com a pessoa do político. Diz seu Elomar que, antes do PT, votava em qualquer um que lhe pedisse voto e hoje não, vota somente nos candidatos que apóiam a luta do MST. Nas eleições para deputado estadual e federal e para senador diz votar na *lista do MST*, e explica por que: *esses a gente pode cobrar se não fizer nada por nós, eles têm o compromisso de apoiá o Movimento*.

Tanto Seu Elomar quanto sua esposa sentem-se satisfeitos ao falar do que possuem atualmente – a casa, o lote de terra. A narrativa das condições do presente é sempre pautada pelas dificuldades enfrentadas no passado – *a moradia aqui é boa, nos outros lugares era umas casas velhas, aqui tem água encanada e tudo*. A possibilidade de ter obtido a terra própria aparece vinculada a um sentimento de agradecimento ao MST.

O agradecer é sem dúvida estendido ao plano político, uma forma de troca, de confiança que a família deposita no Movimento. Pois, como colocam abertamente, suas vidas não seriam modificadas, não haveria a terra, a morada, se não devido à ação do MST: *pois digo, se não fosse o MST, não teria o que tenho hoje, que foi pela luta do MST que as pessoas puderam obtê uma terra*.

Do envolvimento da família com a política, ambos afirmam só conversarem sobre o assunto quando na época de eleição vêm candidatos à sua casa. Falam que o MST não apoiou nenhum candidato a vereador pelo assentamento 18 de Maio na eleição passada (no caso, de 2000), e revelam os planos para se lançar um nome que, muito provavelmente, seria o do Gordo, filho deles. Declaram que só vão às festas políticas por causa do partido, mesmo quando *tinha o coitado do Sabela candidato a vereador, era fraquinho o compadre. Eu não*

gosto de política (...) mas minha idéia mudou depois que eu conheci o MST; porque a gente não tá bem, mas tá melhor, antes não tinha financiamento e agora se consegue.

Mesmo que as conversas sobre política sejam mais intensas na época da eleição, a casa da família é bastante freqüentada por políticos e lideranças do MST, sendo um local por onde passam boa parte das discussões políticas internas e externas ao assentamento.

No dia em que Dona Elba encontrava-se sozinha, enquanto preparava bolinhos fritos para o café da fria tarde de julho, ela falou de acontecimentos mais pessoais, contou dos desentendimentos entre vizinhos e as reuniões de mulheres do assentamento. Falou da vida de sua filha na cidade próxima de Pedro Osório, da neta que veio morar com ela para que sua filha pudesse trabalhar. Emocionou-se ao lembrar de ter condições de dizer para sua filha que agora tinha uma casa para todos da família e que sua neta podia morar lá.

Bastante conhecida no assentamento, e também fora dele, dona Elba é uma agricultora com uma presença forte na região. Participa de várias atividades, entre elas as reuniões do assentamento; também participou dos encontros do projeto de Irmanamento Brasil/França, de congressos e reuniões do MST, e recebe com freqüência diversas pessoas em sua casa: pesquisadores, estrangeiros, estudantes, técnicos e militantes políticos.

Em meio à conversa, os problemas de saúde de dona Elba são minuciosamente relatados. As dificuldades de auxílio médico, de transporte. Ela vai falando da forma como se arranja para resolver essas questões. Valendo-se do fato de ser uma pessoa bem conhecida, conta que, quando precisa, bate na porta do prefeito e é por ele atendida. *Mostro os exames e digo que não tenho condições de pagar, e agora sou hervalense, voto aqui, produzo aqui. Se o senhor diz que não pode sendo candidato, não pode então. Ai, ele deu uma lida no papel e carimbou e eu ganhei os exames, guria!*

As conversas com dona Elba e seu Elomar foram acontecendo com pouca formalidade, permitindo um contato mais próximo com o modo de vida dessa família que, sem dúvida, se distingue das demais por sua participação no assentamento.⁵⁵

As anotações feitas nesses encontros foram desvendando agudas e complexas diferenças entre famílias assentadas no 18 de Maio e afirmaram-se como relevantes para o decorrer da pesquisa, indo ao encontro da idéia defendida por Becker (1994, p. 62), de que a melhor evidência pode ser exatamente aquela que foi coletada da maneira mais impensada, quando o observador simplesmente registrou o fato que, muitas vezes, parece deslocado no momento, possivelmente por que contém menos preconceitos produzidos pelo desejo de dar substância ou repudiar uma idéia em particular.

O ponto que aparece nas falas, dinamizando os motivos do voto da família, situa-se na relação de confiança com o candidato do PT. Confiança que é uma espécie de extensão de uma lealdade vital ao MST. Lealdade conquistada pela palavra proferida ter sido cumprida na obtenção da terra para quem lutava em seu nome.

Assim, o prometer para candidatos que falam pelo MST encontra um respaldo herdado da força que a palavra empenhada e cumprida pelo Movimento tem junto aos assentados. Como afirma Austin (1990, p. 26), (...) *é sempre necessário que as circunstâncias em que as palavras forem proferidas sejam, de algum modo, apropriadas*. No caso do eleitor/assentado também é preciso honrar com a *promessa* e isso acontece por intermédio do voto. Depara-se a política com a necessidade de gratidão e o voto encontra seu sentido no reconhecimento da realização da *promessa*.

⁵⁵ As discussões internas do assentamento, contando com um número reduzido de famílias que participam, também foram observadas nas pesquisas de D'Incao e Roy, 1996.

No entanto, o círculo de relações políticas estabelecidas pelos assentados não se resume aos candidatos do MST. São diversas as falas e depoimentos que descortinam a presença de candidatos *de fora* fazendo parte do circuito que vai da *promessa ao voto*. Se alguma diferença há entre as relações com os candidatos *de dentro* e *de fora* do MST, ela é apenas de procedimento e não de lógica, pois o voto continua tendo, em ambas as situações, motivações que têm como âncora a troca.

Se a construção das escolhas eleitorais passa pelo vínculo pessoal, estabelecido entre candidato e eleitor, a política ganha uma acepção particular em cada situação proporcionada por essa mesma relação. O fato do assentado dedicar seu voto a um candidato pressupõe que este último encontre legitimidade junto ao grupo para que sua palavra tenha o efeito de se transmutar em votos.

Daí resulta que a credibilidade do político permanece em xeque no tempo todo de seu mandato ou da campanha eleitoral. O êxito ou o insucesso de um candidato pode ter vários motivos, mas, no caso do assentamento, define-se em boa parte conforme a legitimidade que encontram as suas palavras e as suas intenções em levar a cabo o que está prometendo.

A capacidade de convencer de suas intenções no proferimento das promessas, aliada às reais condições de ajudar, é fundamental para o bom resultado de um candidato no assentamento (Austin, 1990). Repete-se aqui um fragmento da fala de dona Elba, quando diz o que lhe é importante para escolher seu candidato, *é a pessoa que seja conhecida pra gente conversar sobre o necessário para a comunidade. Um estranho a gente não sabe se se deu com a cara da gente. Simplicidade para se pedi. Pois eu chego nesses barbudo e peço, né?*

O depoimento de Dona Elba, quando diz *Simplicidade para se pedi* é bem elucidativo de uma importante condição implícita ao ato de pedir. Ou seja, para que o pedido não seja motivo de vergonha ele só pode ser feito a alguém bastante próximo e conhecido. Essa idéia é

reforçada pelo fato de ela falar *eu chego nesses barbudo e peço*, pois esta é uma expressão que, inegavelmente, pressupõe ser o sujeito que está como ouvinte um homem em condições de superioridade de forças, já que *barbudo* simboliza uma condição masculina e, popularmente, expresse poder e autoridade .

Portanto, o pedir sem maiores constrangimentos nessas circunstâncias somente cabe se houver algum tipo de proximidade entre as partes. De fato, é crucial essa proximidade, mesmo que não passe de uma encenação encerrada após a campanha, para que a política se efetive na forma como é conhecida nesse contexto.

Os candidatos: os assentados e os *de fora*

No interior do assentamento, as disputas pelo capital político⁵⁶ mostraram-se relevantes para se discutir como se articularam as candidaturas que receberam o apoio dos assentados e como se reforçaram as hegemonias no poder.

O comportamento do candidato a vereador pelo assentamento 18 de Maio, Deomar Schafer, o Gordo, no arranjo de sua candidatura no interior do assentamento, pode ser reconhecido no que Bourdieu (2003) definiu como *habitus* político: uma preparação especial, um certo *corpus* de saberes específicos produzidos e acumulados pelo trabalho político, o domínio de uma certa linguagem política que o distingue dos demais assentados, aliado à participação no campo político – como presidente da Associação Comunitária São Roque, membro da regional do MST e militante do PT. Filho de uma família conhecida, residente no centro do assentamento e que tem vários de seus membros ativos na organização e nas discussões internas do 18 de Maio, Gordo, como é conhecido, foi indicado como o mais

⁵⁶ Capital político na acepção de Bourdieu (2003, p.187) *é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhe reconhecem.*

capacitado para a disputa, um *iniciado* nos ritos da política, e, portanto, possivelmente com maiores chances de conquistar votos do que qualquer outro assentado do 18 de Maio.

As reuniões com número reduzido de participantes,⁵⁷ realizadas para colocar um nome na disputa para vereador representando o assentamento, trouxe a opção pelo nome do Gordo, no momento ocupando o cargo de presidente da Associação Comunitária São Roque.

Gordo conquistou 55 votos em seu assentamento e, no total do município, 65. Cláudio, outro candidato ligado ao MST, morador do assentamento Fazenda Nova, conquistou quase o mesmo número de votos (52) entre os assentados do 18 de Maio. Cláudio, bastante conhecido entre os assentados, também foi membro das coordenações estadual e regional do MST, e permanece sempre envolvido nas coordenações políticas do Movimento. É uma liderança reconhecida na região que, se por um lado dispõe de uma certa popularidade e poder de arregimentação entre os assentados, por outro suscita muitas controvérsias em torno de sua postura.⁵⁸

Para que o candidato tenha legitimidade, ganhe confiança, é preciso, no dizer de alguns assentados, saber se dar bem na vida, ser um tanto duro e cumprir o que promete. O assentado Cláudio comporta as características de uma liderança política desse estilo, um *habitus* político que lhe permite circular e ser bem considerado nas instâncias de discussão política entre os assentados do município. Incorpora as características de uma liderança, no sentido de que tem força para colocar a palavra final onde não se chega a um acordo, resolver problemas, acabar com as brigas entre assentados, emprestar o carro, telefone, enfim, significa para a maioria alguém com quem se pode contar.

⁵⁷ O baixo número de famílias que participam nas discussões no 18 de Maio, criando um situação de exclusão que denominou-se com anulações cíclicas (ver cap. II, p. 32) repetiu-se neste momento de escolha do nome para disputar a vereança.

⁵⁸ Bourdieu(2003) ressalta a vulnerabilidade do homem político frente a acusações, calúnias e difamações em seu nome, decorrentes da disputa própria do campo político.

Além disso, o discurso militante cresce em favor de seu poder pessoal. Ele apropria-se desse discurso, dando-lhe uma forte conotação personalista.

Contudo, esse mesmo candidato, quando participava da regional do MST, foi afastado pelo Movimento, sob acusação de envolvimento com negócios ilícitos relacionados com a venda de lotes. Fazendo um estilo de protetor dos assentados, Cláudio alia seu *habitus* político com o poder de ajudar. Eleito vereador com uma boa soma de votos (301 votos no total), Cláudio reúne um capital pessoal de popularidade, e, também, nos termos de Bourdieu (2003, p. 190), *detém a força de mobilização quer a título pessoal, quer por delegação, como mandatário de uma organização detentora de capital político acumulado no decurso das lutas passadas*, no caso o MST, lugar de onde a candidatura de Cláudio retira parte de sua força.

Entende-se que o MST pode ser visto como uma organização permanente, de membros permanentes capazes de mobilizar os militantes e organizar o trabalho de obtenção de votos, de forma que o capital político adquirido pela organização possa ser *investido* em um membro que a represente (Navarro, 2002; Bourdieu, 2003). O candidato Cláudio assume a *investidura* de capital político consagrado pelo MST, obtendo votos em praticamente todos os assentamentos do município. Aliado à sua dedicação à militância no Movimento, sem dúvida, está aquilo que se pode dizer que falta para o outro candidato: uma certa linguagem capaz de convencimento de que sua palavra empenhada, sua *promessa*, terá mesmo possibilidades de se cumprir; de ter a força de honrar o que foi dito, prometido (Bourdieu, 2003).

A postura de proximidade, de apoio e, por que não, o carisma de Cláudio contam a seu favor.⁵⁹ O que possivelmente não ocorreu com a candidatura de Gordo, pois este assentado, mesmo tendo um nome conhecido na atuação política no assentamento, e apesar da forte

⁵⁹ Carisma tomado da acepção weberiana, como uma autoridade que se funda em dons pessoais e extraordinários de um indivíduo. Significa devoção e confiança estritamente pessoais depositadas em alguém devido a suas qualidades particulares que, investido do poder carismático, tem a legitimidade de um chefe ou líder (Weber, s/d, p.57).

presença de sua família como cabo eleitoral, não apresentou um bom desempenho eleitoral se comparado com o de Cláudio, considerando ser o 18 de Maio seu lugar privilegiado de campanha. Como se pode tentar entender por que Gordo não aglutina os votos dos eleitores de seu assentamento? Por que, nessa disputa interna, se pode dizer que Cláudio saiu vitorioso, considerando não ser ele o candidato pelo assentamento?

Pode-se buscar nas falas dos assentados os motivos que possivelmente expliquem, por um lado, a adesão a um dos candidatos (Cláudio) e, por outro, os motivos que acabam revelando o que talvez tenha faltado para o sucesso da outra candidatura (Gordo).

Diz um assentado, *O Cláudio pode até ser isso que dizem dele, né, mas ele mete os peito pra defende nós, se precisa a gente sabe que pode contá com ele pra nos ajudá . Ou ainda, como diz outro agricultor, ponderando sobre se votaria ou não no Cláudio, concluindo que sim, pois *pra mim, [importa] é a pessoa ter uma boa amizade com a gente, de dar melhoria para o município e que já tenha feito alguma coisa por nós. (...) a gente pensa naquelas pessoas que dá aquela mão antes.**

A candidatura de Gordo também encontrou seu respaldo nas relações travadas nos períodos que antecederam a campanha, através das relações de amizade e vizinhança estabelecidas por ele e por sua família. Como bem ilustra a fala de uma assentada que não tem nenhuma participação interna do 18 de Maio, e mora numa parte bem isolada do assentamento: *meu marido está quebrando o milho para o Gordo para se poder comê [trabalha de diarista]. (...). A gente dá umas conversada antes de votá; a dona Elba vem aqui nos informá, ela conversa com nós e tudo (...).*

Considerando-se a candidatura a vereador como o ápice de um trabalho de acumulação de capital político, adquirido no partido ou convertido a partir de capital social (ou ainda, no caso, no trabalho militante pelo MST), pode-se inferir que a candidatura de Cláudio tenha

conseguido maior sucesso frente à de Gordo, devido ao acúmulo de capital político do primeiro ao desempenhar, ao longo do tempo, o papel de protetor, de alguém próximo e com voz ativa.

Cláudio é lembrado pelos que foram seus companheiros de acampamento e hoje estão assentados no 18 de Maio. Desses companheiros de luta, como se definem, um deles trabalhou nesta eleição como seu cabo eleitoral no 18 de Maio, chegando mesmo a se indispor com a família de Gordo. Cláudio, aos olhos de seus eleitores, representa conhecer o emaranhado jogo da política feita por espertos, que requer práticas arditas, nas quais a história do candidato é repleta de exemplos.⁶⁰

Talvez pudéssemos entender a derrota de Gordo em seu reduto, por ele próprio não personificar a figura tradicional do político bonachão, camarada que faz, que resolve. Um demiurgo que não recusa problemas e que, por isto, é neste mundo de precariedades a encarnação da possibilidade de realização de uma promessa sempre renovada: o candidato Gordo não era assim visto e, nesse sentido, não teve a força necessária para cumprir a promessa anunciada. Ele é diferente de Cláudio, não incorpora essa força voluntariosa, que diz resolver tudo para todos, que marca e determina a trajetória de Cláudio.

A disputa política no 18 de Maio entre os dois candidatos à vereança causou algum estranhamento entre as famílias que trabalhavam como cabos eleitorais. Relações de amizade antigas estremeceram na campanha eleitoral, quando se colocaram cada qual apoiando um dos candidatos assentados. Em ambos os grupos de assentados, seja da parte do Cláudio como da do Gordo, a tradicionalíssima (e implícita) obrigação de votos que, supostamente, um grupo

⁶⁰ Paulilo e Castells (1990) encontraram fenômeno semelhante em pesquisa realizada em um bairro urbano de Florianópolis/SC. Ao estranharem que os entrevistados votavam em políticos aos quais atribuíam ações nem sempre honestas, as pesquisadoras perceberam que a visão de política que tinham era a de um jogo duro, onde não havia lugar para os mais honestos ou ingênuos.

devia ao outro foi lançada como um meio de questionar a opção do vizinho e do amigo que trabalhava para um dos candidatos.

Assim, a disputa apresentou os candidatos situados na lógica tradicional dos assentados de votar, ou seja, fundamentalmente as candidaturas buscavam apoios políticos através de relações travadas no âmbito pessoal. Mas as candidaturas também revelavam o hibridismo em que se situavam: firmadas na pauta política do PT e do MST (que representa um sistema eleitoral legal e representativo) e se articulando a partir de vivências nas quais as práticas de relações pessoalizadas predominam.

Os candidatos *de fora* do assentamento

Nesta eleição, especialmente os candidatos à vereança *de fora* (sem vínculos com o MST) não tiveram tanta entrada no assentamento, não conquistaram mais votos dos que os *de dentro* (vinculados ao MST) como nas eleições anteriores. Resultado que permite que se pense que os candidatos a vereador ligados ao MST, nesta eleição de 2004, conseguiram definir suas candidaturas nos moldes mais próximos dos anseios de seus eleitores.

Outro candidato que conquistou votos para vereador no 18 de Maio foi Batista (32 votos na urna do Basílio, 262 no total). Candidato pelo partido do prefeito vencedor, o PDT, foi vereador por dois mandatos, de 1992 a 1996 e de 1996 a 2000, sendo derrotado na eleição de 2000 e eleito nesta última eleição. Esse candidato, durante o período de intervalo das eleições, mantém o hotel na cidade onde, como já foi falado, hospeda assentados, seus prováveis futuros eleitores. Também tem um pequeno escritório através do qual agencia, junto à previdência, a aposentadoria rural.

Possivelmente, candidaturas como de Batista e Camarão desfrutam de uma aceitação espontânea entre os assentados, talvez até mais do que algumas que são pleiteadas por

candidatos indicados pelo Movimento. Candidatos assentados que conduzem sua campanha tendo como centro a luta do MST, suas afinidades partidárias e ideológicas, muitas vezes, acabam distanciando-se da idéia de política e de político comuns entre os assentados que, por sua vez, estão, em maior ou menor grau, atreladas ao costume e às relações de compromisso pessoal.

Nesse sentido, pode-se supor que a candidatura de Cláudio encontrou seu êxito pelo modo como foi conduzida, ou seja, próximo das expectativas, originadas nas experiências dos assentados com a política. A campanha girou em torno da figura de Cláudio e não de pressupostos políticos ideológicos. Seus eleitores no assentamento, em sua grande maioria, fazem parte de suas relações pessoais. Relações construídas não só pelo tempo de convívio, mas também alicerçadas na rede de compromissos e trocas, dentre eles o voto. Os votos recebidos por Cláudio no 18 de Maio são fundados na confiança que lhes dedicam os seus amigos eleitores.

Essas candidaturas foram capazes de retomar os sentidos e os jeitos de se fazer política de um certo tempo atrás, o período anterior ao acampamento. Revitalizaram os símbolos e os conhecimentos que fizeram parte das experiências políticas dos assentados e que permitiram a conquista de votos no assentamento.

Esses três candidatos – Camarão (prefeito) Batista e Cláudio (vereadores) – apresentam como uma das marcas da campanha eleitoral a construção de uma proximidade com os eleitores. É uma proximidade que cria laços de identificação, forjando um ideal de princípios e interesses em comum e se alicerça nas visitas do candidato, nos jantares, churrascos, rodas de chimarrão, bailes, reuniões, enfim, nos eventos que integram o candidato ao circuito de seus representados (Barreira, 1998).

São as ações praticadas ao longo do período que antecede o processo eleitoral que vão construindo a teia de relações, de agradecimentos, de favores prestados e transformando-se em capital político para o candidato. Nesse sentido, o *tempo da política* pode ser distendido, pois é nele que as decisões são tomadas, pois promessas e compromissos são revisitados a fim de se catalisar a escolha.

Porque vence a tradição: a difícil construção da candidatura petista para prefeito e a vitória do PDT

Outro momento ilustrativo é a eleição para prefeito no assentamento. A escolha do voto para o executivo municipal mostra de uma forma clara a natureza da política vivenciada pelos assentados e já descrita neste trabalho, mas também revela como as lideranças têm seus *habitus* políticos alicerçados nessa prática. São práticas cristalizadas na tradição que dão sentido às vivências de lideranças políticas locais, fazendo com que desfaçam compromissos partidários e de militância em nome de relações fundadas na pessoa, na força do sucesso pessoal. Essa prática reproduz-se e encontra seu sucesso, pois os candidatos vivem, assim como os assentados, em um mesmo mundo simbólico.

O difícil engendrar da candidatura petista no município de Herval, os arranjos entre políticos ligados ao MST e os dirigentes petistas e pedetistas, e a disputa travada pelos partidos – PT e PDT – para conquistar a presença em seus quadros de candidatos assentados revelaram uma campanha política cheia de controvérsias.

Num primeiro momento, o PT lançou uma chapa onde a candidatura para prefeito era encabeçada por José Leão, militante petista da cidade, tendo como vice Elias, agricultor, morador do assentamento São Virgílio, em Herval. Essa chapa representava a tentativa do PT de congregar interesses plurais e apresentar uma alternativa para a cidade que nos últimos oito

anos fora administrada pelo PTB, mas que tem em sua história política, a partir dos anos 1980, uma sucessão de administrações do PDT.

As disputas internas no PT e o jogo de forças com o PDT resultaram na dissolução dessa candidatura e no lançamento de uma outra pelo PT. Construída na última hora, essa segunda chapa foi encabeçada por uma assentada, D. Vera, que em uma coligação polêmica com o PSB, definiu o novo vice, morador da cidade, mecânico, conhecido como Mancha. Sendo ambos pouco reconhecidos na política municipal, a nova candidatura já saiu para a disputa nas ruas vaticinada para a derrota, levando parte dos militantes a voltar-se para a candidatura pedetista, com melhores chances de vencer o pleito.

Para entender as relações políticas travadas na disputa eleitoral de 2004 em Herval, precisa-se levar em conta que alguns elementos tradicionais da política foram lançados no Movimento de aproximações entre MST e PDT. As propostas feitas pelo PDT de apoio político no decorrer da campanha eleitoral e de futuros cargos, com intenção de conquistar lideranças que dispunham de algum capital político junto aos assentados, ao não serem recusadas, revelaram que o universo político do qual fazem parte assentados, lideranças e políticos locais não rompeu com o mundo da tradição.

Os quadros significativos do PT que migraram para o PDT revelam que a cultura política tradicional predominou e vai dando sentido aos arranjos. As possibilidades anunciadas de uma vitória do candidato Camarão (PDT) e sua prática clientelista e populista não só conquistou eleitores, como também criou uma rachadura na candidatura petista, dividindo seus quadros e conquistando os próprios políticos ligados ao PT. Exemplo disso é o caso do ex-candidato a vice, Elias, uma proeminente liderança do MST na cidade que, atualmente, ocupa um cargo no primeiro escalão da administração pedetista vitoriosa. No conflito venceu a tradição.

No entanto, o apoio ao PDT no assentamento estudado não significa uma traição a algum partido ou ideologia, mas a revelação de uma mentalidade na qual a política, e daí o voto, se faz como momento de um movimento de constantes trocas e proximidades.

Candidatos como Cláudio e Batista trocaram suas capacidades de agenciar necessidades por votos, indiferentemente de terem suas histórias passadas construídas em organizações opostas. Dito de outra forma, a escolha seguiu os velhos parâmetros da cultura política brasileira, centrada nos atributos pessoais do candidato, em vez de possíveis processos de politização.

Os assentados,⁶¹ depois de dez anos em Herval, revelaram aos seus habitantes que seus medos eram infundados: não eram os temidos comunistas, e suas vivências políticas são, parece, as mesmas dos hervalenses. Camarão subiu à tona da cena política como vencedor,⁶² mas carregando em suas costas todos aqueles que como ele praticam a subserviência e o voluntarismo político tutelador. A vitória de Camarão deu-se a partir de um processo que ilustra bem como as relações pessoalizadas são fortes e ainda dominam com mão de ferro o cenário político eleitoral na cidade.

⁶¹ Sobre o domínio de relações clientelística e patrimonialistas no interior do MST, ver: Martins, 2004a, p.148.

⁶² O candidato Camarão foi eleito com o total de 2.815 votos de um universo de 5.270 eleitores. A candidatura que teve o segundo maior número de votos foi a da situação, do PTB, com um total 1.691 votos. A candidatura do PT obteve no cômputo final 200 votos. Quanto ao resultado da urna no assentamento 18 de Maio, o candidato vencedor obteve 121 votos; o segundo colocado 49 e o terceiro 35 votos. (Ver em anexo os boletins da Justiça Eleitoral/RS)

Considerações finais

A construção do voto no assentamento 18 de Maio é compreendida como um processo que ultrapassa o próprio campo da política, com continuidades e descontinuidades que interagem com a vida social. Ela não significa todo o universo político que perpassa a vida do assentado, mas sim um momento privilegiado para a observação de como esse grupo pensa a política e decide sobre seus apoios. Nesse sentido, as esferas política e social não se apresentam como instâncias separadas e, sim, como mutuamente influentes na pluralidade de motivos agenciados pelos assentados para decidir politicamente.

É como resultado da intersecção, vivida pelo assentado, entre o mundo da política que traz consigo e também que o cerca, o MST e as premências do cotidiano, que emergem os critérios por onde define a sua escolha. Os critérios que resultam dessa experiência e representam um conjunto diversificado de valores que são hierarquizados pelo assentado a fim de orientar sua decisão eleitoral.

O que dá significado ao cenário eleitoral vivido no assentamento são os elementos que fazem parte de um certo modo de compreensão da política e que validam determinadas escolhas. Buscando-se de início reconhecer que a política, na concepção dos assentados, poderia apresentar-se de modo diverso de qualquer noção *a priori*, tratou-se de observar quais eram então os elementos que, presentes nas falas, expressavam o que era por eles entendido como política.

O tempo da campanha intensifica a presença de símbolos e signos da política no cotidiano e revigora as relações que revelam o modo como se vivencia a política no lugar. O que a pesquisa procurou fazer foi mapear o conjunto de forças que incorrem no caminho

percorrido pelo assentado em direção ao voto, de forma a mapear como essas forças influenciam nas escolhas políticas, fazendo com que caminhem nesta ou naquela direção.

Mesmo que boa parte do trabalho trate das inúmeras agruras do dia-a-dia das famílias do assentamento 18 de Maio, não se pode deixar de olhar para as relações de solidariedade, da satisfação com o lote de terra, o orgulho com a casa onde mora. Ao contrário, são essas questões que mesmo que pareçam completamente diluídas no universo de dificuldades, vêm dar sentido à vida no lugar.

Para os assentados no 18 de Maio, com suas histórias perpassadas pela contingência, pela mobilidade e por *não ter um lugar seu onde ficar*, o assentamento é mais que receber a posse de um lote, é também a retomada da sociabilidade tradicional, da sociedade de vizinhança e pertencimento.

Sociabilidade que, retomada, orienta a vida, apesar das tentativas de fazer-lhe tábula rasa por parte do MST, sob o argumento (implícito, muitas vezes) de que a cultura das populações rurais tem que ser modificada. Argumento de quem olha somente pela ótica da carência e da precariedade que, ao não perceber a cultura como um certo modo de vida construído por experiências, a coloca nos termos do *errado* ou *atrasado*. Uma visão, portanto, construída a partir de um *dever ser* que se distancia tanto das expectativas do agricultor de como viver, como das possibilidades de construção, através de processos educativos e participativos, de práticas democráticas.

Foi analisando as conversas e os depoimentos da pesquisa de campo e reconhecendo a hierarquia de significados e valores que definiam política e voto, que a *promessa* ganhou expressão no trabalho enquanto uma categoria de análise, presente também em trabalhos teóricos da antropologia da política, em autores como de Palmeira e Heredia (1996). Sendo um dado que surgiu do campo pesquisado, revelou-se essencial para a compreensão do

pensamento e da vivência da política no assentamento, na medida em que simboliza toda uma gama de relações pessoais que dão o tom à política no local, pois a promessa encarna o pedido, o favor e o compromisso.

A palavra de quem promete pressupõe que seu porta voz seja reconhecido como alguém de confiança, capaz de levar adiante seus compromissos com o grupo. Assim, tanto o crédito na política como a desesperança estão fortemente relacionados com essa confiança depositada na palavra empenhada do político.

Personificando uma idéia um tanto salvacionista da política, a promessa é revestida pela dependência, originada da assimetria da relação política pessoal entre político e eleitor. A promessa acaba criando uma concepção mágica da política e do político, que supervaloriza o poder do cargo público, subtraindo noções de luta e confronto de interesses que são colocados em jogo na política.

No assentamento, nota-se que a proximidade encenada pelos candidatos esconde durante o *tempo da política* a assimetria que separa radicalmente eleitor e político depois que este último assume a função. É essa proximidade encenada que alimenta o jogo político no assentamento, pois a promessa e o pedido pressupõem a existência de algum vínculo para que possam ser anunciados sem criar constrangimentos.

O favor realiza-se no âmbito da relação pessoal. Portanto, torna-se necessário tanto para o político, como para o eleitor, o tornar-se *próximo*, pois é somente no interior dessa relação de proximidade que o pedido pode encontrar espaço para ser feito.

Desse modo, a política no assentamento se estabelece não entre indivíduos, cidadãos, reconhecidos como sujeitos universais de direitos e deveres, mas entre pessoas que estabelecem redes de relações, solidariedade e ajuda. Isso implica, sem dúvida, na necessidade de que essa pessoa seja reconhecida por outra, ou seja, ela existe somente enquanto *relação*.

Assim, surge a impossibilidade da cidadania ser exercida como o lugar de direitos iguais para todos, já que a relação política personalizada hierarquiza direitos e solidifica privilégios.

Para concluir, pode-se retomar as questões que fundaram o trabalho de pesquisa, quando se perguntava se o assentado recebe do MST um processo de formação e politização capaz de modificar seus critérios de escolha política, ou se sua experiência política anterior aliada ao modo de fazer política do local é o que permanece definindo seu voto. Sem dúvida que as possíveis respostas para as perguntas levantadas não são simples, assim como não é simples o pensamento e a vivência da política por parte dos assentados. O que se tentou fazer é retomar alguns pontos que ajudaram a compreender um pouco melhor esse complexo mundo do voto no assentamento.

Ao conferir relevância para a ocorrência de uma hibridação na constituição da noção de política e na decisão eleitoral, reconhece-se que não há uma ruptura com a lógica anterior ao ingresso no MST. Ao votar neste ou naquele candidato, mesmo quando vota no candidato que tem vínculo com o Movimento, o assentado o faz porque ele se apresenta, na maioria das vezes, como a relação de proximidade possível.

Entende-se que, mesmo quando vota no PT e em candidatos vinculados ao MST, o sujeito assentado o faz por que reconhece neste um igual ou pelo menos acessível, alguém conhecido e próximo e, muito raramente, escolhe seu candidato por afinidade partidária e ideológica. Dessa forma, podemos falar de uma hibridação na medida em que o assentado no 18 de Maio vota nos candidatos vinculados ao MST e ao PT, mas ele vota por que é com esse mesmo candidato que mantém relações de proximidade, compromisso e amizade. Ainda, é através dessa relação que o assentado pode efetivar a cobrança da palavra empenhada e firmada por esse vínculo.

O assentado está fora do seu circuito de relações pessoais quando chega a um novo lugar. Nesse grande vazio não se organizam novas concepções de vida, e nem mesmo ele é preenchido por processos emancipatórios por parte do MST. Ao contrário, é ocupado por este, que refunda, sob outra perspectiva, as velhas relações pessoais tuteladoras e de dependência. Relações que também compõem a experiência política das lideranças, e que dificilmente não fariam parte de sua prática, já que estão inseridos – lideranças e assentados – na mesma cultura política, em um mesmo *habitus* político.

A pesquisa permitiu observar que a forma como em outra situação as populações rurais expressavam suas relações políticas – fundadas na dependência pessoal, condicionadas por sua situação de peão, morador ou agregado – se deslocou para grupos de expressão política como o MST, que as reproduz no conteúdo sob uma nova roupagem de sujeição e clientelismo.

Quer-se dizer que votar nos candidatos do MST não significa alcançar um mundo novo politicamente falando, mas apanhar o passado a partir de uma vivência cuja construção antecede sua chegada ao acampamento e se prolonga no tempo para além dele.

Deste modo, pode-se compreender que os pressupostos que motivam o voto dos assentados no 18 de Maio se alicerçam nas relações pessoais travadas com os candidatos, independentemente destes pertencerem ou não aos quadros do Movimento. Isso nos revela o quanto das referências culturais de um passado não muito longínquo o assentado carrega consigo. São elas que servem como parâmetro para as escolhas políticas, pois não se perdem mesmo quando o assentado ingressa no MST.

Não há uma alteração na lógica de votar, mas acontece normalmente uma mudança de lado, pois hoje os assentados dificilmente votam em partidos considerados de direita, já que apóiam o Movimento. As mobilizações dos assentados, organizados em torno de uma

identificação política com o MST, permitem, sem dúvida, a entrada de novos agentes e novos elementos nas relações políticas dos municípios onde se estabelecem os assentamentos. A chegada dos assentamentos ao município de Herval provocou uma abertura nas eleições locais, diversificou o quadro de candidatos e tornou possível, pela primeira vez na história da cidade, elegerem-se vereadores pelo PT.

O voto no assentamento para vereador e para prefeito é construído a partir dos vínculos estabelecidos entre as famílias e os candidatos. O grau de proximidade é estabelecido conforme o convívio, o parentesco, as afinidades e as lealdades. Isso diversifica os candidatos que recebem votos no assentamento, o que não acontece nas eleições para deputados e senadores, pois a proximidade torna-se algo mais difícil, e ocorre, na maioria dos casos, apenas através de um mediador.

Nas últimas eleições nacionais a opção dos assentados esteve fortemente vinculada ao candidato ligado ao MST, ocorrendo poucas variações nos nomes que receberam votos nas urnas dos assentamentos da cidade. Isto pode ser entendido pela necessidade de se manter com o candidato algum tipo de relação onde exista a possibilidade de se cobrar compromissos e promessas de campanha. Impossibilitada de ser uma relação de via direta e pessoal, ela é transposta para o MST, ou como explicam os assentados, *se ele é do Movimento, a gente pode cobrar que olhe por nós; (...) que nos dê uma ajuda.*

Assim, pode-se ver uma troca de lado na escolha política e não de lógica, pois, apesar de não se apoiar mais as oligarquias rurais e se votar com o MST, o fundamento do voto permanece sendo o vínculo pessoal que produz a promessa e a dependência. Vínculo que é sempre renovado porque a lógica do compromisso personalizado não é rompida, e é através dele que os problemas são resolvidos a cada eleição perpetuando compromissos, atenuando conflitos.

Com isso, o MST distancia-se de qualquer inovação política para ampliação da democracia defendida pelos movimentos sociais nas últimas duas décadas. Distancia-se porque seus líderes, ao não romperem com a mentalidade tuteladora, mantêm sob seu domínio a informação; também distancia-se dos propósitos democráticos quando, dispondo da informação, hierarquiza direitos, solidificando privilégios e distinções que maculam o exercício democrático no interior do Movimento, e não abre possibilidades para outras experiências políticas que, não pautadas na hierarquia e na dependência, possam ser vividas por seus membros.

O momento da escolha eleitoral congrega e dá visibilidade para os elementos que solidificam a hibridação das esferas políticas e sociais. Esse momento não é um ato isolado, o eleitor na cabine não se aparta das suas experiências de mundo. Experiências, no caso, marcadas por uma estrutura social radicalmente injusta, no que tange à distribuição de renda e ao acesso aos direitos de cidadão.

Portanto, o voto no 18 de Maio constrói-se para além da política propriamente, pois os motivos que o definem se alicerçam (e se hierarquizam) muitas vezes no cotidiano, no corriqueiro e premente. São compostos por fragmentos do que é sacramentado pelo costume, urgente, às vezes ambivalente e quase sempre implica em lealdades. Esses valores são construídos no tempo distendido de suas vidas e por suas apreciações de ordem moral. São ainda, frutos de uma certa herança cultural que é sempre revisitada pelos agricultores do 18 de Maio quando tomam suas decisões. Enfim, o voto aparece como o resultado de uma espécie de *bricolage* dos motivos acionados pelo assentado dentro de sua lógica de pensar a política.

Retomando os objetivos do trabalho cabe, ainda, perguntar sobre as possibilidades de existência de processos democráticos no assentamento. Em um universo marcado pelo

favor e organizado na lógica da promessa, seria possível o desenvolvimento de uma sociabilidade democrática?

O que se pode dizer é que as práticas comuns se articulam em uma referência cultural tradicional, na qual a própria existência de uma sociabilidade política se esvai diante de um quadro de dependência econômico-social. Dependência que constitui um fazer político peculiar pois, se existe a prática do voto, do sufrágio universal, com campanhas eleitorais e, enfim, com todos os adornos de uma democracia moderna, o que se observou, no entanto, foi uma ausência concreta de valorização de práticas democráticas. Ausência que solidifica um processo híbrido no qual o passado, com suas relações de subserviência, favor e desigualdade, assumem objetivamente o centro das representações políticas no momento da escolha eleitoral.

Portanto, em nenhum momento se pode observar qualquer embate crítico por parte do MST que, partindo das experiências dos assentados, fosse capaz de articular uma nova modalidade de ação política alicerçada na democracia. O fundamento das práticas políticas não tem como pressuposto relações democráticas, já que a representação se esgota no pedido e, dessa forma, a cidadania, lócus do indivíduo no público, se torna, também, um jogo discursivo incapaz de assegurar efetivamente direitos.

As possibilidades de alterar uma visão onde as populações pobres e rurais aparecem como atrasadas, tanto pelos partidos de esquerda como de direita, como também pelos movimentos sociais precisam, necessariamente, reconhecer os preconceitos em que se fundam esse olhar, insensível à própria história autoritária do país. É preciso reconhecer que lições democráticas não se consolidam a não ser através de uma mudança na própria ação de lideranças e políticos, e também na forma de ver o outro, mudança capaz de perceber que todo sujeito deverá ter o mesmo direito de voz e participação.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo; CARVALHO FILHO, José J. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais: o caso dos assentamentos. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, n. 3 – vol.4, set-dez,1994.

ARAUJO, Caetano Ernesto et. alii (Orgs). Introdução. In. ARAÚJO, C. E et. ali.(Orgs) *Política e Valores*. Brasília: Ed. da UnB, 2000.

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer – palavras e ação*. Porto Alegre:Artes Médicas, 1990.

BARREIRA, Irllys. *Chuva de Papéis. Ritos e Símbolos de Campanhas Eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

BARREIRA, Irllys e PALMEIRA, Moacir (Orgs.). *Candidatos e Candidaturas. Enredos de campanha Eleitoral no Brasil*. São Paulo: Annablume, 1998.

BECKER, Horward S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1994.

BENEDETTI, Adriane Cristina. “Os impactos dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul”. In. MEDEIROS, Leonilde S. de. e LEITE, Sergio. *Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

BERGAMASCO, Sonia Maria; FERRANTE, Vera Lucia. “Assentamentos Rurais: Caminhos e Desafios de Pesquisa”. In. LEITE, Sergio; PALMEIRA, Moacir.(orgs.) *Reforma Agrária Produção, Emprego e Renda. O relatório da FAO em debate*. RJ: Vozes/IBASE/FAO, 1994.

BEZERRA, M. O. *Em Nome das Bases*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/NUAP, 1999 (Coleção Antropologia da Política).

BOURDIEU, Pierre. *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Librairie Arthème Fayard, 1982.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*, RJ: ed. Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

_____. *O Poder Simbólico*. 3º edição RJ: Bertrand Brasil, 2003.

BRENNEISEN, Eliane C. *Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais*. Cascavel: Edunioneste, 2002 (Coleção Thésis).

_____. “Assentamento Sepé Tiaraju: persistências do passado, fragmentos do presente”. In. MARTINS, José de Sousa (org.) *Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion. “Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas.” In. CHEVITARESE, André (org.) *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: FAPERJ, 2002.

CARREIRO, Yan. *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Rio de Janeiro: FGV, 2002.

CARVALHO, Jose Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual.” In. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 40, n 2, 1997.

CARVALHO, Jose Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO FRANCO, Maria Silvia. *Os homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, USP, 1969.

CASTELLS, Alicia e PAULILO, Maria Ignez. “Programas de Alimentação Popular: A visão dos Usuários.” *Boletim de Ciências Sociais*. Florianópolis, n 55, p. 01-33, 1990.

CASTRO, Mônica M. Determinantes do Comportamento Eleitoral A centralidade da sofisticação política. Tese de doutorado – IUPERJ, Rio de Janeiro, 1994.

CHAVES, Christine Alencar. “Eleições em Buritis: A pessoa política”. In. GOLDMAN, Marcio e PALMEIRA, Moacir. *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

_____. *Eleições em Buritis: A pessoa política*. Série Antropologia, 206 (publicação on-line) Brasília, 1996.

_____. *A Marcha Nacional dos Sem Terra. Um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relumé Dumará/NUAP, 2000 (Coleção Antropologia da Política).

_____. *A festa da política*. Rio de Janeiro: Relumé Dumará/ NUAP, 2003 (Coleção Antropologia da Política).

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEMO, Pedro. *A pobreza política*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

D'INCAO, M.C.& ROY, G. *Nos cidadãos*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

FERRANTE, Vera L. B. “Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisas”. In. MEDEIROS, Leonilde S. et.al.(orgs). *Assentamentos rurais uma visão multidisciplinar*. São Paulo: EDUNESP, 1994.

GARCIA Jr., Afrânio. “Geração de Rendas, sua Distribuição e Trajetórias Diferenciais em Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil (1985-198): Comentários Sobre um Estudo da FAO”. In. LEITE, Sergio; PALMEIRA, Moacir.(orgs.) *Reforma Agrária Produção, Emprego e Renda. O relatório da FAO em debate*. RJ: Vozes/ IBASE/ FAO, 1994.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. *Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997.

GOLDMAN, Marcio e PALMEIRA, Moacir.(orgs) *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

GOLDMAN, Marcio e SANTA'ANNA, Ronaldo dos Santos. “Elementos para uma análise antropológica do voto”. In. GOLDMAN, Marcio e PALMEIRA, Moacir. *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

HEREDIA, Beatriz; TEIXEIRA, Carla e BARREIRA, Irllys (Orgs.) *Como se Fazem Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

_____. “Entre duas eleições. Relações político eleitor.” In. HEREDIA, Beatriz; TEIXEIRA, Carla e BARREIRA, Irllys (Orgs.) *Como se Fazem Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

_____. “Política, Família, Comunidade”. IN. GOLDMAN, Marcio e PALMEIRA, Moacir. (orgs.) *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

_____. e PALMEIRA, Moacir. “Os comícios e a política de facções” Anuário Antropológico 94. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

_____. *A morada da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura Um Conceito Antropológico*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

MARTINS, José de Sousa. *O Sujeito Oculto*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004a.

MARTINS, José de Sousa (org.). *Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004b.

_____. “Relevâncias da história fragmentária: reflexões sobre uma trilogia”. In. Dalila Teles Veras e Luzia Maninha Teles Veras (orgs.). *Alpharrabio 12 anos: Uma história em curso*. Santo André-SP: Alpharrabio Edições, 2004c, p. 296-309.

_____. “Reforma Agrária, o Impossível Diálogo sobre a História Possível (Ou, a arte de não Fazer Política, Fazendo)” In. *Reforma Agrária O impossível Diálogo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 2000.

_____. O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MEDEIROS, Leonilde S. e LEITE, Sergio. *Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

_____. *Reforma Agrária no Brasil história e atualidade da luta pela terra*. SP: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. “Democracia, cidadania e representação: Os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, 1978-1990”. In. NAVARRO, Zander. (org.) *Política, protesto e cidadania no campo*. POA: Editora da Universidade, 1996.

_____. “Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo, o MST e a reforma agrária”. In. STÉDILE, João P. (org.). *Reforma Agrária Brasileira e a Luta do MST*. Ed. Vozes, 1997.

_____. “Mobilização sem emancipação – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil”. In. Santos, Boaventura de S. *Produzir para viver*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

NEVES, Delma Pessanha. *Assentamento rural : reforma agrária em migalhas : estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis*. Niterói: Ed. da UFF, 1998.

NORDER, Luiz Antonio Cabello. *Política de assentamento e Localidade os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil*. Wageningen, 2004.

PALMEIRA, Moacir. “Política, facção e voto”. In. GOLDMAN, Marcio e PALMEIRA, Moacir. (orgs). *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

_____. *Voto: Racionalidade ou significado?* Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 20, 1992.

PAULILO, Maria Ignez S. *Terra à Vista... e ao Longe*. 2º ed. Florianópolis:Ed.da UFSC, 1998.

_____. *Produtor e Agroindústria: consensos e dissensos o caso de Santa Catarina*. Florianópolis:Ed. da UFSC/ Secretária do Estado da cultura e do Esporte, 1990.

PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro:Relumê-Dumará: 1995.

_____. *A teoria vivida: Reflexões sobre a orientação em antropologia*. Série Antropologia 349, 2004.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

_____. “Relatos orais: do ‘indizível’ ao ‘dizível’”. In. SIMSON. O.(org.) *Experimentos com histórias de vida (Itália Brasil)* São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais,1988.

RADMANN, Elis Rejane. *O Eleitor Brasileiro Uma Análise do Comportamento Eleitoral*. (Dissertação de Mestrado) Porto Alegre:UFRGS, 2001.

SCHERER- WARREN, Ilse. “O caráter dos novos movimentos sociais”. In. SCHERER- WARREN e KRISCHKE. Paulo. *Uma revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. *Rede de Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola,1996.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

SILVEIRA, Flávio Eduardo. *A decisão do voto no Brasil*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

SINGER, André. *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2002.

STRAPAZZON, J.P. *E o verbo se fez terra*. Chapecó: Grifos,1997.

STÉDILE, J.P. & FERNANDES, Bernardo M. *Brava gente*. SP: Perseu Abrâmo, 1999.

VELHO, Otávio Guilherme. *Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar editores,1982.

WANDERLEY, Maria Nazaré. “Morar e trabalhar’o ideal camponês dos assentados de Pitanga (estudo de caso do Nordeste)”. In. MARTINS, José de S. (org.) *Travessias: estudo de*

caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

WEBER, Max. *Ciência e Política duas vocações*. São Paulo: Editora Cultrix Ltda, s/d.

WEBER, Max. *Economia e Sociedad*. México: Fondo de Cultura Economica, 1977.

WOLF, Eric. *Antropologia e poder*. Brasília: Editora da UnB, s/d.

WOORTMANN, Ellen F. (org.) *Terra – significados da terra*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

TEIXEIRA, Carla Costa. *A Honra da Política: decoro parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional (1949-1994)*. Rio de Janeiro: Relumé Dumará/ NUAP, 1998 (Coleção Antropologia da Política).

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TORRENS, José Carlos Sampaio. “O processo de construção das linhas políticas do MST”. In. MEDEIROS, Leonilde *et. alii* (orgs). *Assentamentos rurais uma visão multidisciplinar*. São Paulo: EDUNESP, 1994.

ZIMMERMANN, Neusa C. “Os desafios da organização interna de um assentamento rural”. In. MEDEIROS, Leonilde *et. alii* (orgs). *Assentamentos rurais uma visão multidisciplinar*. São Paulo: EDUNESP, 1994.